

O papel da sensibilização patrimonial no seio das comunidades locais. O caso de Sesimbra.

Carla Patrícia de Oliveira Azevedo Godinho

Dissertação de Mestrado em Património

Janeiro, 2023

Versão corrigida e melhorada após a sua defesa pública

**O papel da sensibilização patrimonial no seio das comunidades locais.
O caso de Sesimbra.**

Carla Patrícia de Oliveira Azevedo Godinho

Dissertação de Mestrado em Património

Orientadora: Doutora Carla Alferes Pinto

Setembro, 2022

Para o Pedro

Agradecimentos

Qualquer trabalho de investigação só é possível ao contar com o apoio inestimável de muitos. Agradeço, por isso, e em primeiro lugar, à Professora Doutora Carla Alferes Pinto pelo incansável empenho, interesse e motivação na orientação deste meu trabalho que, apoiando-se no seu saber académico, foi capaz de me motivar e nunca me deixar desamparada.

Um agradecimento especial à Cristina Conceição, ao João Ventura e ao Rui Marques que, paciente e generosamente, me apoiaram e esclareceram todas as minhas pequenas questões. À Andreia Conceição e ao Eduardo Cunha, estou igualmente grata pela vossa disponibilidade.

Agradeço, ainda, ao Sr. Presidente da Assembleia Municipal de Sesimbra, Dr. João Narciso; à diretora do Agrupamento de Escolas Navegador Rodrigues Soromenho, Dr.^a Ana Paula Neto; e à coordenadora do projeto “Ouvir o mar daqui - uma navegação teatral pelas ruas de Sesimbra”, Dr.^a Raquel Belchior.

Agradeço à Sónia Oliveira que, um dia, sem se aperceber, colocou-me no *meu elemento* – a mediação cultural -, e no *lugar* certo, o primeiro de muitos – a própria vila de Sesimbra. Um agradecimento igualmente especial à Elisabete Gonçalves por um dia ter voltado a despertar em mim a paixão pela educação patrimonial. Só consigo foi possível voltar a acreditar de novo.

Um agradecimento especial ao Miguel e ao Pedro por me terem dado sempre tanto apoio, partilhando comigo angústias e conquistas, permitindo-me concluir mais este percurso. Sem vocês não teria sido possível.

A tantos outros familiares e amigos que sempre me encorajaram e demonstraram orgulho nas minhas conquistas. Obrigada por estarem sempre do meu lado.

O papel da sensibilização patrimonial no seio das comunidades locais.

O caso de Sesimbra.

Palavras-Chave

Comunidades Patrimoniais; Educação Patrimonial; Participação; Pessoas; Vínculo(s).

Resumo

A presente investigação procura evidenciar a importância da sensibilização patrimonial no seio das comunidades locais, enquanto ação privilegiada da educação patrimonial, na aferição do tipo de relação(ões) que as pessoas estabelecem com o património cultural de Sesimbra. Para tal, utilizamos o modelo conceitual e metodológico de sensibilização patrimonial proposto por Olaia Fontal para a análise dos dados recolhidos. Indagámos sobre a organização da gestão do património cultural sesimbrense; realizámos um levantamento exaustivo dos instrumentos de mediação patrimonial difundidos pelo município; entre novembro de 2021 e fevereiro de 2022, realizámos 90 inquéritos à população sesimbrense, a fim de conhecer as suas expectativas, a relação com o património e a sua efetiva participação; e, entrevistámos os técnicos da subunidade orgânica, Museus e Património, da Divisão de Cultura da Câmara Municipal de Sesimbra, a fim de conhecer as suas expectativas e dificuldades, enquanto testemunhas privilegiadas e de responsabilidade acrescida na concretização de estratégias de sensibilização patrimonial no concelho.

Após a análise aos inquéritos e aos instrumentos de mediação patrimonial, constata-se que os resultados expectáveis de uma estratégia eficaz colocada no terreno e dirigida à sensibilização patrimonial da comunidade local sesimbrense, tendo como objetivo a criação de comunidades patrimonialmente ativas, não se verifica. Verifica-se, sim, uma coerência entre os vários elementos – as políticas culturais, os instrumentos de mediação patrimonial e a forma como o património é entendido pela população – assentes em processos de mediação de carácter pontual, evidenciando modelos de mediação transmissivos, através de um entendimento de património como objeto e/ou texto, numa visão tradicionalista de património já ultrapassada no plano teórico.

Esta dissertação apresenta, por isso, resultados concretos sobre a importância que deve ser dada à sensibilização patrimonial enquanto processo de educação e mediação capaz de gerar no seio das comunidades locais um entendimento de património focado nas pessoas e nas relações de vínculo que (devem) estabelecer com o

(seu) património e, desse modo, constituírem-se como comunidades patrimonialmente ativas.

The role of heritage awareness-raising within local communities.

The case of Sesimbra.

Keywords

Heritage Communities; Heritage Education; Participation; People; Bond(s).

Abstract

This research seeks to highlight the importance of heritage awareness within local communities, as a privileged action of heritage education, in assessing the type of relationship(s) people establish with Sesimbra's cultural heritage. To this end, the conceptual and methodological model of heritage awareness proposed by Olaia Fontal was used when analysing the collected data. We investigated the management organization of Sesimbra's cultural heritage; in addition, an exhaustive survey of the heritage mediation instruments disseminated by the municipality was put forth; in order to know and document their expectations, their relationship with heritage and their effective participation, 90 surveys within Sesimbra's population were done throughout November 2021 and February 2022; furthermore interviews were conducted with the technicians of the organic subunit, Museums and Heritage, of the Culture Division of the Sesimbra City Council, in order to assess their expectations and difficulties, as knowledgeable witnesses with added responsibility in implementing heritage awareness strategies in the municipality.

Upon surveys and heritage mediation tools analysis, we come to the conclusion that the expected results of an effective strategy put in place and aimed at raising the heritage awareness of the local Sesimbra community, with the objective of creating active heritage communities, have not been achieved. Rather, there is a coherence between the several elements – the cultural policies, the heritage mediation tools and the way heritage is understood by the population – based on mediation processes of punctual character, highlighting transmissive mediation models, through an understanding of heritage as object and/or text, in a traditionalist vision already outdated at theoretical level.

This dissertation presents, therefore, concrete results on the importance that should be given to heritage awareness as a process of education and mediation, able to generate within local communities an understanding of heritage focused on people and

on the bonding relations that they (should) establish with (their) heritage and, thus, constitute themselves as heritage active communities.

Índice

Agradecimentos	4
Resumo e Palavras-Chave	5
Abstract and Keywords	7
Índice de Figuras	12
Índice de Quadros	13
Índice de Gráficos.....	14
Siglas e Abreviaturas	15
Introdução	16
Apresentação do tema e conceitos.....	16
Objetivos e metodologias	17
Organização do trabalho	23
Capítulo 1 – Revisão da Literatura	25
1.1. Património e educação patrimonial	25
1.2. Da educação à sensibilização patrimonial	33
1.3. Património para todos: públicos ou comunidades?	38
1.4. O papel da sensibilização patrimonial na constituição de comunidades patrimonialmente ativas.....	44
Capítulo 2 – O património cultural da vila de Sesimbra	51
2.1. Caracterização dos bens patrimoniais do concelho de Sesimbra, com especial foco pelos localizados na vila como amostra de análise	51
Capítulo 3 - A mediação patrimonial do município de Sesimbra	71
3.1. Opções e estratégias das políticas patrimoniais.....	71
3.2. Levantamento das estratégias de mediação patrimonial.....	73
3.2.1. As estratégias de mediação patrimonial nos diferentes canais de comunicação do município	73

3.2.2. As estratégias de mediação patrimonial ancoradas na oferta de programação cultural.....	77
3.2.3. As estratégias de mediação patrimonial ancoradas na oferta do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra.....	82
3.3. Apresentação quantitativa dos dados recolhidos na análise aos inquéritos à população na vila de Sesimbra	86
3.4. Análise à entrevista aos agentes patrimoniais do município	100
Capítulo 4 – O modelo de “sensibilização patrimonial”	106
4.1. Interpretação dos resultados da amostra.....	106
4.2. Propostas de sensibilização patrimonial para a vila de Sesimbra.....	110
Considerações Finais	115
Referências bibliográficas	117
Anexos.....	i
Anexo I – Organograma da Câmara Municipal de Sesimbra.....	ii
Anexo II – Museu Municipal de Sesimbra: dispersão dos núcleos pelo concelho	iii
Anexo III – Listagem de Prémios atribuídos ao Museu Municipal de Sesimbra.....	iv
Anexo IV – Listagem dos edifícios históricos na freguesia de Santiago	vi
Anexo V - Mapa com a localização dos referentes patrimoniais na vila de Sesimbra	xxxii
Anexo VI – Categorias e subcategorias de análise de conteúdo	xxxiii
Anexo VII – Quadro-síntese do levantamento das estratégias de mediação patrimonial nos diferentes canais de comunicação pelo município de Sesimbra...	xxxv
Anexo VIII – Exemplos de imagens utilizadas na mediação patrimonial.....	xli
Anexo IX – Quadro-síntese da oferta de programação patrimonial entre janeiro de 2019 e junho 2022	xlvi
Anexo X – Cronograma da oferta de programação patrimonial entre janeiro de 2019 a junho de 2022	lii

Anexo XI – Missão e objetivos do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra	liv
Anexo XII – Oferta do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra, entre 2019 e 2022	lvi
Anexo XIII – Quadro de análise de conteúdo aos inquéritos: o que o/a une ao património da vila de Sesimbra	lviii
Anexo XIV – Quadro de análise de conteúdo aos inquéritos: uma frase ou palavra sobre o património sesimbrense	lxiii
Anexo XV – Entrevista aos agentes patrimoniais	lxix

Índice de Figuras

Figura 1: Freguesias do concelho de Sesimbra: Santiago, Castelo e Quinta do Conde.	19
Figura 2: Sequência de sensibilização patrimonial de Olaia Fontal.....	35
Figura 3: A vila de Sesimbra vista do Castelo.....	52
Figura 4: Fortaleza de Santiago vista da Praia da Califórnia.....	53
Figura 5: Aspeto de uma das salas do Museu Marítimo.....	54
Figura 6: Outra perspetiva de uma das salas do Museu Marítimo.....	55
Figura 7 e 8: Perspetiva da Sala da Comunidade do Museu Marítimo	55
Figura 9 e 10: Acesso à Fortaleza de Santiago pela R. da Fortaleza e interior do forte e acesso ao Museu Marítimo	56
Figura 11: Aspeto geral da exposição sobre a história da Fortaleza de Santiago.....	57
Figura 12: Aspeto geral da vila e do Castelo e cerca urbana de Sesimbra.....	58
Figura 13: Castelo de Sesimbra.....	58
Figura 14: Igreja de Nossa Senhora do Castelo e à sua esquerda o edifício do Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro	59
Figura 15: Uma das placas do circuito museológico no interior da cerca urbana de Sesimbra	59
Figura 16 e 17: Capela de São Sebastião em 2005 e a projeção da obra atual.....	61
Figura 18: Capela do Espírito Santo dos Mareantes.....	62
Figura 19: Aspeto geral do <i>sprital</i> medieval, no piso inferior da CESM.....	63
Figura 20: Aspeto de um dos grafitos na Zona Vestibular do <i>sprital</i> medieval.....	63
Figura 21: Igreja da Misericórdia.....	64
Figura 22: Igreja de Santiago.....	64
Figura 23: Casa urbana abastada, séc. XIX, Rua Cândido dos Reis, 22 a 28 / R. Antero de Quental, 4 e 6 / R. Eça de Queiroz, 21	65
Figura 24: Grémio Sesimbrense, séc. XIX, Largo José António Pereira, 7 a 9 / Rua da República, 48 / Rua Serpa Pinto, 31	65
Figura 25: Casa urbana abastada, séc. XIX, Rua Conselheiro Ramada Curto, 2 a 6...	66
Figura 26, 27 e 28: Edifício da Rua Dr. Aníbal Esmeriz, n.º 1 / antigo edifício do jornal O Sesimbrense, séc. XIX, de diferentes perspetivas	66
Figura 29 e 30: Procissão do Senhor Jesus das Chagas	68

Figura 31e 32: Monumentos comemorativos ao pescador 1982/2008; Aiola “25 de Abril”	69
Figura 33 e 34: Arte urbana pelas ruas de Sesimbra: no Largo de Bombaldes junto Sociedade Musical Sesimbrense, local de encontro de pescadores reformados da vila. Na mesma imagem, à frente, os vestígios arqueológicos do período romano, devidamente protegidos.	70
Figura 35: Modelo de sensibilização patrimonial para o desenvolvimento de comunidades patrimoniais	107

Índice de Quadros

Quadro 1: Síntese das diretivas das políticas patrimoniais de Sesimbra ligadas ao turismo.....	72
Quadro 2: Exemplos de textos utilizados na mediação patrimonial em Sesimbra.....	76
Quadro 3: Alguns exemplos de imagens utilizadas na mediação patrimonial, cujo foco está no objeto	76
Quadro 4: Alguns exemplos de imagens utilizadas na patrimonial, cujo foco está nas pessoas.....	77
Quadro 5: Horário de funcionamento dos núcleos museológicos e bens patrimoniais	78
Quadro 6: Oferta patrimonial em permanência.....	78
Quadro 7: Exemplos das sinopses utilizadas na oferta de programação cultural	80
Quadro 8: Exemplos das sinopses das ações promovidas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra	84
Quadro 9: Perguntas no inquérito à população da vila de Sesimbra.....	87
Quadro 10: Guião de entrevista	102
Quadro 11: Síntese da análise à amostra.....	108
Quadro 12: Proposta de planeamento (pré) e avaliação (pós) de um projeto de sensibilização patrimonial	114

Índice de Gráficos

Gráfico 1: Temáticas patrimoniais abordadas nas ações do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra	85
Gráfico 2: Públicos-alvo das ações do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra	85
Gráfico 3: Visualização da recolha de respostas ao inquérito por meses e método	89
Gráfico 4: Caracterização da amostra de acordo com a sua localidade de residência...	91
Gráfico 5: Perceção do património da vila de Sesimbra, distribuída pelas dimensões patrimoniais	92
Gráfico 6: Património arquitetónico eleito como mais representativo pela população da vila de Sesimbra	93
Gráfico 7: O que une os indivíduos ao património na vila de Sesimbra	93
Gráfico 8: O tipo de vínculos sobre o que une os indivíduos ao património sesimbrense	95
Gráfico 9: Tipos de vínculos de acordo com as esferas patrimoniais.....	96
Gráfico 10: As experiências dos inquiridos relativamente ao património	97
Gráfico 11: A responsabilidade pelo património da vila de Sesimbra	97
Gráfico 12: Frase ou palavra relativamente ao património da vila de Sesimbra.....	98

Siglas e Abreviaturas

Abr. – Abril

Ago. – Agosto

CESM – Capela do Espírito Santo dos Mareantes

CMS – Câmara Municipal de Sesimbra

Dez. – Dezembro

DGPC – Direção Geral do Património Cultural

Fev. – Fevereiro

Fig. – Figura

ICOM – Conselho Internacional de Museus

Jan. – Janeiro

JEP – Jornadas Europeias do Património

Jun. – Junho

Jul. – Julho

Mar. – Março

Mai. – Maio

MMS – Museu Municipal de Sesimbra

MMar - Museu Marítimo de Sesimbra

Nov. – Novembro

OEPE – Observatório de Educação Patrimonial de Espanha

Out. – Outubro

Quant. – Quantidade

RPM – Rede Portuguesa de Museus

SE – Serviço Educativo

Séc. – Século

Set. – Setembro

SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico

UNESCO – United Nations Educational, Scientific and Cultural Organization

Introdução

Apresentação do tema e conceitos

Nos últimos anos a literatura crítica e as convenções internacionais têm vindo a alertar para a importância do papel que deve ser dado às pessoas na definição e relação com o (seu) património. Sintetizada nos artigos da Convenção de Faro e nas resoluções do Conselho da Europa, que reconhecem “a necessidade de comprometer cada um no processo contínuo de definição e gestão do Património cultural” (Council of Europe 2005, preâmbulo), as experiências em Portugal têm sido escassas e circunscritas a projetos específicos que evidenciam a forma como as comunidades têm interesse, expectativas e oportunidade de se relacionar com o seu património¹.

No trabalho que aqui se apresenta, procurámos evidenciar a importância da sensibilização patrimonial, como ação privilegiada da educação patrimonial, no seio das comunidades locais, de forma a constituírem-se enquanto comunidades patrimonialmente ativas. Através do modelo concetual de sensibilização patrimonial proposto por Olaia Fontal Merillas (2020a, 11-25 e 45-57. Ver subcapítulo 1.2), procurámos ir para além do estado da arte através do mapeamento e análise das estratégias de mediação patrimonial que têm vindo a ser realizadas pelo município de Sesimbra, no período compreendido entre janeiro de 2019 e junho de 2022.

A partir da problemática inicial, elaborámos um plano de trabalho de forma a atingir objetivos específicos, através de metodologias diversas, tendo conseguido recolher evidências e obter dados que permitiram concluir que os resultados expectáveis de uma estratégia eficaz colocada no terreno e dirigida à sensibilização patrimonial da comunidade local sesimbrense, tendo como fim a criação de comunidades patrimonialmente ativas, não se verificam. Inferimos, por isso, a importância da sensibilização patrimonial na constituição de comunidades patrimonialmente ativas, assente num entendimento de património focado nas pessoas e nas relações de vínculo, cujos processos de mediação, como forma de acesso ao conhecimento, são capazes de tornar as pessoas sensíveis ao património e devem assentar num trabalho educativo apoiado em abordagens processuais, ativando saberes experienciais, assim como, deve ser medido/avaliado constatando a sua eficácia.

¹ Conforme veremos adiante no subcapítulo 1.4.

Objetivos e metodologias

Partindo da análise da gestão patrimonial² de Sesimbra como estudo de caso exploratório, investigamos a(s) relação(ões) estabelecida(s) entre as pessoas e o património, através da aplicação do modelo concetual de “sensibilização patrimonial” (Fontal 2020a, 11-25 e 47-57).

Para tal, [1º objetivo] procurámos conhecer a organização da gestão patrimonial da Câmara Municipal de Sesimbra (doravante designada CMS)³, assim como as principais políticas patrimoniais (Quadro 1 e Anexo I); [2º objetivo] proceder ao levantamento preliminar dos instrumentos de mediação (nesta dissertação abordada como estratégia) dos equipamentos patrimoniais fornecidos pelo município, tendo para isso recorrido ao *website* da CMS⁴ e do Museu Municipal de Sesimbra (doravante designado MMS)⁵; às publicações periódicas do município (*Sesimbr’Acontece*, *Nós Sesimbra* e *Sesimbra Município*)⁶, nomeadamente entre o período de janeiro de 2019 a junho de 2022⁷; aos documentos normativos e à programação museológica do MMS⁸; à missão e objetivos⁹, bem como aos programas do Serviço Educativo (doravante designado SE) do MMS¹⁰; aos painéis interpretativos presentes nos núcleos museológicos, folhetos, folhas de sala, roteiros e outras publicações; à consulta às redes

² Nesta dissertação entende-se “gestão patrimonial” seguindo o que é proposto pela lei portuguesa, isto é, o conjunto de deveres das autarquias locais para “o conhecimento, estudo, protecção, valorização e divulgação do património cultural”. (Assembleia da República, 2001, art.3º, alínea 3).

³ Organicamente a CMS obedece a um modelo de estrutura hierarquizada, constituída por “unidades orgânicas nucleares e flexíveis, unidades técnicas, subunidades orgânicas, gabinetes de assessoria e de apoio e equipas de projeto”, conforme Anexo I (Município de Sesimbra 2019). O Museu Municipal de Sesimbra insere-se no “Departamento Sociocultural”, na unidade orgânica “Divisão de Cultura”, e dentro da subunidade orgânica “Museus e Património”.

⁴ <https://www.sesimbra.pt/> (consultado em 07.08.2021)

⁵ O *website* do MMS (<http://museusesimbra.pt/>, consultado em 07.08.2021) deixou de estar disponível sensivelmente a partir de junho de 2022.

⁶ Disponíveis em <https://www.sesimbra.pt/pages/975> (consultado entre 21.02.2022 e 17.06.2022).

⁷ Foi definido este espaço temporal de forma a mapear as ações do município um ano antes da pandemia até à data de execução desta investigação.

⁸ A programação museológica do MMS foi aprovada em 2012; as normas do MMS encontram-se disponíveis no *website* da CMS (https://www.sesimbra.pt/municipio/camara-municipal/normas-e-regulamentos?folders_list_15_folder_id=1695, consultado em 03.10.2021).

⁹ Disponível no Anexo XI, tendo em conta que esta informação já não se encontra disponível *online* pelo facto do *website* do MMS estar inativo.

¹⁰ A oferta do SE do MMS constitui uma das várias ações educativas prestadas por vários serviços do município à comunidade educativa e escolar no designado “Serviços e Projetos Educativos”, estando, por isso, organizadas numa publicação com a mesma designação (Cf.

https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/writer_file/document/5173/revista_spe_2021_2022.pdf, consultado em 13.03.2022).

sociais (Facebook, Instagram, Youtube)¹¹; assim como, a outros projetos de relevo para o município, como por exemplo a Assembleia Municipal de Jovens¹².

No âmbito desta dissertação, entendemos a “mediação”, como técnica, estratégia ou suporte material que é independente do objeto patrimonial e alheio ao sujeito que o recebe (Martín 2007, 3). Pelo que a relevância da mesma está no facto de “envolver um significado que não se dá a perceber directamente”, sendo, por isso, um “mediador de sentido” (Esperança 1997, 103). Deste modo, e na nossa investigação, interessou-nos aceder a qualquer instrumento – texto, imagem, conjunto de ações educativas e/ou programáticas – que exprimisse a estratégia de mediação entre o património sesimbrense e as pessoas.

Analisada a documentação recolhida concluiu-se que a área de atuação patrimonial da responsabilidade da CMS era demasiado extensa, quer territorial¹³, quer em número de referentes patrimoniais¹⁴, pelo que se procedeu a uma focalização: a vila de Sesimbra, sede do município, concretamente a freguesia de Santiago (Figura 1). Esta freguesia teve origem quando a população saiu do perímetro do Castelo, no século XV, e se fixou na orla marítima, possuindo, por isso, monumentos e edifícios de grande interesse histórico e patrimonial, nomeadamente os que albergam dois dos núcleos do MMS: a Capela do Espírito Santo dos Mareantes (doravante designada CESM), aberto ao público desde 2004; e o Museu Marítimo (doravante designado MMar) instalado na Fortaleza de Santiago e inaugurado em 2016. Nesta amostra considerámos ainda o Castelo e a cerca urbana que, apesar de não pertencerem à freguesia de Santiago, desde logo surgiram, como se veio a verificar, como referentes de relevo patrimonial para a população sesimbrense, uma vez que são equipamentos icónicos na paisagem da própria vila.

¹¹ Cf. <https://pt-pt.facebook.com/museu.maritimo.sesimbra/>, https://www.instagram.com/museu_sesimbra/ e <https://www.youtube.com/cmsesimbra> (consultado em 11.08.2022)

¹² Considerámos que, no entendimento cívico da ação patrimonial seria-nos útil analisar a experiência da Assembleia Municipal de Jovens, tendo em conta que a mesma chegou a focar-se nas questões patrimoniais em 2010 e 2011.

¹³ A região de Sesimbra tem de superfície 195,72 km² segundo o Instituto Nacional de Estatística (2021), compreende três freguesias, Santiago, Castelo e Quinta do Conde.

¹⁴ Para além da gestão museológica, é também da responsabilidade da Divisão de Cultura assegurar a gestão e preservação do património cultural e natural do concelho, que no ponto 2 desta dissertação faremos uma caracterização geral.

Aquando da caracterização da amostra, relatada no subcapítulo 2.1 desta dissertação, entendemos que a leitura do texto deveria ser acompanhada de imagens por as considerarmos fundamentais para uma melhor compreensão da realidade patrimonial da vila, proporcionando, assim, uma dimensão mais adequada à leitura e compreensão textual, sendo que cerca de 12 páginas deste trabalho lhes estão afetas (Figuras 3 a 34). Esta caracterização é ainda complementada com o Anexo IV, onde consta uma listagem completa dos edifícios considerados de interesse histórico e patrimonial, tendo por base o Sistema de Informação para o Património Arquitetónico (doravante designado SIPA)¹⁵, e o Anexo V, no qual se incluiu um mapa da freguesia de Santiago com a localização respetiva desses bens patrimoniais, disponível igualmente através de um link para o *Google My Maps*, dando assim visibilidade à relação quotidiana da população com os bens patrimoniais.



Figura 1: Freguesias do concelho de Sesimbra: Santiago, Castelo e Quinta do Conde (© Wikipédia)

Definida a amostra do caso de estudo – Castelo e cerca urbana, edifícios e oferta patrimonial no seu interior; Fortaleza de Santiago; Capela de São Sebastião; Igreja da

¹⁵ Ilustrámos a listagem dos edifícios históricos e de interesse patrimonial, no Anexo IV, com fotografias atuais e da nossa autoria, embora nem de todos os equipamentos.

Santa Casa da Misericórdia; Igreja de Santiago; CESH (onde se inclui hospital medieval e grafitos de antigas embarcações) e MMar, dois dos núcleos museológicos do MMS; vestígios arqueológicos, como a unidade de produção de preparados piscícolas, localizada junto à baía, e datados do século I a.C. a III a.C.; outros edifícios, testemunhos históricos de um contexto social onde a economia ligada à pesca prosperava; referências patrimoniais imateriais, como o saber-fazer ligado à pesca, onde se inclui a construção e reparação naval, mas também a festividade religiosa de devoção ao Senhor Jesus das Chagas; e, também, a arte pública contemporânea que tem vindo a homenagear o ofício de pescador e os homens do mar –, considerou-se necessário [3º objetivo] caracterizar as opções e estratégias políticas patrimoniais, traçadas no subcapítulo 3.1, e [4º objetivo] proceder ao levantamento exaustivo dos dispositivos de mediação patrimonial dos referentes selecionados, relatados no subcapítulo 3.2. Para tal, deslocámo-nos a todos os equipamentos fazendo recolha presencial de panfletos, dos textos das placas interpretativas dos núcleos museológicos e outros, das folhas de sala disponíveis e/ou roteiros, consultámos com maior detalhe as páginas da *web* CMS e do MMS, as publicações periódicas e páginas de redes sociais. Os dispositivos de mediação foram lidos e tratados em folha de *Excel* e, posteriormente, analisados¹⁶ com o propósito de virem a fornecer os dados necessários para a elaboração de perguntas para um questionário, seguindo o modelo de trabalho proposto por Olaia Fontal (2020a, 11-25 e 47-57).

Com efeito, tendo identificado como objetivo desta dissertação, a necessidade de rastrear o conjunto de expectativas geradas pela comunidade e a efetiva participação das pessoas no estabelecimento de relações ativas com o património, [5º objetivo] a preparação e a realização de um inquérito (Quadro 9) mostrou-se fundamental na constituição da problemática da investigação (Quivy e Campenhoudt 1995, 69). Assim, e na impossibilidade de se inquirir toda a população-alvo da freguesia de Santiago, com

¹⁶ A informação recolhida e tratada está organizada da seguinte forma: os Quadros 5 e 6, dizem respeito aos horários de funcionamento e oferta patrimonial em permanência; no Anexo VII deixamos um quadro-síntese com o levantamento das estratégias de mediação patrimonial nos diferentes canais de comunicação; no Quadro 2 exemplos de textos utilizados na mediação patrimonial do património concelhio; no Quadro 7 exemplos das sinopses das ações de mediação patrimonial de programação cultural geral; o Quadro 3, Quadro 4 e Anexo VIII, alguns exemplos de imagens utilizadas na comunicação do património sesimbrense; no Anexo IX um quadro-síntese com a oferta de programação patrimonial, entre janeiro de 2019 e junho de 2022 e no Anexo X o respetivo cronograma; e, finalmente, no Anexo XII a oferta do Serviço Educativo do MMS, entre 2019 e 2022 e, especificamente, os Gráficos 1 e 2 a análise que realizámos à oferta pedagógica do SE do MMS e o Quadro 8 com alguns exemplos das sinopses das ações do SE.

4902 habitantes segundo os Censos de 2021, optou-se, primeiro, por tentar atingir 5% do total da população, correspondendo a cerca de 200 inquéritos. Contudo, e no decorrer da implementação desta meta, rapidamente se percebeu a impossibilidade de atingir tal número, uma vez que a freguesia de Santiago tem um tipo de população constante e pouco flutuante, pelo que as possibilidades de inquérito a pessoas diferentes rapidamente se esgotaram. Optou-se, então, pela diversificação da recolha de respostas, desta vez dirigida à comunidade escolar e em formato digital, nomeadamente aos alunos do 9º ano da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, única escola de 2º e 3º ciclos na freguesia de Santiago, uma vez que é recorrente realizarem visitas de estudo ao longo da sua vida escolar aos equipamentos patrimoniais desta freguesia. Os resultados obtidos por estes dois métodos foram diferentes, com respostas mais completas e com contributos mais substanciais para a análise proporcionada pela grelha de Fontal (2020a, 24) por parte do primeiro, como se verá no subcapítulo 3.3.

Ao fim de quatro meses (Gráfico 3; novembro 2021 a fevereiro 2022) foi possível recolher presencialmente e *online* resposta a 90 inquéritos que serviram de amostra quantitativa e posterior análise de interpretação qualitativa dos dados. Da amostra n=90 indivíduos tivemos de excluir uma das respostas (recolhida via *online*, n=68), uma vez que as respostas de carácter obrigatório foram invalidadas, passando então a uma amostra de n=89 inquéritos válidos. O inquérito à população, cujas respostas foram recolhidas via *Google Forms*, foi pensado de maneira a poder aferir como as pessoas pensam, conhecem e quais os valores que atribuem ao (seu) património, e se estão/são estimuladas a estar ou pretendem estar implicadas/envolvidas com o seu património. A análise de dados que teve como parâmetro metodológico o conceito de “sensibilização patrimonial”, proposto por Olaia Fontal Merillas, permitiu aferir padrões através de um quadro de relações estabelecidas entre a maneira como as pessoas comunicam o património e o entendimento patrimonial a que corresponde, refletindo-se nos valores que as pessoas lhe atribuem.

O modelo de sensibilização patrimonial de Fontal baseia-se na aferição de verbos aos quais são atribuídos valores patrimoniais (Fontal 2020a, 24). Neste sentido, no processo de recolha e análise da informação presente nesta dissertação, nem sempre foi fácil encontrar os verbos propostos por Olaia Fontal ou identificar semelhantes, tendo em conta que as pessoas utilizaram, sobretudo, adjetivos. Contudo, foi possível analisar as diferentes frases de acordo com o entendimento que a autora faz acerca dos discursos sobre património (património entendido como objeto, texto, contexto,

símbolo, extensão do sujeito e/ou vínculo), através dos valores patrimoniais correspondentes. Os dados foram tratados em folha de *Excel* e resultam nos gráficos expostos no subcapítulo 3.3 desta dissertação (Gráficos 4 a 12).

Face à dificuldade na obtenção de respostas que contribuíssem para a análise da categoria “património entendido como vínculo”, desdobrámos esta categoria em subcategorias que correspondem ao “tipo de vínculos” identificados por Fontal e Marín (2018, 490). Tanto as categorias como as subcategorias de análise podem ser consultadas no Anexo VI. As respostas a duas das questões do inquérito, nomeadamente, “O que o/a une a esse património?” e “Se tivesse de escrever uma pequena frase ou palavra relativamente ao património da vila de Sesimbra, qual seria?”, estão explicitadas e organizadas nos quadros de análise constantes nos Anexos XIII e XIV, respetivamente.

Tratando-se a investigação das relações estabelecidas entre as pessoas e o património aplicadas a um caso de estudo de gestão camarário, foi também objetivo desta dissertação [6º objetivo] conhecer as expetativas e dificuldades dos agentes patrimoniais no terreno, sendo estes as “testemunhas privilegiadas” (Quivy e Campenhoudt 1995, 71) dos processos e dinâmicas e com responsabilidade acrescida na concretização das estratégias de sensibilização patrimonial utilizadas para o envolvimento (ativo) das pessoas para com o (seu) património. Optou-se, então, por utilizar a informação reunida previamente na folha de *Excel* e elaborar perguntas (Quadro 10) para uma entrevista realizada a um(a) técnico(a) da subunidade orgânica, Museus e Património, da Divisão da Cultura da CMS¹⁷. A entrevista constitui-se como uma metodologia privilegiada que tem por principal objetivo a possibilidade de revelar determinados aspetos do fenómeno estudado (Quivy e Campenhoudt 1995, 69), tendo sido, por isso, a nossa principal expetativa. As perguntas e respostas da entrevista estão

¹⁷ Seguimos a hierarquia da CMS (ver nota 1) e endereçamos o primeiro e-mail a 18.11.2021 ao Sr. Presidente e Vereador da Cultura, Dr. Francisco de Jesus, a fim de ser nomeada a pessoa que pudesse responder ao repto. Após algumas semanas fomos contactados por um dos técnicos da subunidade Museus e Património que, após nos pedir antecipadamente as perguntas via *e-mail* – não sendo este, contudo, o nosso método preferencial – nos informou da necessidade de outros técnicos procederem à resposta às nossas questões. A incerteza gerada e incapaz de originar uma pronta resposta à realização de uma entrevista presencial levando, inclusive, à escolha de outros dois técnicos que não o primeiro para darem resposta ao nosso repto, advém, quanto a nós, da atual inexistência de um(a) técnico(a) de coordenação intermédia, entre a chefia da Divisão de Cultura e a restante equipa da subunidade orgânica de Museus e Património, ao contrário do que se atesta no *website* da DGPC (<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/en/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-municipal-de-sesimbra/>, consultado em 14.10.2022).

disponíveis no Anexo XV e foram analisadas de forma qualitativa, sendo este ponto retomado no subcapítulo 3.4.

Os diferentes instrumentos de recolha de informação e métodos de trabalho utilizados ao longo da investigação desenvolvida para esta dissertação, contribuíram para a análise dos dados de forma a aferir padrões e propor novas estratégias de atuação do município (Quadro 11) tendo como objetivo a criação de comunidades patrimonialmente ativas, que desenvolvemos no capítulo 4.

De referir, ainda, que na redação desta dissertação optou-se pela utilização simplificada das normas de citação e referenciação do *Chicago Manual Style*, nomeadamente no que diz respeito à referenciação pelo formato “autor-data”.

Organização do trabalho

O trabalho encontra-se organizado em três partes. A primeira relata o estado da arte no que diz respeito aos principais conceitos abordados nesta dissertação, nomeadamente educação patrimonial, sensibilização patrimonial e comunidades patrimoniais. Para tal, faz-se uma primeira aproximação ao tema enquadrando a problemática da educação patrimonial no âmbito do conceito de património; depois a sensibilização patrimonial que parte, precisamente, da ação privilegiada da educação patrimonial; distingue-se, ainda, públicos de comunidades problematizando-os no âmbito da distinção entre democratização da cultura e democracia cultural tendo como objetivo a formação de comunidades patrimoniais, e, finalmente, evidenciamos o papel da sensibilização patrimonial na constituição de comunidades patrimonialmente ativas, tendo por base o conceito recentemente proposto pela comissão da Convenção de Faro, em 2005, de comunidades patrimoniais.

A segunda parte diz respeito ao objeto de estudo, através da caracterização do património da vila de Sesimbra; o levantamento e caracterização das estratégias de gestão e de mediação patrimonial do município; a apresentação quantitativa dos dados recolhidos na análise às respostas aos inquéritos à população; e, finalmente, a análise à entrevista realizada aos agentes patrimoniais, técnicos da subunidade orgânica Museus e Património, da Divisão da Cultura da CMS.

No terceiro ponto apresenta-se a interpretação dos resultados e propostas de trabalho para a vila de Sesimbra, através da ação camarária.

Por fim, tecemos as considerações finais apresentando um resumo das várias fases do trabalho, os objetivos e as metodologias, nomeadamente as conclusões do inquérito, da entrevista e da recolha de informação sobre a mediação patrimonial pela CMS.

*Heritage wasn't only about the past – though it was that too –
it also wasn't just about material things – though it was that as well –
heritage was a process of engagement, an act of communication
and an act of making meaning in and for the present.*

*Laurajane Smith*¹⁸

*Pero no siempre la sociedad es consciente del valor de pertenencia que posee ni del alcance del
reconocimiento de todo lo que definimos como Patrimonio.*

*Marcelo Martín Guglielmino*¹⁹

Capítulo 1 – Revisão da Literatura

1.1. Património e educação patrimonial

Portugal foi pioneiro em publicar um alvará, em forma de “Ley notável”, constituindo-se como “a primeira lei, de âmbito nacional, sobre o património histórico e cultural” (Correia 2001, 37), corria o ano de 1721. Surge, por isso, no nosso país, o primeiro reconhecimento pela importância dos monumentos, testemunhos históricos significativos, ficando desde logo proibido a destruição dos mesmos. Com o passar do tempo o conceito de património tem vindo a alargar-se e a construir-se tendo por base as convenções e cartas internacionais de património, todas elas fruto dos interesses contemporâneos das sociedades de cada época. Um desses grandes momentos deu-se, precisamente, com a discussão e posterior publicação em 2003 pela UNESCO da Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (UNESCO 2003), oferecendo ao conceito de património uma nova categoria, da dimensão do intangível, mas continuando “a promover uma diferenciação das tipologias com base na tangibilidade dos bens ou, em todo o caso, nos valores dominantes em relação ao seu estado tangível ou intangível” (Fontal 2020a, 14; tradução nossa).

Como foi, aliás, referido recentemente num programa radiofónico de grande divulgação sobre o património (TSF 2021a), embora as convenções e cartas internacionais caminhem numa definição cada vez mais ampla, holística e dinâmica, apoiada naqueles que são os valores atribuídos pelas pessoas aos bens patrimoniais, a ideia e o sentimento que prevalece estão ainda ligados aos “valores de memória, antiguidade, autenticidade, originalidade, raridade, singularidade ou exemplaridade”

¹⁸ Smith 2006, 1

¹⁹ Martin 2007, 4-5

(Assembleia da República 2001, artigo 2º, alínea 3). Esta é, sem dúvida, uma herança pesada que recebemos e que não podemos aqui descurar, quando o tema é a sensibilização patrimonial.

Como dissemos, as cartas e as convenções internacionais traduzem os ideais de cada época, defendidos por entidades e organizações encarregadas da gestão dos bens patrimoniais, sendo que as últimas (Council of Europe 2000, 2005a e 2006; UNESCO 2003) exprimem já uma vontade cada vez maior de considerar o património enquanto um sistema contínuo e dinâmico, com diferentes valores associados – históricos, afetivos, económicos, culturais, sociais, estéticos, etc. – e nos quais se destaca o papel das pessoas. Assiste-se, portanto, a uma mudança de paradigma que leva os agentes patrimoniais a refletir, sobretudo, na forma como se pensa, como se envolve, como se comunica e se gere o património, tal como Guilherme d'Oliveira Martins afirma, “passar do «como preservar o Património e segundo que procedimento», à questão do «porquê e para quem lhe dar valor»” (Martins 2009, 43).

Entre todos estes documentos, sobressai a “Convenção-Quadro do Conselho da Europa relativa ao Valor do Património Cultural para a Sociedade”, doravante designada Convenção de Faro (Council of Europe 2005a)²⁰, na qual se salienta “o valor e as potencialidades de um Património cultural bem gerido, enquanto fonte de desenvolvimento sustentável e de qualidade de vida numa sociedade em constante evolução” (Martins 2009, 158)²¹. Apoiamo-nos, assim, neste documento que entende o património de forma fecunda e dinâmica, algo vivo, mesmo tendo raízes na memória, e que desafia à reflexão e à progressão de políticas patrimoniais ligadas às pessoas e aos valores que elas próprias considerem atribuir ao (seu) património (Martins 2009, 55; Martins 2020, 18)²².

²⁰ A Convenção de Faro foi desenhada entre 2003 e 2005 por um comité selecionado de especialistas. Foi adotado pelo Comité de Ministros do Conselho da Europa a 13 de outubro de 2005 e aberto para ratificação aos Estados membros em Faro, Portugal, a 27 de outubro do mesmo ano. A Convenção de Faro entrou em vigor a 1 de junho de 2011 (Council of Europe s.d.), tendo sido ratificada pelos 28 países Estados membros, entre os quais se inclui Portugal.

²¹ Como Guilherme d'Oliveira Martins refere, este é “um instrumento que completa a perspectiva da UNESCO quanto à valorização do Património imaterial” e que procura lançar o convite [diríamos mesmo o desafio] aos Estados membros para atualizarem e progredirem nas suas políticas ligadas ao Património “em benefício de toda a sociedade” (Martins 2009, 44).

²² À Convenção de Faro importa ainda a tónica assente na ideia de “património cultural comum à Europa”, ligada ao respeito pela diversidade cultural e apoiada nos direitos humanos. Embora este seja um ponto igualmente importante, nesta investigação optámos por não lhe dar ênfase, pois partimos desta primeira ideia-chave: o valor que as pessoas, de uma forma geral, atribuem ao património e como o facto

Ademais, a bibliografia mais recente é consensual quanto à importância das pessoas na validação e reconhecimento do (seu) património, reconhecendo a Convenção de Faro como um instrumento fundamental para a mudança de paradigma (Amaro 2022; Ballart *et al.* 1996; Brighenti 2021; Fairclough *in* Council of Europe 2009, 29-41; Fojut *in* Council of Europe 2009, 13-21; Fontal *et al.* 2017; Fontal e Marín 2018; Fontal *et al.* 2018; Fontal *et al.* 2020; Fontal 2020a, 11-25; Fontal 2020b; Macedo 2020; Macedo 2021; Martinez 2019; Martins 2009 e 2020; Meyer-Bisch *in* Council of Europe 2009, 59-65; Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021; Schofield 2015; Portolés *in* Fontal 2020a, 27-43; Thérond *in* Council of Europe 2009, 9-11)²³, mas Olaia Fontal, conforme escreve, e nós sublinhamos, vai um passo mais além, afirmando que

El patrimonio pertenece a las personas, que son sus creadoras, herederas, legatarias, transmisoras, etc. En realidad, podemos dar un paso más y suponer que el patrimonio es inseparable, precisamente, de esas personas, porque establece con ellas vínculos de propiedad, pertenencia, transmisión, selección, valorización y, todo ello, no puede hacerse sin personas pero tampoco tiene sentido que se haga si no es para personas (Fontal *et al.* 2018; sublinhado nosso).

Esta proposta constituiu o ponto de partida da nossa argumentação e consequente escolha do método de análise e interpretação dos dados recolhidos e trabalhados. Assim, para que o entendimento de património seja claro, focado e inseparável das pessoas, é necessário despertar consciências. Como o fazer, senão através da educação?

Como refere Jorge Custódio, a legislação portuguesa reconhece os deveres do Estado, das Regiões Autónomas e das Autarquias locais no conhecimento, estudo, proteção, valorização e divulgação do património cultural²⁴, contudo “sem menção expressa e inequívoca ao dever de uma educação dirigida e orientada para a formação

de essas serem ou não sensíveis ao património poder influenciar a formação de *comunidades patrimoniais*, conceito proposto pela Convenção e que mais à frente aprofundaremos (Council of Europe 2005a).

²³ Como Olaia Fontal refere, passámos de uma perceção muito simplificada e historicista, em que os bens têm valor por si só, para uma visão na qual se incluem os valores que as pessoas atribuem ou projetam nos bens patrimoniais. Embora esta seja uma temática por si só complexa, para Olaia Fontal uma coisa está bem clara: os bens não têm valor, os bens são bens, os valores, esses, são-lhe atribuídos (Fontal 2020b)

²⁴ Cf. Assembleia da República 2001

de uma consciência patrimonial, em todas as classes e para todos os cidadãos” (Custódio 2000, 10; sublinhado nosso). Refere, inclusive, o “atraso” que existe na formação de uma consciência cívica no que diz respeito aos temas elementares do património, sobretudo quando comparada com a educação ambiental. Conforme o autor, só entre 1977 e 1986, no pós 25 de abril, surge o primeiro "alerta da necessidade urgente de uma educação a nível patrimonial" devido, sobretudo, às associações de defesa do património. O desenvolvimento de uma educação especificamente ligada ao património surge a partir dos meados da década, nomeadamente com o "desenvolvimento das técnicas de animação cultural e dos serviços educativos dos museus e do património", assim como o recurso a novas pedagogias e didáticas escolares, resultando em várias experiências de educação patrimonial (Custódio 2000, 10). Como tal, implementou-se nas escolas a disciplina “área-escola” o que proporcionou o desenvolvimento de diversos projetos e o uso de metodologias de aprendizagem ativas e participadas “envolvendo os alunos em processos de descoberta e de construção do seu próprio conhecimento, nomeadamente nas áreas patrimoniais” (Azevedo 2010, 50).

Neste sentido, na Lei de Bases do Património Cultural, a educação – e nunca a *educação patrimonial* ou *sensibilização patrimonial* – apenas é referida no âmbito da coordenação entre património cultural e as restantes políticas, como as educativas (Assembleia da República 2001, artigo 6º, princípios gerais, alínea c); por outro lado, na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, a educação surge como forma de acesso ao património cultural e às manifestações culturais, tendo como fim “o aumento e a diversificação dos públicos” (Assembleia da República 2004, artigo 42º, alínea 2).

Recentemente surgiu ainda, no âmbito das políticas educativas estatais, a estratégia do Plano Nacional das Artes que, embora o foco esteja no acesso dos cidadãos, em particular das crianças e dos jovens, às artes através da promoção da participação, fruição e criação cultural, fomenta igualmente o desenvolvimento de redes de colaboração e parcerias entre entidades públicas e privadas com as comunidades educativas, nomeadamente para o desenvolvimento de projetos educativos a partir do património local (Comissão Executiva do Plano Nacional das Artes 2019).

Em 1972 a UNESCO, na Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural, já enunciava a importância da educação em prol do património, sublinhando nos seus artigos 27º e 28º que os Estados deveriam esforçar-se, “mediante programas de educação e de informação, por reforçar o respeito e o apego dos seus povos ao património cultural e natural”, devendo “tomar as medidas necessárias no sentido de dar a conhecer a importância dos bens que constituem o objecto de tal assistência e o papel desempenhado por esta” (UNESCO 1972, artigos 27º e 28º; sublinhado nosso).

Além disso, o papel da educação patrimonial tem sido internacionalmente reconhecido pelas comunidades científicas, nomeadamente através de um crescente número de investigações, conferências/colóquios e artigos/publicações que reforçam o seu papel e a sua importância (Azevedo 2010; Custódio 2000; Fontal 2016; Fontal 2020a; Fontal 2020b; Fontal *et al.* 2020; Gonçalves 2022; Janeirinho 2018; Ministerio de Cultura y Deporte 2019; Ortega e Fontal 2019; Pereira e Cardoso 2016; Solé 2015). Neste sentido, destacamos Espanha como um país que se tem dotado de instrumentos capazes de fazer a gestão educativa do seu legado patrimonial²⁵, exemplo ao qual iremos recorrer para, de alguma forma, caracterizar a educação patrimonial.

Assim, e na impossibilidade de referirmos uma exposição clara do conceito de *educação patrimonial* e de atestar as suas linhas de orientação e objetivos no âmbito legislativo português, recorreremos a várias reflexões de forma a caracterizar esta metodologia educativa. A nossa escolha recai tanto em autores portugueses, como nas investigações decorridas em Espanha por, precisamente, termos vindo a assistir à colaboração entre Portugal e Espanha em matéria de património cultural ²⁶, enquadrando, igualmente, no contexto europeu.

²⁵ Olaia Fontal, investigadora e docente em educação patrimonial e artística e diretora do Observatório de Educação Patrimonial de Espanha, refere a importância da educação patrimonial para o caso espanhol onde se tem vindo a assistir a uma inclusão das pessoas nos processos de patrimonialização e de sensibilização (Fontal 2016, 423), precisamente porque aquela está espelhada na lei espanhola desde 1985 (Ley 16/1985 de Patrimonio Histórico Español). Ou seja, a própria lei espanhola tem vindo a definir critérios metodológicos, programas e linhas de atuação (designadamente através da criação do Observatório de Educação Patrimonial, desde 2010, e do Plano Nacional de Educação e Património, desde 2013) acompanhando, inclusivamente, a problematização e atualização do conceito de património.

²⁶ Veja-se, por exemplo, a intenção de ambos os governos na preparação de um memorando para o fortalecimento de cooperação cultural; no apoio do governo português, através do Ministério da Cultura, ao evento “Mostra Espanha”, cuja 7ª edição, em 2021, decorreu em Portugal; e, ainda, a DGPC se constituir parceiro institucional da AR&PA Bienal Ibérica de Património Cultural.

Jorge Custódio define da seguinte forma:

A educação patrimonial resulta do acto de educar, isto é, gerar e potenciar a totalidade das capacidades de cada um no sentido de um conhecimento das coisas e dos outros de forma livre e solidária, processo durante o qual a personalidade se forma pela interação de todos os elementos educativos e se projecta em valores de participação, de diálogo, de solidariedade social e identidade cultural e se realiza através de acções e soluções para os diversos problemas (Custódio 2000, 11).

Luísa Janeirinho, enfatiza, precisamente, o espaço de relação que é potenciado pelo processo educativo – onde participam as pessoas / as comunidades – e o património cultural (Janeirinho 2018, 39).

O estado espanhol, por exemplo, entende a educação patrimonial como,

una disciplina cuyo fin es conectar al Patrimonio con la sociedad, que es su generadora, propietaria y depositaria. Esa conexión sólo es posible si se consigue despertar la inquietud por conocer el Patrimonio en los ciudadanos (Ministerio de Educación, Cultura y Deporte (2015); sublinhado nosso)²⁷.

Para o Conselho Europeu,

"heritage education" means a teaching approach based on cultural heritage, incorporating active educational methods, cross-curricular approaches, a partnership between the fields of education and culture and employing the widest variety of modes of communication and expression (Council of Europe 1998)

Tendo como referência as investigações promovidas pelo Observatório de Educação Patrimonial de Espanha (doravante designado OEPE)²⁸ aos programas educativos nacionais e internacionais, nomeadamente nos países que compõem a região

²⁷ Cf. <https://www.culturaydeporte.gob.es/planes-nacionales/planes-nacionales/educacion-y-patrimonio/programas-y-lineas-actuacion.html> (consultado em 20.07.2022).

²⁸ De referir que, desde 2010, o OEPE gerou uma base de dados com mais de 1.200 entradas, possibilitando a inventariação de 19 tipologias educativas de programas de educação patrimonial em Espanha e internacionalmente, sobretudo da última década; inclui um portal *web* (Portal OEPE - <http://www.oepe.es/>) que serve como ferramenta de divulgação da educação patrimonial, nomeadamente na vertente de investigação e no acesso aos dados inventariados (Fontal 2016, 427). Olaia Fontal (2016) sintetiza algumas das principais conclusões das investigações às quais recorremos de forma a caracterizar a educação patrimonial.

Iberoamericana, é possível determinar abordagens diversas e interligadas por este par de conceitos, educação e património:

- *Educação com património* – os bens patrimoniais são considerados enquanto recursos didáticos;

- *Educação do património* – considera o património como conteúdo, integrando-o nos programas das disciplinas curriculares;

- *Educação para o património* – abordagem orientada para a ensino-aprendizagem de conteúdos relacionados com o património, entendendo que a ação educativa é uma parte ativa e decisiva na configuração desse património;

- *Educação de e para o património* – abordagem relacional que propõe o processo educativo concetualizado a partir da própria ideia de património, orientando-o para a educação patrimonial como objetivo principal;

- *Educação e património ou educação patrimonial* – trata-se de uma abordagem global “integradora e simbiótica”, que coloca a tónica na dimensão relacional existente, não só entre os dois conceitos, mas entre os elementos que os integram ou que constituem cada um deles. Parte-se, portanto, do ato de patrimonialização, ou seja, da relação entre os bens e as pessoas que lhes conferem valores²⁹, sendo que a educação se preocupa com a relação entre as pessoas e a aprendizagem. O património é o conteúdo desta aprendizagem e as formas de relacionamento referem-se à identidade, propriedade/pertença, cuidado, fruição, transmissão, etc. (Fontal 2016, 432; Ministerio de Educacion y Cultura 2015, 13).

A partir destas abordagens sintetizadas pelo OEPE, Olaia Fontal Merillas identificou ainda até oito modelos diferentes de educação patrimonial, em função das variáveis educativas de cada uma:

(1) *modelo transmissivo* no qual o professor ou educador não formal se coloca no papel de especialista com conhecimentos sobre o património e as estratégias didáticas assentam na transmissão de conteúdos, nomeadamente concetuais, históricos, artísticos, geográficos ou geológicos;

²⁹ Como diria Jorge Custódio, a patrimonialização é um “fenómeno que se explica pela atitude extrema de defesa e salvaguarda de patrimónios” (Custódio 2010, 346).

(2) *modelo recetivo*, no qual se facilita a aprendizagem, adaptando-a às características do recetor e à “bagagem” concetual dos estudantes e/ou do público;

(3) *modelo concetual* no qual os conteúdos se concentram mais nos aspetos concetuais e elementos patrimoniais específicos;

(4) *modelo contextual* no qual os processos de ensino-aprendizagem ocorrem quase sempre *in situ* e por vezes têm em conta os níveis de capacidades dos recetores, experiências patrimoniais anteriores ou os recursos que o contexto oferece;

(5) *modelo de investigação* cuja variável é o conteúdo patrimonial no qual se pretende obter mais conhecimento, sendo que está normalmente ligado ao que se quer ensinar num determinado lugar, tornando os conteúdos mais significativos e ligados sobretudo à história local;

(6) *modelo processual* que enfatiza as relações que se estabelecem nos processos de patrimonialização e de identificação, centra-se na ligação que se estabelece entre o bem patrimonial e o indivíduo e/ou as comunidades, proprietárias reais ou simbólicas desse património, através de processos de sensibilização, transmissão, etc.;

(7) *modelo construtivo* que se baseia nos círculos de identidade do indivíduo, sendo que a relação com os bens patrimoniais é diversificada e se baseia numa aprendizagem significativa, ligada aos conhecimentos prévios do sujeito; e, finalmente,

(8) *modelo relacional* que engloba os modelos anteriores, no qual os conteúdos e o contexto estão no eixo das estratégias de ensino-aprendizagem, sendo elas adaptadas ao grupo-alvo, e a relação com os conteúdos são desenvolvidas em contexto e vão adquirindo um significado (Fontal 2016, 432-433).

Poder-se-ia elencar, ainda, as diversas mais-valias para cada uma das diferentes abordagens que relacionam património e educação, mas nesta dissertação interessa-nos sobretudo a última – a educação patrimonial –, por implicar uma maior tomada de consciência patrimonial por parte dos cidadãos e um reforço da relação vinculativa entre as pessoas e os bens patrimoniais. Como refere Marcelo Martín Guglielmino, a possibilidade do desenvolvimento de uma consciencialização patrimonial por parte da sociedade e a consequente relação vinculativa entre esta e o património, exige que se passe a ter conhecimento e a reconhecer a importância dos conceitos de “fragilidade” (o património pode perder-se), de “pertença” (o património é da sociedade) e de

“durabilidade” (deve-se legar o património às gerações futuras) (Martin 2007, 4 - 5; tradução nossa).

Assim, e de uma forma sucinta, podemos enumerar alguns dos objetivos que consideramos fundamentais no desenvolvimento de programas de educação patrimonial: (1) contribuir para a criação de sentido e significado dos espaços da nossa vida quotidiana; (2) concorrer para a preservação e valorização das diversidades culturais humanas; (3) desenvolver e potenciar capacidades mentais ligadas à observação, descrição, comparação, análise, etc, estimulando o sentido crítico, juízo estético e o sentido investigativo; (4) aceder a múltiplas diversidades, não só culturais, mas também comportamentais, interpretativas, materiais, imateriais, artísticas, etc.; (5) desenvolver e potenciar a criação de vínculos entre as pessoas e os bens patrimoniais, nomeadamente através do sentimento de pertença e de identidade; (6) desenvolver e reforçar a consciência patrimonial através de processos de sensibilização; (7) construir um saber partilhado, mobilizando atitudes e valores num processo de construção da cidadania; (8) potenciar a dimensão cívica na preservação e conservação do património cultural (Janeirinho 2018, 38-40; Molina *in* Solé 2015, 46-47)³⁰.

1.2. Da educação à sensibilização patrimonial

Partindo da premissa de que o património é inseparável das pessoas, então não se pode descurar a relação que as pessoas, individualmente ou em grupo, estabelecem com o (seu) património quer sejam eles bens materiais, imateriais ou espirituais (Fontal *et al.* 2018, § 2). A tónica está, por isso, na relação vinculativa com o património. Olaia Fontal *et al.* (2018) metaforizam a ideia de património – na qual se inclui as suas dimensões, o contexto e a continuidade, esta ligada à transmissão – enquanto uma *linha*:

³⁰ No âmbito do II Seminário de Educação Patrimonial (organizado em parceria com a Câmara Municipal de Braga e o Instituto da Educação da Universidade do Minho, e que se realizou no Museu D. Diogo de Sousa, nos dias 4 e 5 de dezembro de 2014), o investigador Ramón López Facal da Universidade de Santiago de Compostela afirmou que o objetivo último da educação nas sociedades democráticas é sempre cívico, pelo que a educação patrimonial constituirá uma dimensão relevante para esse fim. Desse modo, o investigador é da opinião que a haver essa necessidade de se formar cidadãos então “no cabe una concepción simplemente erudita o historicista del patrimonio, ni podemos limitarlo únicamente al patrimonio material, histórico-artístico.” Para Facal a construção da identidade cívica realiza-se sempre de forma contextualizada, num determinado território e ambiente cultural e social, sendo que as pessoas constroem a sua identidade individual e social em diálogo com esse mesmo contexto em que vivem, considerando, aliás, que são os elementos imateriais que detêm um maior peso, ao invés dos materiais. Por isso, como refere: “no se puede reducir la educación patrimonial al reconocimiento de restos materiales por valiosos que estos sean” (Facal *in* Solé [coord.] 2015, 59; sublinhado nosso).

capaz de tecer, de bordar, de relacionar, de estender, de ligar a memória. É nesta ideia de *linha* que cada geração decide o que fazer com o bem patrimonial que recebe (Fontal *et al.* 2018). Mas, como fazer com que a geração vindoura tome consciência da importância do (seu) património?

Olaia Fontal traz-nos uma conceitualização ligada à sensibilização patrimonial, processo fundamental que permite aos indivíduos conhecerem, compreenderem, respeitarem, valorizarem, tornando-se sensíveis ao património, capazes de desfrutar, transmitir e cuidar³¹. Esta é a base teórica da nossa argumentação, que passamos desde já a explicitar.

A investigadora espanhola em educação e sensibilização patrimonial sublinha, precisamente, que no panorama internacional a UNESCO, através da Convenção sobre a Proteção e a Promoção das Diversidades das Expressões Culturais (UNESCO 2005), faz menção à importância da sensibilização do público, reforçando o papel fundamental da educação na proteção e promoção das expressões culturais³². No processo de sensibilização patrimonial está subjacente a ideia-chave de que só protegemos e valorizamos o que conhecemos e compreendemos. Deste modo, Olaia Fontal propõe uma sequência que nos elucida das diferentes fases deste processo, partindo desde logo da premissa de que o património não tem valor intrínseco, mas são as pessoas que, ao saberem valorizá-lo, são capazes de projetar valores e estabelecer vínculos. É possível, por isso, identificar quem não é sensível às questões patrimoniais – desde logo pelos atos de destruição, desconhecimento, roubo, etc. –, mas também quem o seja – por exemplo, um grupo de vizinhos que impede a destruição de um edifício emblemático, etc. Para Olaia Fontal, a sensibilização não é algo inato ou natural, mas é passível de ser

³¹ Valerá a pena referir que já em 1978, aquando do Congresso Internacional de Defesa e Valorização do Património Cultural e Natural, e através das reflexões de Jorge Henrique Pais da Silva, se apelava a um “projecto para Portugal de «uma política coerente de defesa do Património Cultural»” (Custódio e Rasquilho *in* Custódio 2010, 298). Pais da Silva afirmava que “não basta, porém, a existência de um corpo de leis [para] que fique automaticamente assegurada a salvaguarda dos bens culturais”, já que para o autor haveria que se investir na formação de uma consciência patrimonial, através da sensibilização e valorização do património, capaz de potenciar a responsabilidade cívica que todos os cidadãos têm para com o (seu) património (Silva 2020, 51).

³² No artigo 10º, intitulado Educação e sensibilização do público, pode ler-se: “As Partes deverão: / a) Propiciar e desenvolver a compreensão da importância da protecção e da promoção da diversidade das expressões culturais, designadamente através de programas de educação e de uma maior sensibilização do público; (...) / c) Empenhar-se em incentivar a criatividade e reforçar as capacidades de produção mediante a criação de programas de educação, de formação e de intercâmbios no domínio das indústrias culturais, devendo estas medidas ser aplicadas de maneira a não terem um impacto negativo sobre as formas de produção tradicionais.” (UNESCO 2005).

adquirido, conseguido, alcançado, precisamente através da educação patrimonial por esta ser a prática capaz de transformar a ausência de sensibilização (Fontal 2020a, 47). Logo, o processo de sensibilização patrimonial está associado a uma cadeia de ações, por conseguinte deverá ser organizado e ordenado para que resulte, e, desse modo, deve reger-se por critérios específicos e identificados pelos técnicos especialistas, sendo que para tal “necesita planificación, implementación y medición o evaluación del proceso y de los resultados” (Fontal 2020a, 48)³³. A sensibilização patrimonial é assim entendida como um ponto de “inflexão”, a partir do qual despoleta nos indivíduos comportamentos naturais e espontâneos, como são o cuidado, o desfrute (sensorialmente, intelectualmente, fisicamente, socialmente, emocionalmente, etc.) e a transmissão, neste que é um processo circular e que passa a ser reproduzido pelo próprio indivíduo junto de outras pessoas. O processo de sensibilização patrimonial de Olaia Fontal pode, então, ser representado esquematicamente da seguinte forma:

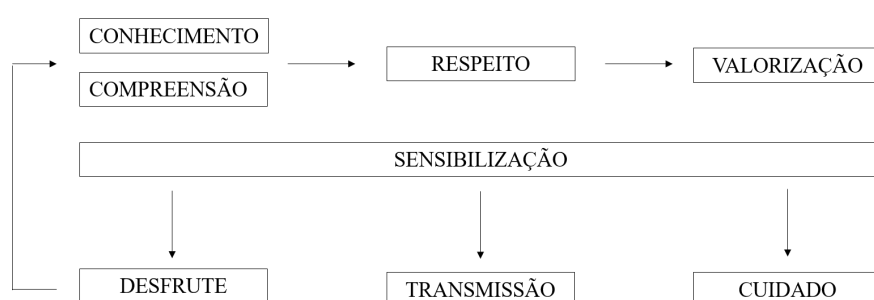


Figura 2: Sequência de sensibilização patrimonial de Olaia Fontal (2020a, 49; tradução nossa)

Além disso, a autora refere que não basta conhecer o património para se ser sensível ao mesmo. Para Olaia Fontal dependerá sobretudo da forma como temos acesso a esse conhecimento (ou a forma como o aprendemos). Desta forma, identifica quatro tipos de conhecimento de património: (i) os *saberes concetuais*, ligados sobretudo à identificação, classificação, contextualização, análise, dos quais os dados históricos são

³³ Este é um ponto que sublinhamos ao qual a autora, na análise aos dados recolhidos pelo OEPE e no que diz respeito à realidade espanhola, fazia já referência em 2016 ao seguinte: 44,9% dos programas inventariados não explicitam objetivos didáticos; 81,7% não conseguem justificar a sua abordagem; e apenas 1,9% referem que contemplam algum mecanismo de avaliação, revelando-se para os investigadores um dado preocupante, pois é através da avaliação que se consegue aceder a conclusões que permitam identificar se o programa educativo foi eficaz, se atingiu os objetivos inicialmente propostos ou outros que tenham surgido, isto porque, como refere, “la evaluación de estas iniciativas es el único modo de conocer la rentabilidad social, cultural e identitaria de tantísimo esfuerzo económico y recursos humanos empleados para la gestión del patrimonio cultural, su educación y difusión.” (Fontal 2016, 429).

exemplo; (ii) os *saberes procedimentais*, ligados à produção e reprodução de processos relacionados com a construção e manutenção dos bens culturais; (iii) os *saberes atitudinais*, cujas atitudes são explicadas pelos comportamentos que são gerados (por exemplo: a atitude de respeito, explica o comportamento de preservação e cuidado); (iv) os *saberes experienciais*, implicando vivências e vínculos com o património e que não necessitam, especificamente, dos outros saberes, sendo que são estes últimos os saberes potencialmente capazes de gerar vínculos de apropriação simbólica e identitária (Fontal 2020a, 50). Como refere a autora,

Este conocimiento experiencial es muy específico del ámbito cultural, de forma que las experiencias patrimoniales son vehiculadores fantásticos de vínculos de propiedad, pertenencia e identidad hacia el patrimonio (Fontal 2020a, 50)³⁴.

O acesso ao conhecimento sobre património também varia (livros, documentários, visitas, etc.), assim como o impacto que deixa nas pessoas, mas, e apoiando-se nas teorias da aprendizagem, Olaia Fontal refere que este tende a ser maior quando as aprendizagens têm por base experiências emocionais capazes de envolver os sentidos e a cognição, sendo que na área cultural isso é determinante (Fontal 2020a, 51). Acedemos a essas vias de conhecimento através dos “**procedimientos de mediación** que resultan de una intervención humana dirigida a favorecer aprendizajes” e que, segundo a autora, podem ser classificados pelo menos em três tipos: receção, interação e experimentação (Fontal 2020a, 52; negrito da autora)³⁵.

Neste sentido, a autora vai mais além quando diz que,

El modo en que entendemos el patrimonio – o la dimensión en la que ponemos el acento – influye en cómo educamos en él. Por eso, cómo “pensamos” el patrimonio determina el lenguaje que usamos y cómo lo enseñamos” (Fontal 2020a, 12).

³⁴ Valerá a pena reforçar esta ideia de experiência patrimonial com a “função de ressonância” de um símbolo, como são os bens patrimoniais, identificada por Eduardo Jorge Esperança, precisamente “quando os objetos ou as imagens desencadeiam no sujeito alguma ressonância mais ou menos vibratória, [sendo por isso] sinal de que estão vivos na sua propulsão simbólica” (Esperança 1997, 116).

³⁵ Neste sentido, valerá a pena fazer referência à Carta para a Interpretação e Apresentação dos sítios de Património Cultural. quando diz “A interpretação refere-se ao conjunto das atividades destinadas a aumentar a sensibilização do público e a melhorar a sua compreensão do sítio cultural” (ICOMOS 2008, definições), sem esquecer, claro, Freeman Tilden quando recupera a frase “Through interpretation, understanding; through understanding, appreciation; through appreciation, protection” (Tilden 1977, 38).

Assim, ao considerar que o entendimento do conceito de património tem vindo a alterar-se ao longo do tempo, acumulando várias visões cada vez mais dinâmicas e holísticas, a autora conclui que existem e coexistem várias formas de entendimento do património que vão desde a ideia de objeto à de uma ligação entre identidade e cultura. Deste modo, Olaia Fontal identifica e explicita essas diferentes formas de entendimento, nomeadamente:

(1) *património entendido como objeto*, apoiando-se numa visão centrada na dimensão de tangibilidade dos bens, cujos valores patrimoniais projetados referem-se à visão estética, económica e formal;

(2) *património entendido como texto*, o qual se considera para lá da sua materialidade e através do qual a história pode ser “lida”, compreendendo-se assim mensagens, significados e ideias que podem ser desvendadas e entendidas através de um conhecimento específico, sendo que os valores histórico e cultural são os mais relevantes;

(3) *património entendido como contexto*, numa conceção mais sistémica, revelando-se o contexto como parte desse património, sendo que o valor social é o mais importante nesta abordagem;

(4) *património enquanto símbolo*, contendo os elementos acima (objeto, texto e contexto) e acrescentando algo mais, através da projeção de valores simbólicos, imaginários, mitológicos e/ou alegóricos;

(5) *património enquanto extensão do sujeito*, sendo este entendido como referência da identidade, em que o sujeito passa a estar no centro da compreensão do património e a identidade é o valor principal;

(6) *património entendido como vínculo*, admitindo que os indivíduos assumem formas de ligação ou relação com os bens patrimoniais através dos vínculos que estabelecem, explicando os valores que as pessoas, individual ou coletivamente, são capazes de projetar nos bens patrimoniais, compreendendo-se a si próprias e ao contexto em que vivem, sendo que neste caso, o valor relacional é o mais importante (Fontal 2020a, 15 - 17).

Neste último caso, importa ainda distinguir os tipos de vínculos e, para tal, apoiamo-nos no trabalho de Fontal e Marín no qual as investigadoras distinguem dez tipologias de vínculos relacionados com as esferas patrimoniais (identitária, temporal, afetiva e experiencial), nomeadamente: vínculo identitário; vínculo familiar; vínculo temporal; vínculo passado/infância; vínculo religioso; vínculo afetivo; vínculo amizade; vínculo social; vínculo espacial e vínculo experiencial (Fontal e Marín 2018, 490)³⁶.

Sublinhamos ainda que, e no âmbito da sensibilização patrimonial, a criação de vínculos entre pessoas e património implicará o desenvolvimento de modelos educativos de continuidade, na assunção de abordagens processuais, ao invés das habituais abordagens transmissivas e interpretativas, considerando e promovendo, por isso, o desenvolvimento de um trabalho educativo em património através de uma sucessão de processos (Fontal 2016, 429)³⁷ que devem ainda ser avaliados, como, aliás, já referimos.

Tomando consciência do processo de sensibilização patrimonial e da forma como o próprio entendimento de património influencia o modo como se discursa / ensina / transmite / difunde / comunica património, para quem devem ser dirigidas as ações?

1.3. Património para todos: públicos ou comunidades?

Antes demais, importa clarificar que no âmbito da nossa investigação consideramos que património para todos deve partir do conceito de “democracia cultural”, ao invés do conceito habitualmente difundido pelas instituições culturais e patrimoniais de “democratização da cultura”. Este último modelo é entendido enquanto uma visão bem-intencionada de “tornar acessíveis, ao maior número de pessoas, as obras-primas da humanidade e, em primeiro lugar, as do país em causa” (Presidência

³⁶ Olaia Fontal resume a sua concetualização num quadro que permite identificar, inclusive, quais os verbos utilizados nos discursos sobre património. Este quadro-síntese, juntamente com os tipos de vínculos, tornou-se fundamental na análise que realizámos aos dados recolhidos, constituindo-se nesta investigação as categorias e subcategorias de análise de conteúdo de forma a aferir a(s) relação(ões) com entre a população e o património sesimbrense (Cf. Anexo VI).

³⁷ Uma das grandes conclusões das investigações do OEPE é justamente a preferência por abordagens transmissivas e interpretativas, em oposição à quase inexistência de objetivos metodológicos ligados à sensibilização, identificação e valorização. Olaia Fontal refere, inclusive, que embora no plano teórico se esteja a passar de uma visão mais estática para uma visão dinâmica de património, na prática, a conceção e implementação dos programas educativos acabam por evidenciar que os mesmos se baseiam ainda num conceito de património já ultrapassado (cf. Fontal 2016, 429).

Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021, art.º2), sendo que, tanto na Lei de Bases do Património Cultural, como na Lei-Quadro dos Museus Portugueses, encontram-se referências neste sentido, ao acesso e fruição cultural por todos os cidadãos (Assembleia da República 2001, artigo 12º, ponto 1, alínea a, e artigo 70º, alínea d; Assembleia da República 2004, artigo 2º, alínea b e artigo 106º alínea a). Nesta visão, os cidadãos são considerados meros espetadores ou consumidores passivos, não lhes sendo dada a oportunidade de serem agentes ativos da cultura. Segundo os autores da Carta do Porto Santo, são várias as desvantagens deste modelo, essencialmente *top-down* (hierarquizado), demonstrando ser incapaz de trazer os resultados esperados, perpetuando a ideia de que a cultura e o património cultural são estruturadas pelas e se dirigem apenas às elites (Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021, art.2º; Brighenti 2021, § 20).

Pelo contrário, por “democracia cultural” entende-se que:

advoga a criação de condições para uma participação mais ativa e o reconhecimento das práticas culturais dos diferentes grupos sociais (...) Recusa a menorização dos cidadãos e dos públicos não conotados com as elites, valorizando o que cada um sabe, as suas tradições, a sua voz. Não «leva cultura» aos territórios, porque em todos os territórios já existe cultura: valoriza a cultura local e complementa-a com outras expressões culturais, abrindo a experiência local ao universal, e estimulando esse diálogo (Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia 2021, ponto 2º).

É desta premissa que partimos para a exposição dos nossos argumentos, por considerarmos que este modelo compromete uma visão mais abrangente, dinâmica e ativa, que não se coaduna com o simples e passivo consumo cultural. Neste sentido, devemos falar de públicos ou de comunidades? Existirá focos e pressupostos diferentes? Ou um quererá dizer o mesmo que o outro?

A bibliografia sobre esta matéria divide-se, ora produzida através do prisma das áreas disciplinares da museologia ora do património. É comum, por isso, encontrarmos referências a estudos de públicos no que diz respeito ao acesso e fruição dos museus e, por outro lado, o conceito de comunidade estará substancialmente mais presente na bibliografia referente ao património. Assim, numa tentativa de fazer a distinção entre

públicos e comunidades, devemos ainda acrescentar denominações como as de visitantes, utilizadores, audiência, consumidores, participantes... pois, segundo Andreia Vale Lourenço, as diferentes terminologias permitem “abordar uma série de ideias-chave expressas através de vários autores e textos e que tem influenciado, direta ou indiretamente, a mudança de paradigma no relacionamento museu/audiência”, nomeadamente no contexto de pós-modernidade (Lourenço 2014, § 20).

Tomamos a definição de Andreia Vale Lourenço quando entende por “público” “toda a extensão da população a quem o museu se dirige” e que, por sua vez, representa “um universo potencialmente maior que o dos visitantes, neste caso sinónimo de utilizadores”. Como refere a autora “a denominação «público» engloba todos aqueles que são considerados significativos para o museu, mesmo que não necessariamente o visitem” (Lourenço 2014, § 7; § 21). Refere ainda que para alguns autores esse público adquire o estatuto de consumidor, mesmo que os museus não o prefiram assim o entender, pois, estas instituições “oferecem continuamente produtos de consumo, tais como [as] exposições” (Lourenço 2014, § 21; citando Reeve e Wollard). Para além disso, “a «audiência» é considerada mais passiva que os «participantes», e o termo «visitante» sugere menor autoridade e exigência que o «consumidor»” (Lourenço 2014, § 21)³⁸.

Tendo em conta um dos grandes objetivos dos museus, “facultar acesso regular ao público e fomentar a democratização da cultura, a promoção da pessoa e o desenvolvimento da sociedade” (Assembleia da República 2004, artigo 3º, ponto 1, alínea b), não é de estranhar que estas instituições patrimoniais adotem estratégias que visem a captação de “públicos”. Apesar de se sinalizar uma mudança de paradigma na missão destas instituições em função da construção de uma instituição socialmente mais responsável, acessível e inclusiva (Carvalho 2016, 7), e que incentiva a uma participação maior das pessoas enquanto “protagonistas no processo de criação, decisão e disseminação de novos discursos” (Kreps citado em Carvalho 2016, 10), a opção por servir as necessidades dos seus públicos leva-nos a considerar que esta visão se mantém mais próxima do conceito de democratização da cultura, anteriormente explicitado.

³⁸ Há, ainda, uma tendência geral para se ordenar os públicos formais de acordo com os níveis de escolaridade, e por grupos, como as famílias ou pessoas com necessidades educativas especiais, deixando de lado outros grupos diversos (Fontal 2016, 428-429).

Já no campo mais alargado do património têm vindo a surgir vários conceitos que procuram abarcar os “vários significados que correspondem a diferentes formas de participação, com diversos contextos, agentes, beneficiários” (Macedo 2021), nomeadamente, *património comunitário*, *participação cultural*, *gestão patrimonial comunitária* ou *património participativo*. Esta diversidade e âmbito dos conceitos parecem, como Sofia Costa Macedo refere, “testemunhar [a] forma como as pessoas se relacionam com a cultura e [com] o património” (Macedo 2021), espelhando, por isso, um entendimento mais próximo do conceito de democracia cultural.

Interessa, por isso, enunciar o conceito de comunidade, conceção desde logo complexa porque, como Andreia Vale Lourenço refere, “num primeiro olhar, pode ser confundido com a definição de sociedade, assumida como uma comunidade estruturada por instituições”. A autora é da opinião que comunidade expressa um conjunto de pessoas que vivem coletivamente, assumem uma ligação e, sobretudo, partilham um “conjunto de elementos estruturadores” (linguagem, religião, costumes), mesmo não estando formalmente reunidas em estruturas institucionais (Lourenço 2014, § 5). Importa ainda ter a consciência de que as comunidades são criações e experiências sociais dinâmicas, em constante movimento, instáveis e incertas, e que não se coadunam com perceções estanques de geografia³⁹, isto porque ao conceito implica perceber que a comunidade se forma e se aglutina em torno de uma área compartilhada, de interesses e causas comuns ou experiências coletivas (Waterton e Smith 2010, 8-9).

A complexidade não reside apenas na definição deste conceito, mas também no seu uso (ou abuso) levando até à banalização da sua utilização, nomeadamente no sector patrimonial. Quem o afirma são Emma Waterton e Laurajane Smith que, no debate desencadeado pelas investigadoras, denunciam não só o uso, abuso e reuso do conceito de comunidades, como também o de identidade e cultura. Referem que a tendência é, inclusive, usar a expressão para adornar as diretivas políticas⁴⁰, as práticas profissionais

³⁹ Sobre este ponto vale a pena recordar a visão de Maurice Halbwachs (1990) sobre a forma como a memória coletiva opera, particularmente no que respeita ao sentimento de pertença, que prevalece através da ideia de estabilidade que o espaço, o lugar geográfico, oferece, mesmo que os indivíduos já não habitem nesse mesmo lugar.

⁴⁰ Neste sentido, as autoras referem ainda que a utilização obsessiva do conceito está presente na utilização de outras denominações que partem da ideia de comunidade, como é o caso de “regeneração, inclusão social, engajamento cívico, renovação civil e comunidades sustentáveis” (Waterton e Smith 2010, 6; tradução nossa), provenientes sobretudo das políticas culturais europeias.

e os projetos *grassroot*⁴¹. A tendência e quase obsessão pelo uso da palavra tem vindo a criar uma noção abstrata do conceito⁴², através do qual a sociedade contemporânea cria, uma vez mais, subgrupos reforçando as diferenças tendo por base a etnia, a classe, a religião ou a cultura. A utilização obsessiva e o enaltecimento da ideia de comunidade acabam por sugerir que é algo que “faz bem”, muito embora prevaleça uma certa “paixão”, nomeadamente nos discursos em património.

No fundo, e tal como as autoras justificam, esta é mais uma forma dos profissionais de património gerenciarem e darem sentido aos “outros”, perpetuando o desconhecimento da parte mais interessada na gestão e valorização patrimonial, as próprias pessoas das ditas comunidades (Waterton e Smith 2010). Acresce ainda o facto de que, para as investigadoras, a noção particular de comunidade dentro da esfera patrimonial acaba por ignorar o facto de que as representações impostas por essa noção abstrata, que é concebida, podem vir a gerar fortes efeitos que em nada beneficiam o envolvimento (dessas comunidades) com o património (Waterton e Smith 2010, 8-9). E, como as autoras sublinham, “in these situations, jointly-run projects tend to involve things that are done *for* communities, rather than *with* them” (Waterton e Smith 2010, 6; *italico das autoras*), uma questão fundamental para nós na maneira como abordámos e conduzimos a investigação para a realização desta dissertação.

É neste sentido que a expressão e significado do “discurso autorizado de património” (Authorized Heritage Discourse – AHD), proposto e defendido por Laurajane Smith (2006), contribui para esta banalização do conceito. Estamos, portanto, perante “um discurso feito por profissionais do sector que valida e define o que é ou não é património, enquadrando e condicionando as práticas patrimoniais” (Waterton e Smith 2010, 12; tradução nossa). Discurso esse que torna visível a forma como os agentes patrimoniais pensam património – e, consequentemente, o transmitem / difundem / ensinam / ... tal como Olaia Fontal (2020a, 11-24) defende e que já tivemos oportunidade de evidenciar –, e, obviamente, a forma como atuam perante as diferentes práticas de gestão, preservação, conservação de património. Na visão de Waterton e

⁴¹ Projetos que têm uma abordagem e implementação desde a raíz (roots) / base, pressupondo uma ação coletiva (comunitária, regional, nacional) para efetuar mudanças a nível local, regional, nacional ou internacional.

⁴² As autoras referem que os agentes patrimoniais, os especialistas, acedem às comunidades, observam e interpretam a partir dos bens materiais ou das manifestações culturais, reservando-se o direito de construir narrativas e de falarem sobre elas e, até, rejeitar o que as próprias enunciam, por considerarem que fogem aos ideais nostálgicos da ideia de comunidade (Waterton e Smith 2010, 8).

Smith, os profissionais de cultura e de património tendem a reforçar o seu estatuto de especialista⁴³ e acabam por legitimar as noções que estabelecem sobre comunidade⁴⁴.

Deste modo, surge a necessidade de se refletir, primeiro, sobre os conceitos que a própria instituição patrimonial utiliza e de que modo, tendo em consideração as recomendações nacionais e internacionais que vão surgindo nesta matéria⁴⁵. Isto porque, não podemos esquecer que:

as pessoas interessam para o património. E não apenas numa lógica de visitantes, consumidores, clientes, mas numa lógica de valorizadores do património, de produtores de conhecimento e de elementos relevantes para a gestão do mesmo, na sua dimensão pessoal, emotiva, afetiva, de «feelers» (Macedo 2020; sublinhado nosso) ⁴⁶.

Conforme os argumentos que temos vindo a apresentar, consideramos que a Convenção de Faro (2005), enquanto instrumento aglutinador das preocupações internacionais, no que diz respeito ao património cultural, por conferir às pessoas um papel relevante na atribuição de valores e, sobretudo, por defender a tomada de uma maior consciência patrimonial, deve ser tida em maior consideração pelo setor do património e, em particular, pela área da museologia, vindo a refletir-se, precisamente, nas suas práticas. A proposta da Convenção de Faro é inovadora ao propor a definição de *comunidades patrimoniais* que, para nós, consubstancia-se com a ideia de sensibilização patrimonial, tendo como fim o desenvolvimento de estratégias que

⁴³ Ou os “thinkers”, tal como John Schofield designa, aqueles que determinam as agendas de património, “people who can make rational 'scientific' decisions about things” (Schofield 2015, 417).

⁴⁴ As investigadoras dão ainda o exemplo daqueles agentes patrimoniais que, até trabalhando para reformular as suas práticas, facilitando a participação equitativa das pessoas, são muitas vezes confrontados por limitações institucionais e sistémicas impedindo as comunidades de se envolverem com as questões patrimoniais em pé de igualdade com os especialistas (Waterton e Smith 2010, 11).

⁴⁵ Por exemplo, a Convenção de Faro destaca a necessidade de “reconhecer uma responsabilidade individual e colectiva perante o Património cultural” (Council of Europe 2005a, artigo 1º, alínea b), nomeadamente, na formação de comunidades patrimoniais e, mais recentemente, a Carta do Porto Santo deixa várias recomendações, nomeadamente “repensar as organizações culturais e educativas, no sentido de uma governação democrática: promover processos colaborativos dentro da organização; envolver os seus membros nas deliberações e implementar uma política interna de avaliação contínua, que permita aferir o progresso dos processos de mudança e de partilha de poder” (Presidência Portuguesa do Conselho da União Portuguesa 2021, “Recomendações”, alínea 18)).

⁴⁶ Numa lógica de estratégia e foco centrados nas pessoas, como as implicadas na Convenção de Faro, que admitem abordagens que procuram envolver uma diversidade de pontos de vista – os valores que cada pessoa atribui ao património –, John Schofield afirma que, ao invés de “thinkers”, o património necessita de “feelers” que possam implementar e facilitar tais estratégias – “people who follow their emotional instincts” (Schofield 2015, 417) – e que, para o autor, se constituem como uma mais-valia para a mudança de paradigma no campo patrimonial.

procurem a criação de comunidades cívica e patrimonialmente ativas. Segundo a Convenção de Faro,

Uma comunidade patrimonial é composta por pessoas que valorizam determinados aspectos do Património cultural que desejam, através de iniciativa pública, manter e transmitir às gerações futuras (Council of Europe 2005a, artigo 2º, alínea b; tradução *in* Martins 2009, 160).

Podemos, por isso afirmar que, e no que diz respeito ao processo de sensibilização patrimonial, mais do que públicos, as ações devem ser conduzidas com o objetivo de formar comunidades patrimoniais capazes de gerar cidadãos ativos nos processos de valorização, preservação, conservação e transmissão do (seu) património cultural⁴⁷. Assim, as questões que se colocam em consequência desta visão são: como se potencia a formação das ditas comunidades patrimoniais? E de que forma a sensibilização patrimonial contribui para a formação de comunidades patrimonialmente ativas?

1.4. O papel da sensibilização patrimonial na constituição de comunidades patrimonialmente ativas

Atendendo a que, conforme se leu, a Convenção de Faro fala sobretudo de sensibilização patrimonial, importa perceber qual o contributo do modelo de sensibilização patrimonial tendo em vista a implementação de práticas culturais que têm como base o referido documento.

Não tendo a pretensão de se sobrepor a outros instrumentos patrimoniais, como a Convenção para a Proteção do Património Mundial, Cultural e Natural (UNESCO 1972), ou a Convenção para a Salvaguarda do Património Imaterial (UNESCO 2003), a Convenção de Faro surge como complemento e consolidação dos anteriores documentos internacionais, sublinhando aspetos importantes do património em concordância com os direitos humanos e com a democracia (Council of Europe s.d., 2005, 2009, 2018, 2020, 2021; Martins 2009 e 2020). O documento entende, por isso, o património e o seu contexto, integrando as diferentes dimensões (tangíveis e

⁴⁷ Mais uma vez se reforça a ideia de que, como Ángel Portolés Górriz afirma, “No es lo mismo un proyecto cimentado en la implicación ciudadana como base para su desarrollo que otro proyecto previamente diseñado y que únicamente plantea un papel de la ciudadanía como mero espectador final.” (Portolés *in* Fontal 2020a, 32).

intangíveis), e focando-se sobretudo nos valores patrimoniais, oferecendo pela primeira vez uma “visão holística” (Council of Europe 2009, 10), capaz de alcançar objetivos sociais e democráticos, elevando-se para lá de uma visão tradicionalista centrada no objeto e na sua preservação (Council of Europe 2009, 31), isto porque os especialistas tinham vindo a verificar que as estratégias culturais e patrimoniais nacionais, regionais e locais continuavam subdesenvolvidas (Council of Europe 2009, 7 e 9) . Defende-se, então, que mais do que listar os bens patrimoniais que merecem ser preservados, é necessário começar por saber o que é que as pessoas valorizam (Council of Europe 2009, 33).

O investigador Graham Fairclough, elucida-nos sobre as duas possíveis abordagens no campo da gestão patrimonial: (1) por um lado, a opção ligada a uma política patrimonial que administra uma pequena parte do património, gerido e subsidiado publicamente, que parte das abordagens tradicionais, tais como critérios nacionais ou a avaliação de especialistas, preocupando-se com a autenticidade e de designação seletiva; (2) ou, por outro lado, a opção ligada a uma visão alicerçada na Convenção de Faro, que promove um conceito de património amplo e vivo, alinhado com o senso de lugar, paisagem, sustentabilidade e abrangência, mesmo não podendo garantir a permanência de tudo fisicamente. Para o investigador, o primeiro modelo “ergue muros fortes em torno dos lugares, [e] o outro envolve-se em debates sociais envolvendo riscos de perda, bem como a possibilidade de ganhos muito maiores e relevantes” (Fairclough *in* Council of Europe 2019, 34-35; tradução nossa).

Assim, partindo do seu principal objetivo – envolver todos os cidadãos na definição e gestão do património cultural, levando-os a reconhecer que os objetos e os lugares não têm valor intrínseco mas, pelo contrário, são património devido aos valores que as próprias pessoas atribuem (patrimonialização), assim como à forma como os bens patrimoniais podem ser compreendidos e transmitidos –, a definição de comunidades patrimoniais, proposta na Convenção de Faro, reflete, para nós, a oportunidade das instituições patrimoniais participarem e empenharem-se na mudança de paradigma, nomeadamente, através das suas práticas, assentes em estratégias de sensibilização patrimonial. Isto porque,

The novel reference to “heritage communities” signifies that heritage awareness in the future should stem not only from professional expertise but also from the aspirations of population groups which may not be linked by

language, an ethnic tie or even a shared past, but are linked by a purposive commitment to specific heritages (Daniel Thérond *in* Council of Europe 2009, 10).

Assim, como promover essa consciência patrimonial se não através de estratégias de sensibilização patrimonial? Uma vez que, tal como tivemos oportunidade de abordar, permitem desenvolver a médio e longo prazo pessoas sensíveis ao património cultural, capazes de desfrutar, respeitar, cuidar e transmitir.

O Conselho da Europa, juntamente com a Comissão Europeia, tem promovido um projeto conjunto (UE-CoE "The Faro Way")⁴⁸ fundamentado nos princípios da Convenção de Faro e cujos objetivos se centram em: (1) assegurar o compromisso de todos os interessados na Convenção de Faro; (2) apresentar exemplos concretos para a implementação dos princípios enunciados neste instrumento; (3) e, construir uma cooperação a longo prazo entre as partes interessadas. Neste sentido, uma das suas ações passa, precisamente, por estabelecer atividades que visem promover a implementação da Convenção de Faro⁴⁹. Detemo-nos com um olhar mais demorado na brochura desenhada por este projeto através da qual acedemos, de forma muito concreta, à estratégia do património cultural europeu para o século XXI. Na brochura apresentam-se várias estratégias que partem de três componentes: social; desenvolvimento territorial e económico; conhecimento e a educação. A primeira foca-se na relação entre o património e as sociedades, a cidadania, a transmissão e a partilha de valores democráticos através da “governança participativa”, por meio da gestão participada; a segunda componente, centra-se na relação entre o património cultural e o desenvolvimento territorial, a economia e a governação local e regional, com a devida consideração pelos princípios do desenvolvimento sustentável; por fim, a última componente centra-se na relação entre património e o conhecimento partilhado, na qual abrange a sensibilização, a formação e a investigação (Council of Europe 2018)⁵⁰.

Neste sentido, torna-se claro que é possível desenvolver projetos desafiantes, dentro dos princípios da Convenção de Faro, seguindo as recomendações enunciadas nesta brochura e implementando o trabalho nas áreas prioritárias previamente

⁴⁸ Cf. <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/the-faro-way> (consultado em 04.09.2021)

⁴⁹ O projecto promove, ainda, as boas práticas dando-lhes destaque no seu *website*: <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21-good-practices> (consultado em 04.09.2021)

⁵⁰ Cf. <https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21> (consultado em 04.09.2021)

identificadas pelos estados membros e, em particular, pelas instituições patrimoniais. A título de exemplo, salientamos algumas das estratégias listadas que a nosso ver podem promover a médio e longo prazo, e no âmbito de projetos de sensibilização patrimonial, o desenvolvimento de cidadãos mais sensíveis ao património, inseridos em comunidades patrimonialmente ativas. São elas:

- a organização de visitas de descoberta dirigidas por habitantes locais e profissionais de património⁵¹;
- a produção de programas audiovisuais e digitais envolvendo a população⁵²;
- o desenvolvimento de projetos participativos de identificação de património, nomeadamente inventários patrimoniais, pesquisas e trabalhos de proteção validados por especialistas⁵³;
- a promoção de formação/sensibilização de educadores e professores⁵⁴;
- a cooperação com associações, sociedades históricas, etc.;
- a introdução de incentivos para grupos específicos (jovens, não usuários frequentes, etc.)⁵⁵;

⁵¹ A título de exemplo, deixamos a referência à Associação Renovar a Mouraria que, desde 2008, e numa perspetiva comunitária urbana, desenvolve entre outras ações, a defesa e valorização do património histórico, cultural e humano no bairro da Mouraria em Lisboa (Portolés *in* Fontal 2020a, 32; Associação Renovar a Mouraria 2020).

⁵² Destacamos o projeto “Cuidadores do Património” no qual a Rota do Românico, enquanto estratégia de gestão e salvaguarda do património cultural, presta homenagem às pessoas que “de forma dedicada e incondicional, zelam e acarinham” os monumentos locais, “constituindo uma inestimável memória viva do local.”. A Rota do Românico, da Associação de Municípios do Vale do Sousa, institui, pela primeira vez em 2020, o dia 18 de outubro como o dia dos cuidadores do património. No *website* da Rota do Românico, através da lista de cuidadores, podemos ainda aceder a vários vídeos que contam, na primeira pessoa, a história de cada cuidador e da sua relação com os diferentes bens patrimoniais (Cf. <https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/cuidadores-do-patrimonio/>, consultado em 17.06.2022; Ferreira 2018).

⁵³ A título de exemplo deixamos nota ao projeto de inventariação de grafitos medievais no qual se promove, precisamente, a participação de cidadãos voluntários, especialistas de património ou não, na inventariação de grafitos medievais nas igrejas do Reino Unido (<http://www.medieval-graffiti.co.uk/>; consultado em 10.04.2021). E, ainda, no que diz respeito à preservação, o projeto nacional “SOS Azulejo”, nascido em 2007, que procura levar os cidadãos a tomar consciência dos cuidados patrimoniais em abolição ao vandalismo e que tem uma iniciativa patrimonial junto das escolas, “Ação Escola SOS Azulejo”, promovendo a sensibilização patrimonial azulejar (Cf. <http://www.sosazulejo.com/>, consultado em 15.08.2022).

⁵⁴ Olaia Fontal e Immaculada Sánchez-Macías desenvolveram um estudo comparativo entre Espanha e Portugal, acerca do ensino patrimonial no ensino secundário, concluindo que a visão do património entendido como a ligação entre pessoas e objetos é, em ambos os casos, pouco aprofundada. Desse modo, sugerem um trabalho de aprofundamento dos currículos escolares, nomeadamente, através da formação de professores em educação patrimonial (Cf. Ministerio da Cultura y Deporte 2019, 24-34).

- a organização de eventos tendo como ponto de partida o património, dirigidos a jovens⁵⁶.

As estratégias são várias e os exemplos são inúmeros⁵⁷; segundo Pablo Castro Martín encontram-se cada vez mais projetos de educação patrimonial que combinam os enfoques mais tradicionais com novas linhas mais emergentes (Castro *in* Fontal 2020a, 101-120), nomeadamente através:

- da interculturalidade e da diversidade promovendo “o património como ponto de encontro e veículo de diálogo intercultural, paz e tolerância (Council of Europe 2018, 55; nas recomendações da componente social);

- do património imaterial, procurando levar grupos, como os escolares, a tomarem consciência das práticas e saberes da região e/ou comunidade local, através de projetos com carácter educativo e integrador (Ver exemplos em Castro 2020 *in* Fontal 2020a, 104);

- dos “micropatrimónios” e patrimónios íntimos, através da realização de ações que partem da visão micro apoiada nas pessoas e nos seus patrimónios íntimos, não partilhados, passando pelo património herdado no seio familiar, ou nas ligações apoiadas na comunidade/localidade onde residem, para se chegar à visão macro de património (Fontal 2016, 435)⁵⁸;

⁵⁵ Neste sentido, destacamos o projeto “O Meu Palácio!” desenvolvido no Palácio Nacional da Ajuda, através da formalização de um plano de colaboração entre a Yellow Cusca – Associação Cultural (promotor oficial do projeto), a Direção Geral do Património Cultural e a Junta de Freguesia da Ajuda. O projeto tem como missão “recuperar e reforçar laços entre o Palácio Nacional da Ajuda e a população dos bairros da Ajuda, em particular com os residentes nos bairros 2 de Maio, Casalinho e Rio Seco, num projeto inovador de inclusão social e desenvolvimento comunitário a partir das artes, da cultura, da educação e da valorização do património cultural”. Neste sentido, dinamizam uma série de ações (visitas orientadas, ateliês de arte e teatro comunitário, encontros de aprendizagem, jogos de xadrez e outros, encenações teatrais, oficinas de música, oficinas de costura e criação de guarda-roupa, oficinas de reparação/recuperação de mobiliário e livros antigos e outras oficinas de empregabilidade) procurando o envolvimento efetivo da população na criação de uma programação artística e cultural da comunidade da Ajuda (Cf. <https://omeupalacio.pt/>, consultado em 30.07.2022).

⁵⁶ David Barba González *et al.* descrevem, por exemplo, um projeto de educação patrimonial na cidade de Zamora dirigido a jovens, que pretendeu levá-los a tomar consciência da conservação do património, nomeadamente dos edifícios situados no centro histórico, através do efeito que os grafitis e outros atos de vandalismo podem provocar, destruindo o seu significado e valor patrimonial (David Barba González *in* Ministerio da Cultura y Deporte 2019, 96-103).

⁵⁷ Cf. Council of Europe 2020; Portolés *in* Fontal 2020a, 25-42; Castro *in* Fontal 2020a, 101-120 e 121-137; Fontal *et al.* 2017.

⁵⁸ Ver exemplo descrito por Pablo Castro Martín “proyectos de memoria colectiva y paisaje urbano” a partir do qual os habitantes partilham memórias individuais para recuperar uma memória que é coletiva (Castro *in* Fontal 2020a, 111-112).

- do património natural (Castro *in* Fontal 2020a, 102) através, por exemplo, de ações que procuram levar as pessoas a tomar consciência da paisagem e das suas alterações, do que significa viver nesse território e a forma como a população se relaciona com o seu próprio património natural⁵⁹.

Contudo, como refere Olaia Fontal, ao não existirem receitas capazes de garantir o sucesso do desenho de um projeto de mediação e sensibilização patrimonial, pois as variáveis são infinitas, é necessário implementar um conjunto de normas mínimas a serem cumpridas na avaliação dos projetos educativos (Fontal 2020a, 151)⁶⁰. Isto porque,

No medir en educación patrimonial es como no haber hecho nada. (...) Intervenir educativamente implica modificar las estructuras de pensamiento, los conocimientos, los intereses, favorecer el disfrute, lograr la sensibilización o inducir a la transmisión del patrimonio. (Fontal 2020a, 158)

Importará, neste ponto, fazer uma clarificação quanto ao facto desta dissertação se focar no conceito de sensibilização patrimonial e não de mediação patrimonial. Como referimos anteriormente, entendemos a “mediação” enquanto estratégia que é independente do objeto patrimonial e alheio da pessoa que o recebe (Martín 2007, 4). A mediação está, portanto, dentro de uma esfera maior dizendo respeito à difusão constituindo-se, de acordo com Marcelo Martín Guglielmino, num dos pilares da gestão patrimonial (Martín 2007, 4). Por se socorrer de estratégias de comunicação podemos afirmar que a mediação está diretamente ligada à Comunicação de Ciência em Património entendida, segundo Granado e Malheiros (2015), como um conjunto de estratégias que visam comunicar o património a um público vasto (especializado e não especializado) através de uma linguagem acessível e próxima das pessoas que favoreça a literacia científica, neste caso, a literacia patrimonial – i.e., a capacidade de se usar o conhecimento para poder questionar o mundo cultural e social que nos rodeia,

⁵⁹ Veja-se o exemplo do Ecomuso del Sale e del Mare que toma o conceito de paisagem como expressão da civilização, realiza passeios pelo património como ação de consciência patrimonial (Council of Europe 2020, 17).

⁶⁰ No seu artigo, a autora deixa algumas pistas sobre as possíveis formas de se avaliar um projeto educativo patrimonial e, inclusivamente, partilha um quadro onde lista aquelas que são as normas de qualidade na conceção de programas de educação patrimonial para o OEPE (Cf. Fontal 2020a, 137-157).

conferindo-lhe um sentido. Para tal concorre o que se denomina de “Envolvimento do Público em Ciência e Tecnologia” (doravante designado Envolvimento do Público; Granado e Malheiro 2015, 18).

Segundo Rowe e Frewer existem diferenças conceituais entre os vários mecanismos/estratégias de envolvimento/participação dos públicos. Desse modo, os autores sugerem distribuí-los por três outros conceitos que se distinguem pela forma como a informação flui entre as partes – os cientistas/os agentes de património e os públicos. São elas: comunicação pública (*public communication*), consulta pública (*public consultation*) e participação pública (*public participation*) (Rowe e Frewer 2005, 254-256). O que possibilita cada um destes tipos diferenciados de envolvimento de e com os públicos são os tipos de mecanismos que são disponibilizados. É neste ponto que enquadramos a sensibilização patrimonial: um mecanismo capaz de despoletar o envolvimento dos públicos – para nós, das pessoas, sem necessidade de exclusão ou de segmentação.

Desse modo, e como vimos, o desenvolvimento de projetos em sensibilização patrimonial promove a criação de indivíduos sensíveis ao património, capaz de despoletar comportamentos naturais e espontâneos nos sujeitos, nomeadamente aqueles que mais importam ao património – o cuidado, o desfrute, a transmissão –, reforçando a consciência patrimonial e tornando-se numa estratégia eficaz na formação de comunidades patrimonialmente ativas e envolvidas, capazes de projetar valores no (seu) património.

Capítulo 2 – O património cultural da vila de Sesimbra

De seguida far-se-á a caracterização dos bens patrimoniais da vila de Sesimbra. Como já referimos, a gestão patrimonial de Sesimbra está afeta à unidade orgânica da Divisão de Cultura da CMS⁶¹, cujo âmbito e extensão territorial torna o exercício da mesma complexo. Com efeito, para além do elevado número de referentes patrimoniais, culturais e naturais, verifica-se também uma dispersão dos núcleos geridos pelo MMS⁶², pelo que decidimos focar a investigação na amostra definida pelos limites da freguesia de Santiago, aos quais acrescentámos o Castelo e a cerca urbana pelas razões já apontadas.

2.1. Caracterização dos bens patrimoniais do concelho de Sesimbra, com especial foco pelos localizados na vila como amostra de análise

No que diz respeito ao património, o concelho de Sesimbra caracteriza-se pela sucessão de ocupações e permanências ao longo dos séculos, fruto das condições geomorfológicas próprias – assumindo predominantemente a forma de falésia onde a exceção está nos pequenos ancoradouros correspondentes a vales e a gargantas com encostas abruptas – estendendo-se por todo o seu território, desde o Cabo Espichel à Serra do Risco. São, por isso, recorrentes os vestígios geológicos com milhões de anos, nomeadamente dos primeiros habitantes destes lugares, os dinossáurios⁶³, e os achados arqueológicos⁶⁴, assim como tantos outros testemunhos das ocupações humanas

⁶¹ De referir que a Divisão de Cultura está inserida na unidade orgânica nuclear do Departamento Sociocultural e que este inclui, igualmente, outras unidades como a Divisão de Educação e Divisão de Habitação, Ação Social e Saúde, cada uma com as suas subunidades orgânicas flexíveis, como é o caso da subunidade orgânica Museus e Património (Cf. Município de Sesimbra 2019, anexo I, art.5º e anexo II, art. 2º). Este sector detém uma equipa de seis técnicos com responsabilidades variadas e sete assistentes operacionais que garantem a abertura dos vários núcleos museológicos do MMS. As competências da Divisão de Cultura estão descritas no Anexo II, art. 44º do Despacho nº 175/2019 (Município de Sesimbra 2019) e vão desde a sua preservação, gestão, investigação e difusão do património cultural do concelho, ao desenvolvimento e promoção de programas e projetos de carácter pedagógico e cultural, entre outras.

⁶² O desenvolvimento do MMS veio a ser aprovado em reunião de Câmara a 19 de Setembro de 1999. Cf. o mapa da localização dos núcleos museológicos no Anexo II.

⁶³ Como são o caso dos três Monumentos Naturais do concelho: a jazida de icnofósseis da Pedra da Mua, a jazida de icnofósseis da Pedreira do Avelino e a jazida de icnofósseis dos Lagosteiros, todos incluídos no Parque Natural da Arrábida (Cf. Ministério do Ambiente 1997).

⁶⁴ Testemunhados pela estação arqueológica Lapa do Fumo e o monumento megalítico da Roça do Casal do Meio, ambos classificados de Imóveis de Interesse Público do concelho (Cf. Ministério da Cultura e Coordenação Científica – Instituto Português do Património Cultural 1982 e Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Cultura 1984, respetivamente).

evidenciadas pelo conjunto de monumentos, edifícios e marcos históricos espalhados pelo território concelhio, passíveis de nos conduzir a uma viagem no tempo, desde as eras pré-históricas até à atualidade.



Figura 3: A vila de Sesimbra vista do Castelo (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

A vila de Sesimbra, urbanisticamente implantada num vale triangular, envolvida pelo relevo acidentado característico da Serra da Arrábida e consolidada junto à linha de costa, ganha natural relevância pela sua vocação fundamentalmente piscatória, abonada pelas condições naturais que fizeram deste lugar a *piscosa* Sesimbra, como a caracterizou Luís Vaz de Camões⁶⁵. Tendo a pesca sido o ofício predominante nesta vila, podemos até considerar a existência de uma cultura marítima e piscatória muito própria, assente num conjunto de elementos-chave que só se tornam compreensíveis na leitura do todo e não de uma pequena parte daquela que é a herança patrimonial desta comunidade. Fruto dessa relação permanente com o mar, estes testemunhos patrimoniais marítimos e piscatórios exprimem-se sobretudo através de um entendimento holístico, de um sistema cultural contínuo e dinâmico, através dos vestígios materiais e do conjunto de saberes, rituais, hábitos e símbolos que, ao longo do tempo, se moldaram, se adequaram e permaneceram na vila: a paisagem, os modos de vida, as artes de pesca, a construção naval, os códigos de relação e conduta, os valores

⁶⁵ Andreia Conceição, através de Fernando Gomes Pedrosa refere “A abundância de cardumes nas águas da região durante a Idade Média seria, pois, uma realidade atestada não só pela arqueologia, mas, também, por um documento de 1247, referente a uma avença entre o Rei e a Ordem de Santiago, a qual indica que até navios estrangeiros vinham pescar nas suas águas” (Conceição 2017a, 77).

éticos e religiosos, as relações laborais hierarquizadas, a linguagem e expressões orais particulares, a intuição e o conhecimento da natureza, em particular do mar.

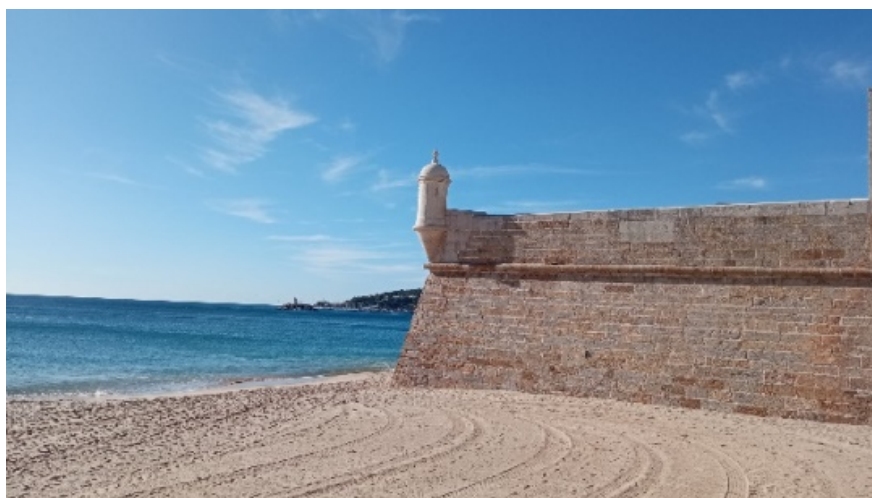


Figura 4: Fortaleza de Santiago vista da Praia da Califórnia
(©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

As dimensões material e imaterial do património sesimbrense, nomeadamente no que diz respeito à relação das comunidades com o mar, mereceram interpretação museológica dos espaços, dos vários artefactos, conhecimentos, testemunhos, imagens, saberes, ofícios, devoções e memórias ligados ao mar e à pesca. Patente no MMar⁶⁶, instalado num dos edifícios histórica e visualmente mais marcantes desta vila, a Fortaleza de Santiago, constitui-se numa coleção de tipo “etnográfico-marítimo” (Conceição e Ventura 2018, 178)⁶⁷ de grande relevo simbólico e identitário desta comunidade. As origens da constituição deste acervo recua à década de 1980, sendo esta uma época encarada como um “marco fundamental na história do desenvolvimento do projeto museológico no concelho de Sesimbra” (MMS 2012, 1), através da realização da primeira exposição temporária, intitulada “Sesimbra e o Mar”, com apetrechos de pesca, objetos do quotidiano dos pescadores e fotografias; mas também através do

⁶⁶ Após um processo demorado em prol da gestão plena do edificado da Fortaleza de Santiago pela CMS, o MMar abre portas a 31 de maio de 2016, no Dia Nacional do Pescador, data fortemente comemorada no seio da comunidade sesimbrense pela autarquia.

⁶⁷ Segundo o MMS (2012) a coleção etnográfica “abarca diferentes aspetos da vida mais tradicional da vila de Sesimbra” nomeadamente na sua vertente marítima. A coleção é composta “por materiais originais, alfaia marítima (...), provenientes de doações e de recolhas, mas também por réplicas e maquetas construídas à escala por artesãos locais. Deste espólio faz também parte um conjunto alargado de registos fotográficos que por questões de conservação se encontra à guarda da Divisão de Arquivo Municipal de Gestão Documental.” (MMS 2012, 7).

“Festival do Mar”, em 1986, “que impulsionou a recolha de tradições e que sensibilizou para uma mais alargada mostra e caracterização das artes de pesca em Sesimbra e suas gentes” (Conceição e Ventura, 2018). Nestes dois momentos, estando a população sensibilizada para a necessidade de preservar a sua memória ligada à pesca e ao mar, são doados uma grande quantidade de objetos à autarquia e esta assume a responsabilidade de preservar e musealizar esses mesmos artefactos no outrora designado “Museu do Mar”⁶⁸. Mais tarde, entre 2005 e 2016, o MMS implementou ainda “uma política de incorporações, sustentada por campanhas de proximidade com a comunidade”, a par de uma revisão da resposta dos técnicos ao nível das várias tarefas museológicas necessárias – inventário, documentação, acondicionamento, gestão e conservação –, permitindo desenvolver “o programa de valorização do património piscatório de Sesimbra – instalação do Museu Marítimo e suas componentes” (Conceição e Ventura 2018, 179).



Figura 5: Aspeto de uma das salas do Museu Marítimo (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

⁶⁸ Tendo em conta a degradação da Igreja de Nossa Senhora da Consolação, onde a coleção de arqueologia se encontrava, em sala anexa à igreja, desde 28 de Maio de 1960, data de abertura do Museu Municipal, é na década de 1980 que a mesma passa para o antigo edifício da repartição de finanças, na Rua Dr. Aníbal Esmeriz, na vila de Sesimbra, e a título provisório; sendo depois, e juntamente com a coleção etnográfica (recolhida em 1981), transferidas para as instalações do antigo Ciclo Preparatório, situado no Largo Luís de Camões, em 1987. A coleção etnográfica manteve-se exposta neste último local durante alguns anos, ainda que a título provisório, recebendo visitas de escolas do concelho até ao momento de estruturação e abertura do MMar em 2016 (MMS 2012; Conceição e Ventura 2018).



Figura 6: Outra perspetiva de uma das salas do Museu Marítimo
(©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

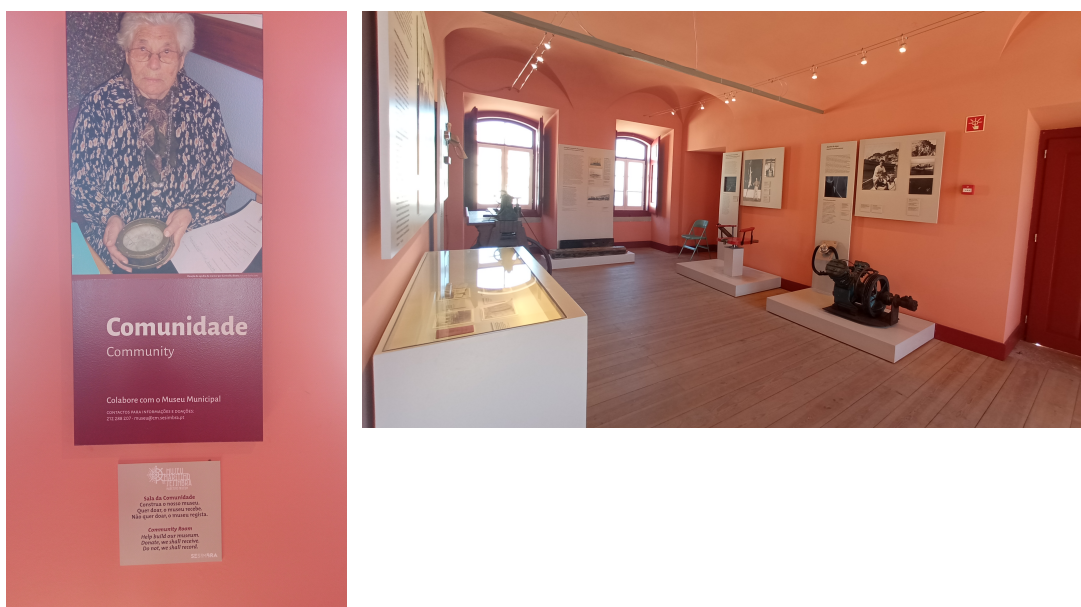


Figura 7 e 8: Perspetiva da Sala da Comunidade do Museu Marítimo
(©Patrícia Azevedo Godinho, 2022)

Como referimos anteriormente, o edifício que alberga e expõe atualmente a coleção dedicada ao universo marítimo e piscatório é a Fortaleza de Santiago⁶⁹ representando, por sua vez, um importante testemunho histórico da comunidade piscatória sesimbrense. Gonçalves e Pinheiro referem “Situado no centro da Vila, a

⁶⁹ Classificado de Imóvel de Interesse Público (Cf. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica 1977).

Fortaleza é para a população de Sesimbra o único espaço possível para a instalação do Museu do Mar, quer pela localização, quer pelo que simbolizava para a comunidade de pescadores”, nomeadamente pelo papel que adquirira durante o século XX, já que era um “símbolo da autoridade naval, local onde todos os pescadores tinham que ir para obter as suas licenças de pesca” (Gonçalves e Pinheiro 2014, 30). A Fortaleza de Santiago, erigida no séc. XVII, tem tido uma função exclusivamente militar e defensiva, até mesmo num passado recente⁷⁰, e, apenas em junho de 2014, após um longo período processual de gestão plena do edificado por parte do município, a população passou a usufruir deste equipamento, agora com funções de lazer e de programação cultural, tomando conhecimento da sua história através de placas interpretativas e informativas sobre os diferentes espaços deste imponente edifício da vila.



Figura 9 e 10: Acesso à Fortaleza de Santiago pela R. da Fortaleza (em cima) e interior do forte e acesso ao Museu Marítimo (em baixo)
(©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

⁷⁰ Os últimos ocupantes foram, assim, desde 1879 a Guarda Fiscal; desde 1886 a Alfândega; e, no final do século XX, a Guarda Nacional Republicana.



Figura 11: Aspeto geral da exposição sobre a história da Fortaleza de Santiago
(©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

A par da imponência arquitetural da Fortaleza de Santiago na vila de Sesimbra, estão igualmente dois outros edifícios militares: o Forte do Cavalo ou Forte de São Teodósio⁷¹ e o Castelo e cerca urbana de Sesimbra⁷². O Castelo, bem como a cerca urbana, marcam arquitetonicamente o alto da serra, omnipresentes, mas sentidas de forma constante por quem habita a vila de Sesimbra, constituindo-se uma marca dominante na paisagem da mesma, possuindo, atualmente, uma função cultural e recreativa. No interior da cerca urbana encontra-se a Igreja de Nossa Senhora da Consolação, também conhecida por Igreja de Nossa Senhora do Castelo, datada do séc. XVII/XVIII; duas exposições permanentes sobre a história do Castelo e da cerca urbana, na torre de menagem (“Foral de Sesimbra”) e na torre nova (“Castelo de Sesimbra”)⁷³; um circuito museológico composto de placas interpretativas que permitem a visita aos vários pontos de interesse do equipamento; um cemitério; e o Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro que, de acordo com o *website* da Rede Portuguesa de Museus, é identificado como sendo um dos núcleos

⁷¹ Classificado Imóvel de Interesse Público pelo Decreto nº95/1978, publicado em 12 de Setembro de 1978. Situado na zona oeste da baía de Sesimbra, fora dos limites da nossa amostra. O Forte do Cavalo foi construído no século XVII, chega a integrar a estratégia defensiva do reino sob o reinado de D. João IV (1640-1656) e, mais tarde, no século XIX, são iniciadas obras para aí se instalar um farol, mantendo-se atualmente esta sua última função, a par da residência do faroleiro.

⁷² Classificado Monumento Nacional em 1910 (Cf. Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria 1910).

⁷³ De referir que, aquando a nossa visita em Outubro de 2021, as duas torres estavam encerradas ao público devido à situação provocada pela pandemia por Covid-19.

museológicos do MMS, tendo sobretudo como objetivo acolher os visitantes e remeter para outros núcleos de relevo patrimonial do concelho⁷⁴.



Figura 12: Aspeto geral da vila e do Castelo e cerca urbana de Sesimbra (©Patrícia Azevedo Godinho, 2022)



Figura 13: Castelo de Sesimbra (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

⁷⁴ Cf. <http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-municipal-de-sesimbra/> (consultado em 27.12.2021). Durante as várias visitas que realizámos ao Castelo e cerca urbana, o centro encontrava-se fechado. Até 2012 esteve também instalado, num edifício anexo à Igreja do Castelo, o núcleo arqueológico que encerrou devido a problemas estruturais do edifício.



Figura 14: Igreja de Nossa Senhora do Castelo e à sua esquerda o edifício do Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)



Figura 15: Uma das placas do circuito museológico no interior da cerca urbana de Sesimbra (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

O núcleo urbano da vila de Sesimbra, uniformemente voltado para o mar, tem raízes históricas no século XII, primeiramente implantado na colina do Castelo, certamente devido à sua localização estratégica que permitia a defesa da baía e da povoação e, seguidamente, junto à orla marítima com origem na póvoa da Ribeira de Sesimbra edificada no reinado de D. Dinis. É nos séculos XV e XVI, época das navegações e dos descobrimentos, que a vila sesimbrense ganha um maior impulso

populacional⁷⁵ fomentado, por um lado, pela sua localização geográfica junto à orla marítima e relativamente perto de Lisboa e, por outro, pela permanente vocação desta comunidade para o mar⁷⁶. Com efeito, a relação constante e profícua desde tempos imemoriais de Sesimbra com o mar é testemunhada patrimonialmente em inúmeros e variados exemplos: como o anzol com mais de 5.000 anos pertencente ao espólio do MMar; ou os vestígios arqueológicos de uma unidade de produção de preparados piscícolas, localizada junto à baía, e datados do século I a.C. a III a.C.⁷⁷; mas também os grafitos de antigas embarcações, datados entre os séculos XVI a XVII/XVIII⁷⁸, preservados *in situ* no hospital medieval, sito Capela do Espírito Santo dos Mareantes; e, finalmente, os vários exemplos de património arquitetónico, testemunho histórico dos diferentes contextos históricos e sociais vividos neste lugar e em relação com o mar.

Neste sentido, uma das marcas patrimoniais fundamentais no seio destas comunidades – tanto para os homens do mar, como para as suas famílias e restante população – são as formas de devoção espiritual, refletindo-se na vivência e urbanidade da vila através da manifestação coletiva a cultos e devoções, assim como pelo edificado religioso que pontua a vila e o concelho⁷⁹.

⁷⁵ Nos séculos XV e XVI, embora o atual distrito de Setúbal seja descrito como fracamente povoado, devido às extensões desabitadas em Alcochete e Barreiro, a vila de Sesimbra, situada a sudoeste da península de Setúbal, seria, ainda assim, um dos maiores núcleos populacionais com cerca de 2.800 habitantes (1.700 dos quais na vila), mais do que as suas vizinhas Almada (2.500 habitantes) e Palmela (1.600 habitantes). A concentração de habitantes na vila seria notória, tendo em conta que esta vila, tal como nos refere Bernardo de Sá Nogueira, “não era local de passagem por terra, e [certamente] que quase toda a sua população flutuante deveria ser oriunda do mar” (Nogueira 1991, 31).

⁷⁶ No século XVI haveria uma grande movimentação no porto de Sesimbra, no qual segundo as visitas da Ordem de Santiago estavam registadas 70 caravelas de alto mar, que se ocupariam do comércio de longo curso (Conceição 2013, 33; Nogueira 1991, 31). Sesimbra seria também um porto fundamental na construção naval de “reconhecida qualidade do Reino” (Conceição 2011a, 46) ao qual D. Manuel I concede em 1514 “a isenção de pagamento de direitos pelos materiais destinados à construção de navios” (Conceição 2011a, 47), bem como para a pesca de várias espécies marítimas, da qual a povoação retirava aproveitamento económico (Nogueira 1991, 31-32).

⁷⁷ Devido à localização geográfica privilegiada, a região de Sesimbra era desde o período Romano um entreposto importante para trocas comerciais por via marítima. Cf.

<https://lisboaromana.pt/imovel/unidade-de-producao-de-preparados-piscicolas-avenida-da-liberdade-rua-da-fortaleza> (consultado em 03.01.2022)

⁷⁸ Os grafitos de antigas embarcações podem ser observados no *sprital* medieval, no piso inferior da Capela do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra, no centro da vila, sendo que foram encontrados mais dois grafitos noutros lugares do concelho de Sesimbra: no aqueduto do Santuário da Nossa Senhora do Cabo Espichel e junto à fonte esquerda na freguesia do Castelo (estes últimos datados entre os séculos XVIII e XIX). Os grafitos de antigas embarcações constituem-se testemunhos de relevo desta relação de grande proximidade das populações com o mar, ao longo dos séculos no concelho de Sesimbra (Godinho 2022; MMS, 2004; Salgado *et al.*, 2017; Serrão *et al.*, 1984/88), Serrão e Serrão, 1978; Serrão e Serrão, 1997)

⁷⁹ Rui Mesquita Mendes (2021) destaca o incremento de património religioso entre os séculos XVI e XVIII por todo o concelho de Sesimbra, passando de seis para trinta templos abertos ao culto em princípios do século XIX.



Figura 16 e 17: Capela de São Sebastião (em cima) em 2005 (©DGPC, 2005) e a projeção da obra atual (em baixo) (©CMS, dez 2021)

Enunciamos, por isso, alguns exemplos do vasto património arquitetónico religioso do concelho⁸⁰, em particular os da vila de Sesimbra: a Capela de São Sebastião⁸¹, edificada no séc. XV, e atualmente integrada no programa de recuperação

⁸⁰ Uma das maiores referências de edificado patrimonial religioso no concelho é, sem dúvida, o conjunto arquitetónico do Santuário de Nossa Senhora da Pedra da Mua (Classificado Imóvel de Interesse Público pelo Ministério da Educação Nacional, 1950), também conhecido por Santuário de Nossa Senhora do Cabo Espichel, um complexo arquitetónico civil e religioso de grande monumentalidade, exemplo da harmonização entre a materialidade do edifício, a imaterialidade da devoção religiosa, bem como da paisagem circundante de grande significado geológico. É pela elevada afluência de peregrinos ao local a partir do séc. XVIII que são erigidas as principais edificações que hoje compõem o complexo arquitetónico: Casa da Água; Igreja; Aqueduto; Mãe d'Água/poço Velho da Azóia; Poços; Casa da Lenha, Casa da Ópera; Hospedarias; Três Cruzeiros de Peregrinação e Cruzeiro de Chegada (Cf. www.sesimbra.pt [consultado em 03.01.2022]; Serrão 1997).

⁸¹ A ordem de Santiago descrevia a ermida em 1516 com uma capela e altar-mor forrado de azulejos, encimado por uma imagem de S. Sebastião, muito provavelmente a escultura em pedra de ançã que se encontra atualmente na CESM, núcleo dedicado à arte sacra do concelho. (Serrão e Serrão 1997, 39; Mendes 2021, 99) Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=4F1Df32PM0A&list=PL1vNC473Kmg17D4rIq-RaJz1b-QndVR4> (consultado em 03.01.2022)

do património edificado do concelho⁸²; a Capela do Espírito Santo dos Mareantes⁸³ que, juntamente com o *sprital* no piso inferior deste edifício, foi mandada erigir no final do séc. XV pela Confraria do Espírito Santo da Corporação Marítima de Sesimbra (séc. XV-XIX), constituída por pescadores e mareantes, como espaço de assistência ao corpo e à alma e é, desde 2004, um dos núcleos museológicos que constituem o MMS, onde se reúne a coleção de arte sacra do concelho⁸⁴; a Igreja da Santa Casa da Misericórdia, situada junto ao “jardim”⁸⁵, que remonta ao princípio do séc. XVI, tendo sido alvo de várias obras e benfeitorias ao longo do tempo – é nela que ainda hoje se encontra a imagem de Cristo Crucificado, vulgo Senhor Jesus das Chagas, imagem de culto e grande devoção desta comunidade piscatória; e, finalmente, a Igreja de Santiago datada do séc. XVI, atual igreja matriz, que baliza o culminar de um progressivo crescimento e desenvolvimento da póvoa da Ribeira de Sesimbra.



Figura 18: Capela do Espírito Santo dos Mareantes (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

⁸² Onde se inclui a Fortaleza de Santiago, o Castelo de Sesimbra, a Casa do Bispo, a Casa da Água do Cabo Espichel ou o Aqueduto do Cabo. No caso da Capela de São Sebastião, a CMS pretende promover o seu usufruto pelas comunidades, após largos anos de utilização deste edifício enquanto armazém de apoio ao cemitério. Cf. <https://www.sesimbra.pt/noticia-72/recuperacao-da-capela-de-sao-sebastiao> (consultado em 03.01.2022)

⁸³ Classificada Imóvel de Interesse Público (Cf. Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica 1977)

⁸⁴ Destacam-se as obras de grandes mestres da escultura e da pintura nacionais, como Diogo Pires-o-Velho, Gregório Lopes ou o Mestre da Lourinhã.

⁸⁵ O antigo Campo da Misericórdia ganha nova designação após a República, recebendo o nome de Largo de 5 de Outubro, mas é comumente apelidado de “o jardim”.



Figura 19: Aspeto geral do *sprital* medieval, no piso inferior da CESM (©CMS)



Figura 20: Aspeto de um dos grafitos na Zona Vestibular do *sprital* medieval (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)



Figura 21: Igreja da Misericórdia (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)



Figura 22: Igreja de Santiago (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

Para além dos vestígios patrimoniais arquitetónicos de origem militar e os de vocação religiosa, a própria malha urbana e como ela se distribui pela vila sesimbrense, revela aquelas que têm sido as principais vias e formas de organização da povoação desde o século XV. Uma boa parte destes edifícios históricos acabam por se constituir como elementos identificadores da vila, reforçando a memória dos contextos afortunados de outrora, de um mar farto em peixe, e que possibilitaram a construção de residências abastadas e de equipamentos de serviços à comunidade entre os séculos XVI a XX.



Figura 23: Casa urbana abastada, séc. XIX, Rua Cândido dos Reis, 22 a 28 / R. Antero de Quental, 4 e 6 / R. Eça de Queiroz, 21 (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

São disto exemplo o Palácio do Bispo / Casa dos Frades (séc. XVI); a Casa de D. Jaime de Lencastre, atual Câmara Municipal de Sesimbra (séc. XVI)⁸⁶; a Fábrica de Conserva dos Franceses (séc. XIX); o Edifício da Rua Dr. Aníbal Esmeriz, n.º 1 / Edifício do Jornal O Sesimbrense (séc. XIX)⁸⁷; a Escola de Conde de Ferreira (séc. XIX)⁸⁸; e, por fim, o Clube Sesimbrense / Grémio Sesimbrense (séc. XIX), entre tantos outros exemplos⁸⁹.



Figura 24: Grémio Sesimbrense, séc. XIX, Largo José António Pereira, 7 a 9 / Rua da República, 48 / Rua Serpa Pinto, 31 (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

⁸⁶ Na Zona de Proteção do Pelourinho, Imóvel de Interesse Público (Ministério da Instrução Pública 1933).

⁸⁷ Recentemente classificado Monumento de Interesse Municipal (Cf. Município de Sesimbra 2021), onde será instalado o futuro Centro de Conhecimento e Cultura Marítima de Sesimbra.

⁸⁸ Classificado Monumento de Interesse Municipal (Cf. Município de Sesimbra. 2015).

⁸⁹ Cf. Anexo IV onde se listam a totalidade de edifícios de interesse histórico e arquitetónico da vila de Sesimbra, segundo o SIPA (em dezembro 2021, revisto em março 2022).



Figura 25: Casa urbana abastada, séc. XIX, Rua Conselheiro Ramada Curto, 2 a 6
(©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)



Figura 26, 27 e 28: Edifício da Rua Dr. Aníbal Esmeriz, n.º 1 / antigo edifício do jornal O Sesimbrense, séc. XIX, de diferentes perspectivas (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

E porque, ao falarmos de património não podemos circunscrevermo-nos apenas ao edificado, cabe-nos ainda listar algumas das referências patrimoniais imateriais de relevo na vila de Sesimbra. Sem dúvida que a mais evidente será, precisamente, todo o saber-fazer ligado à pesca que engloba não só o fabrico e manuseio dos artefactos, as próprias artes de pesca⁹⁰, mas também os métodos de navegação e orientação, em alto

⁹⁰ De referir as artes mais emblemáticas da vila: o espinhel, o cerco, a xávega (também conhecida por “chinha”, ou “arte do caneiro”), o aparelho, a pesca aos covos, as redes e a pesca aos chocos e lulas. O peixe-espada preto é uma das espécies de referência capturadas pelos pescadores sesimbrenses (Ramos 2009; Cf. “Sesimbra é peixe” <http://sesimbraepeixe.pt> [consultado em 04.04.2022]).

mar ou junto a terra – intuição e conhecimentos apreendidos “de geração em geração”, como refere Andreia Conceição acerca da navegação costeira no início do século XX (Conceição 2017a, 81). A par da pesca, tem subsistido ainda a construção e reparação naval⁹¹, atividades de extrema importância para os sesimbrenses, capazes de responder ao empreendedorismo marítimo e piscatório que sempre caracterizou a população da vila de Sesimbra⁹². São três as embarcações de pesca que adquirem, em Sesimbra, características distintas: a barca do alto de Sesimbra, destinada à pesca costeira do anzol; a barca do “aparelho”, destinando-se à mesma arte de pesca; e a aiola, destinada a diversas artes de pesca como a arte dos covos, dos alcatruzes ou das piteiras. A par do desaparecimento das artes de pesca mais tradicionais⁹³, os estaleiros navais artesanais encerram e entra em declínio a construção de embarcações em madeira, assim como de carpinteiros-machado⁹⁴. Tal como a pesca, este é um ofício de maior importância para a história da vila piscatória e, como é comum em qualquer ofício tradicional, os saberes são igualmente passados de geração em geração⁹⁵.

Uma outra perspetiva do património imaterial destas comunidades está apoiada nas devoções religiosas, da qual se destaca o Senhor Jesus das Chagas “o mais poderoso elo da fraternidade sesimbrense, motivo da maior e mais sentida manifestação religiosa da nossa terra” (Marques 2020, 62), cuja tradição oral remete o início da devoção para o ano de 1534. Diz-se que a imagem de Cristo Crucificado terá aparecido sobre uma

⁹¹ Uma notícia datada de 28 de junho de 2022 dá conta da reabilitação da barca *Nossa Senhora da Aparecida*, conhecida pela travessia do Oceano Atlântico em 2005, entre Sesimbra e Porto Seguro, no Brasil, cujo “objetivo é manter as condições de navegabilidade e segurança desta embarcação, e adaptá-la às funções museológicas, enquanto polo vivo no Museu Marítimo, nomeadamente em ações de investigação científica, e em ações pedagógicas e didáticas” e, também, estando previstos outros projetos ligados à construção naval. (Cf. <https://www.sesimbra.pt/noticia-72/barca-nossa-senhora-da-aparecida-esta-a-ser-reabilitada>, consultado em 28.06.2022)

⁹² Segundo o MMS, “O livro do tombo da vila e seu termo inclui um documento datado de 7 de abril de 1410, do deão de Coimbra, D. Álvaro Afonso, que menciona as dízimas a pagar pelos calafates e pelos carpinteiros que construíam barcas. Noutro documento, de 1425, é mencionada a mata do Zimbral (termo de Sesimbra), como local onde, desde sempre, se cortou madeira para a construção das barcas. No Foral Novo, concedido a Sesimbra por D. Manuel I (1514), são referidas as isenções relativas ao pagamento de direitos pelos materiais inerentes à construção dos navios, as quais terão tido em consideração a qualidade do trabalho dos estaleiros sesimbrenses. Quirino da Fonseca refere que de entre as caravelas utilizadas nas navegações portuguesas nos séculos XV e XVI, predominavam as lançadas pelos estaleiros de Sesimbra.” (painéis no MMar)

⁹³ “Nos finais da década de 40 do século XX, contabilizavam-se na vila 16 armações à valenciana; cerca de meia centena de barcas de tipo Sesimbra; 40 sacadas; 20 artes xávega, bem como dezenas de aiolas, chinchorros, chatas, perfazendo um total de centenas de embarcações.” (painéis no MMar)

⁹⁴ Em 1989 operavam apenas sete carpinteiros-machado, consequência da ascensão da construção em fibra e aço, assim como da fundação do Estaleiro Naval União Sesimbrense (painéis MMar).

⁹⁵ Cf. Entrevista a Acácio Farinha, o último grande carpinteiro naval de Sesimbra: <https://www.memoriamedia.net/index.php/acacio-farinha-2> (consultado em 04.04.2022)

rocha junto à praia, na “pedra alta”, nunca se tendo cobrido de areia. Desde então permanece na comunidade o culto ao Senhor Jesus das Chagas, sendo o dia 4 de maio o ponto alto da devoção religiosa com a realização da procissão⁹⁶, constituindo-se num momento-chave no reforço dos laços devocionais com o eterno padroeiro dos pescadores desta vila.



Figura 29 e 30: Procissão do Senhor Jesus das Chagas (©CMS, 2019)

⁹⁶ Cf. vídeo de apresentação da procissão do Senhor Jesus das Chagas: <https://www.youtube.com/watch?v=A-NDGlrbcXo> (consultado em 04.04.2022) e <https://www.youtube.com/watch?v=DiwPUL9A9UU>, este realizado em 1983 (consultado em 04.04.2022).

Finalmente, e numa perspetiva mais contemporânea, cabe-nos ainda fazer referência à arte pública presente na vila de Sesimbra, com a qual se procura prestar homenagem ao pescador e aos homens do mar, acabando por testemunhar o reconhecimento da sua vital importância na história contínua desta vila; também a arte urbana, numa visão mais voltada para o consumo e para o turismo⁹⁷, apropria e recria as memórias locais, partindo das características e referentes culturais fundamentais para esta comunidade de *pexitos*⁹⁸.



Figura 31e 32: Monumentos comemorativos ao pescador 1982/2008 (em cima); Aiola “25 de Abril” (em baixo) (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

⁹⁷ Através do projeto “Sesimbra é Peixe”, uma ideia proposta pelo Turiforum, um grupo informal de empresários da área do turismo, e promovido pela CMS. Este projeto pretende valorizar a história local e promover o desenvolvimento económico apostando o seu foco no peixe – marco de excelência desta vila piscatória. A valorização é materializada em ações de divulgação, uma das quais “Sesimbra é Peixe e Arte na rua” que, desde 2014, e através de um passatempo, promove a entrega de propostas por parte de artistas para embelezar diversas portas e janelas da vila, promovendo, igualmente, a marca “SESIMBRA”, lançada em 2018 pela CMS. Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=QdUQ8LZfSsU>, consultado em 01.04.2022). Cf. <http://sesimbraepeixe.pt/> (consultado em 01.04.2022)

⁹⁸ *Pexito* é a alcunha dada, coletivamente, aos naturais da vila de Sesimbra, cuja origem remontará a meados do século XX e através da qual se diferenciavam os homens nascidos na vila, e que só sabiam falar de peixe, dos naturais de outros lugares, como o campo. A origem estará, precisamente, nos conflitos habituais entre os camponeses e os homens que se dedicavam à faina da pesca, pelo que a intenção era pejorativa e de troça do homem da borda d’água. Segundo António Reis Marques a alcunha vem da sonoridade da palavra “pêxe” que revelava a dificuldade dos sesimbrenses em pronunciar “peixe” (Marques 2019, 26-27).



Figura 33 e 34: Arte urbana pelas ruas de Sesimbra: no Largo de Bombaldes (em baixo) junto Sociedade Musical Sesimbrense, local de encontro de pescadores reformados da vila. Na mesma imagem, à frente, os vestígios arqueológicos do período romano, devidamente protegidos. (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021)

Os diferentes bens aqui listados e referenciados vêm, assim, comprovar uma realidade patrimonial de relevo num concelho com um acervo extenso, valioso, diversificado e, por isso mesmo, complexo, mas fundamental para aceder à história e memórias destas comunidades e compreender todo o seu percurso ao longo dos séculos. De modo a caracterizar a sua relação com o dia-a-dia da população local – os residentes na freguesia e os que lá ocorrem –, foi elaborado um mapa no qual se procura evidenciar a sua localização pelas ruas da vila⁹⁹. Mais uma vez, aqui apenas se apresentam os bens patrimoniais que constituem a amostra de análise e aqueles que dizem “respeito mais diretamente ao quadro de vida de todos e de cada um, o património edificado” (Choay 2021, 12).

⁹⁹ Cf. Mapa produzido no âmbito da investigação no qual se procura evidenciar a localização dos diferentes referentes patrimoniais na vila de Sesimbra, freguesia de Santiago, no Anexo V e em: <https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1UD4YvKf1iWIPzkMkBfvMxrbUAjXS-Ngu&usp=sharing>

Capítulo 3 - A mediação patrimonial do município de Sesimbra

3.1. Opções e estratégias das políticas patrimoniais

A mediação do património de Sesimbra é da responsabilidade da Câmara Municipal, órgão de gestão patrimonial do município. Assim, importa primeiro aferir quais têm sido as opções e as estratégias políticas¹⁰⁰ para o património sesimbrense pois estas acabam por influenciar as escolhas de mediação patrimonial, ou seja, os instrumentos que conferem sentido ao bem patrimonial, quer sejam textos, imagens, conjunto de ações educativas e/ou programáticas.

Assim, numa caracterização às políticas patrimoniais da vila de Sesimbra, sobressai uma linha contínua de atuação ligada à reabilitação do património edificado, na afirmação da identidade e cultura de Sesimbra, numa lógica e visão turística e economicista (Quadro 1)¹⁰¹.

Programa Eleitoral 2017-2021	“(…) promovendo Sesimbra como destino de identidade, (…), que alia modernidade e tradição” “Apoiar iniciativas de estruturação de produtos específicos ajustados a vários segmentos de procura (turismo-gastronomia, turismo-mar, turismo-património, etc)” “Promover e consolidar a marca “Sesimbra é peixe!” e apostar na marca “Sesimbra” nos principais mercados turísticos internacionais “Afirmar a Vila de Sesimbra e o seu património urbanístico e identitário como elemento charneira da afirmação turística do concelho” “Continuar o processo de recuperação e valorização do património monumental e natural, promovendo-os como fator de diferenciação turística e usufruto pela população”
Programa Eleitoral 2021-2025	“Continuar e reforçar o plano de comunicação e marketing amplo, através das marcas SES!MBRA e YESSSES!MBRA, como marcas territoriais que potenciem o posicionamento do concelho no contexto

¹⁰⁰ Foram consultados os últimos programas eleitorais dos quadriénios 2017-2021 e 2021-2025 havendo uma continuidade das práticas políticas, tendo em conta que o partido político CDU – Coligação Democrática Unitária, venceu as duas últimas eleições.

¹⁰¹ Cf. CDU 2017 e 2021.

	metropolitano, nacional e internacional, aliando as características, identidade e tradição à modernidade” “Afirmar a Vila de Sesimbra e o seu património histórico e identitário como elemento central da afirmação turística do concelho” “Promover a implementação do conceito e certificação de Lojas Tradicionais e Atividades Tradicionais”
--	--

Quadro 1: Síntese das diretivas das políticas patrimoniais de Sesimbra ligadas ao turismo

Acresce, ainda, o reforço político pela “promoção nacional e internacional do MMar, através da realização de candidaturas a prémios de mérito, da participação em associações, congressos, conferências, projetos e integração em parcerias” (CDU 2021), onde se destaca a candidatura a Museu Europeu do Ano (CDU 2017)¹⁰².

Para o último quadriénio, a ação estará ainda centrada: (i) na recuperação do edifício que irá albergar o Centro de Conhecimento e Cultura Marítima (Figuras 26 a 28)¹⁰³, a par da sua consequente implementação; (ii) em ações ligadas ao património cultural imaterial, potenciando este mesmo projeto; (iii) na aposta numa “programação cultural, diversificada, participada, inclusiva e acessível”; (iv) assim como, na contínua promoção e captação de “eventos de relevo no território concelhio” (CDU 2021, 6). Destaca-se, porém, e de uma forma geral e não particularmente ao património, uma preocupação política na instituição de práticas de proximidade e fomento da participação cívica¹⁰⁴.

¹⁰² Cf. Anexo III com a listagem de prémios obtidos pelo MMS e MMar.

¹⁰³ O objetivo deste projeto passa por “dinamizar a economia local, promover a pesca sustentável e a identidade da atividade piscatória, salvaguardar ofícios tradicionais como a construção naval em madeira, valorizar o património cultural marítimo, implementar novas tecnologias para transformação de pescado, e incentivar a produção de conhecimento sobre o mar, através da criação de parcerias com entidades noruegueses [sic] e locais.” (Cf. <https://bit.ly/33rEP4h> e <https://www.sesimbra.pt/municipio/projetos-cofinanciados/eea-grants/criacao-do-centro-de-conhecimento-e-cultura-maritima-e-valorizacao-do-patrimonio-cultural-costeiro-sesimbrense>, consultado em 18.06.2022).

¹⁰⁴ Veja-se, por exemplo, o contributo do projeto da Assembleia Municipal de Jovens que, através de temas propostos, os jovens são incentivados a participar e tornarem-se cidadãos ativos através de debates e partilha de ideias e/ou preocupações. De referir, por exemplo, que no ano de 2010 os jovens debruçaram-se sobre os temas do património local e elencaram uma série de propostas e preocupações sentidas (“sensibilizar a população”, “organização de visitas guiadas”, “insuficiente dinamização”, “divulgação noutras línguas para além da portuguesa”, “criar e desenvolver infraestruturas que permitam proteger/minorar os efeitos da presença humana”, “facultar programas/percursos turísticos, elaborado por alunos”, “sensibilização dos alunos para a temática da cidadania”); e, no ano de 2011, embora o tema fosse o turismo, algumas das suas preocupações revelam sensibilidade para as questões patrimoniais (“organizar cursos de formação de pesca lúdica tradicional”, “criação de um museu etnográfico”, “criar um número de telefone para denunciar atentados ao património”, “criação de um polo de turismo

3.2. Levantamento das estratégias de mediação patrimonial

Para o levantamento e caracterização das estratégias de mediação patrimonial, procedemos à sua sistematização em folha de *Excel* que nos ajudou a mapear as principais linhas de atuação sobre esta matéria. Organizámos a informação recolhida do conjunto de instrumentos de mediação patrimonial consultados – *website* da CMS e do MMS; publicações periódicas do município (*Sesimbr’Acontece*¹⁰⁵, *Nós Sesimbra* e *Sesimbra Município*); programas do SE do MMS; painéis interpretativos, folhetos, folhas de sala, roteiros e outras publicações dos núcleos museológicos; redes sociais (Facebook, Instagram, Youtube)¹⁰⁶ – de forma a responder ao nosso objetivo, procurando identificar as estratégias de mediação patrimonial promovidas pelo município e analisando a forma como o património é entendido, segundo as categorias já elegidas e explicitadas¹⁰⁷.

Optámos por um período entre janeiro de 2019 e junho de 2022, pois quisemos recuperar as estratégias um ano antes da pandemia provocada pelo novo coronavírus SARS Cov-2 ter chegado à Europa, mais especificamente a Portugal, e verificar se as atuais estratégias correspondem às anteriormente aplicadas ou se houve alterações de atuação camarária. De referir ainda que, para este levantamento, tivemos em atenção o nosso foco de estudo: o património da vila de Sesimbra.

3.2.1. As estratégias de mediação patrimonial nos diferentes canais de comunicação do município

Às estratégias de mediação patrimonial nos diferentes canais de comunicação da CMS, fizemos uma primeira caracterização através dos quais o património concelhio é

religioso”) (Assembleia Municipal de Sesimbra 2013, 95-122). Não querendo aqui extrapolar conclusões, denota-se, sobretudo, um sentido crítico de um conjunto de jovens, propício para o desenvolvimento de projetos focados no património local, capazes de fomentar uma dinâmica participativa ativa e, quiçá, de sustentabilidade patrimonial para o futuro.

¹⁰⁵ “A agenda *Sesimbr’Acontece* visa promover e valorizar a identidade cultural do concelho de Sesimbra, afirmar a diversidade de oferta de acontecimentos e serviços da responsabilidade da CMS e dos agentes públicos ou privados promotores de eventos no concelho, e cativar e criar novos públicos.” (Introdução presente em todas as agendas). Cf. https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folder_id=371 (consultado entre 21.02.2022 a 17.06.2022)

¹⁰⁶ De referir que as redes sociais, Facebook e Instagram, aplicam-se apenas ao MMar por não existir outras páginas afetas ao MMS; o canal de Youtube é da CMS.

¹⁰⁷ Cf. Anexos VII, VIII, IX, X, XII.

mediado e que pode ser consultado em pormenor no Anexo VII. Numa primeira análise retirámos as seguintes conclusões:

- (1) Primeiro, numa observação atenta aos textos de comunicação dos referentes patrimoniais e às diversas ofertas de programação patrimonial e cultural, é notório um discurso focado no património entendido como objeto e texto, centrado, sobretudo, numa dimensão de transmissão de conteúdo concetual e histórico (Quadro 2);
- (2) Por outro lado, e a acompanhar os textos de informação e oferta patrimonial, estão as imagens nas quais também se verifica um enfoque de mediação patrimonial centrado no objeto (Quadro 3) e, só em casos esporádicos, nas pessoas (Quadro 4) ¹⁰⁸. A exceção acontece pontualmente e estão sobretudo ligadas a (i) reprodução de uma fotografia que comunica uma exposição fotográfica; (ii) ilustração do momento da visita, no âmbito de uma oferta de programação cultural, sobretudo ligada às visitas dramatizadas; (iii) comemoração do Dia Nacional do Pescador (31 maio), no qual o foco é bastante grande ao longo das agendas do mês de maio dos diferentes anos; (iv) utilização de uma imagem do arquivo municipal.

"A Capela do Espírito Santo dos Mareantes é um dos Núcleos Museológicos do Museu Municipal de Sesimbra. O edifício quinhentista, totalmente recuperado pela Câmara Municipal em 2004, é composto no seu interior por uma área expositiva, no primeiro andar, onde se encontram obras importantes de arte sacra como o painel Nossa Senhora da Misericórdia, do pintor régio Gregório Lopes. No piso inferior foi recriado o antigo hospital medieval aí existente, que é considerado um dos exemplos de hospitais desta época mais bem conservados da Europa."

Fonte: CMS. 2019. *Sesimbra 'Acontece* nº137 (jan): 41

"Historicamente referenciada desde 1305, a pesca do espadarte é uma das mais emblemáticas artes sesimbrenses enquanto testemunho da capacidade de adaptação e inovação dos seus pescadores. Com recurso a arpão, anzol ou cana, as suas memórias fazem parte da identidade cultural da região, as quais serão o mote desta conversa informal, que terá a salvaguarda deste importante legado como denominador comum."

Fonte: CMS. 2019. *Sesimbra 'Acontece* nº143 (jul): 30

¹⁰⁸ Cf. Anexo VIII, no qual constam mais exemplos das imagens utilizadas ao longo do espaço temporal entre janeiro de 2019 a junho de 2022.

“Nomeado para o prémio Museu Europeu do Ano, o Museu Marítimo de Sesimbra reúne elementos que permitem compreender a ligação de Sesimbra e da sua comunidade ao mar e à pesca. Nesta história com cinco mil anos, são destacados os anzóis em cobre, alguns dos mais antigos da Europa e da pré-história, um brinco fenício, a presença dos romanos, pormenores sobre algumas das artes de pesca mais emblemáticas do concelho, como a Chinha ou a pesca ao Peixe-espada-branco, a importância do Rei Dom Carlos para o início do estudo dos oceanos e a história da própria Fortaleza de Santiago.”

Fonte: CMS. 2020. *Sesimbra 'Acontece* nº152 (abr): 11

"Uma viagem pelas ruas de Sesimbra do século XVI é o convite feito pela companhia de teatro Sui Generis, que vai recriar no interior da Fortaleza de Santiago um percurso pelas ruas da vila quinhentista, momento contemporâneo da fundação da Póvoa da Ribeira de Cezimbra. A arquitetura de cada esquina vai aqui ganhar vida, agora num novo lugar, com personagens da época, como Isabel da Gama, a transportarem os espetadores para outros tempos. Lourenço Anes também faz parte da viagem, pelo caminho encontramos a moça da vila e quem sabe o Senhor Bispo não aparece também. Será este o palco de memórias, o local onde são projetados os recantos que todos conhecemos e onde são desenhados os caminhos que outrora percorreram a vila. Um espetáculo envolvente que contará um pouco da história de Sesimbra."

Fonte: CMS. 2021. *Sesimbra 'Acontece* nº165 (set): 4

"Com mais de cinco séculos de história, a “Póvoa da Ribeira de Cezimbra é um local cheio de histórias por descobrir, associadas ao mar, à pesca, e à monumentalidade dos seus imóveis de interesse cultural, cuja criação originou a fundação da Freguesia de Santiago a 8 de abril de 1536. Capela do Espírito Santo dos Mareantes, Fortaleza de Santiago, portas manuelinas, Igreja Matriz de São Tiago, são alguns dos principais pontos de interesse deste percurso pela Sesimbra Quinhentista."

Fonte: CMS. 2022. *Sesimbra 'Acontece* nº172 (abr): 38

“A 6 Maio de 1896 existiam três fábricas de conservas em Sesimbra. Nessa época, uma menor de 9 anos ganhava 25 réis por jorna até aos 16 anos, idade em que era aumentada para 3 vinténs (mil réis = 1\$00=0.005€). Em Sesimbra, o período mais expressivo das fábricas de conserva em azeite decorreu entre o início da I Guerra Mundial e o final da década de vinte do século xx. Em 1924, existiam 12 unidades fabris que empregavam mais de mil operários, maioritariamente mulheres e adolescentes. Nos anos seguintes, a indústria conserveira entrou em declínio, devendo-se associar este facto, à redução da quantidade de peixe. (...)”

Fonte: CMS. s.d. Painel de interpretação no Museu Marítimo sobre a indústria conserveira

“A Fortaleza de Santiago adquiriu o nome do orago da freguesia, São Tiago (decerto por ter a vila pertencido aos frades desta ordem). Levado o projeto a Conselho de Guerra em 18 de setembro de

1642, em meia dúzia de anos passou do papel à realidade. (...)”

Fonte: CMS. s.d. Folheto sobre a história da Fortaleza

Quadro 2: Exemplos de textos utilizados na mediação patrimonial em Sesimbra

O recurso ao texto com narrativa histórica, centrado na materialidade do bem patrimonial, oferecendo dados concetuais e históricos, assim como significados e mensagens, verifica-se na totalidade dos canais de comunicação, tanto *offline* (folhetos, roteiros, painéis interpretativos) como *online* (*websites*, vídeos, agendas culturais). Nestes, inclui-se uma rubrica praticamente mensal dedicada às memórias e património locais intitulada "Histórias da nossa terra" e assinada por António Reis Marques, maioritariamente alicerçadas no conteúdo histórico, contendo informações sobre os contextos sociais de cada época e que vêm reforçar, assim, um entendimento de património onde sobressai valores estéticos, formais, económicos, históricos e culturais.



Fonte: CMS. 2019. *Sesimbr'Acontece* nº 141 (maio): 12-13



Fonte: CMS. 2020. *Sesimbr'Acontece* nº 155 (jul. ago.) 2020: 12-13



Fonte: CMS. 2021 *Sesimbr'Acontece* nº 164 (agosto): 45



Fonte: CMS. 2022 *Sesimbr'Acontece* nº 173 (maio): 37

Quadro 3: Alguns exemplos de imagens utilizadas na mediação patrimonial, cujo foco está no objeto

	
Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 141 (mai): capa	Fonte: CMS. 2020. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 150, (fev): 8 - 9
	
Fonte: CMS. 2021. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 165, (set): 4 - 5	Fonte: CMS. 2022. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 174, (jun): 8 - 9

Quadro 4: Alguns exemplos de imagens utilizadas na patrimonial, cujo foco está nas pessoas

3.2.2. As estratégias de mediação patrimonial ancoradas na oferta de programação cultural

Relativamente à programação cultural alicerçada no património da vila, decidimos listar todas as ações que concorrem para a mediação patrimonial, mesmo não sendo promovidas pelo MMS. Excluimos, contudo, a programação de “animação cultural”¹⁰⁹ que ocorre no interior dos bens patrimoniais quando estes, neste caso, são considerados como “cenário”, como é o caso dos concertos e de outros espetáculos. A nossa preocupação está, sobretudo, nas ações que promovam o património concelhio numa lógica de aproximação e sensibilização patrimonial, numa relação que se quer

¹⁰⁹ Ações que têm lugar no interior dos bens patrimoniais, “a fim de o tornar melhor e mais facilmente consumível, tendo por insuficiente a apropriação individual” desse mesmo bem, podendo, até, ser considerado “concorrente” numa relação “antagónica” que tanto pode potenciar como depreciar ou reduzir a nada (Choay 2021, 232).

próxima e estreita entre as pessoas e os bens. Assim, considerámos, primeiro, os horários de funcionamento dos núcleos museológicos e dos bens patrimoniais nos quais estão instalados (Quadro 5), assim como a programação em permanência nesses mesmos locais (Quadro 6).

Núcleo Museológico / Bem patrimonial	Horários de funcionamento
Capela do Espírito Santo dos Mareantes	todos os dias das 9h às 12h30 e das 14h às 17.30h horário de verão, (15 jul. a 20 ago.) 14h30 às 19h e das 21h às 23h30
Museu Marítimo de Sesimbra	de terça a domingo, das 10h às 12h30 e das 15h às 17h30h horário de verão, das 16h às 19h e das 20h30 às 23h
Fortaleza de Santiago	das 9h30 às 20h
Castelo de Sesimbra	de segunda a domingo, das 10h às 20h
Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro	(aquando a nossa investigação encontrava-se fechado)

Quadro 5: Horário de funcionamento dos núcleos museológicos e bens patrimoniais

Oferta / Exposição	Localização	Período temporal
Exposição "Castelo de Sesimbra"	Torre Nova, Castelo de Sesimbra	2019-2020
Exposição "Foral de Sesimbra"	Torre de Menagem, Castelo de Sesimbra	2019-2020
Exposição "As primeiras comunidades agro-pastoris e metalúrgicas do concelho de Sesimbra"	Centro de Interpretação do Património Rafael Monteiro, Castelo de Sesimbra	2019-2020
Capela do Espírito Santo dos Mareantes	Capela do Espírito Santo dos Mareantes	2019-2022
Museu Marítimo de Sesimbra	Museu Marítimo de Sesimbra	2019-2022
Circuito Museológico do Castelo de Sesimbra	Circuito Museológico do Castelo de Sesimbra	A partir de 2021

Quadro 6: Oferta patrimonial em permanência¹¹⁰

¹¹⁰ Tendo em conta a informação constante nas diferentes edições da *Sesimbr'Acontece*, entre janeiro de 2019 e junho de 2022.

Numa análise mais pormenorizada à programação cultural, constante nos Anexos IX e X, podemos afirmar que a única variação de estratégias de mediação que se pôde constatar deveu-se às consequências provocadas pela pandemia, nomeadamente em ações através do meio digital, surgindo ainda como oferta em 2022. Não se verifica, portanto, uma alteração significativa entre as estratégias utilizadas em 2019 e após 2020. Assim, a estratégia de mediação e de programação patrimonial manteve-se alicerçada em denominadores comuns como: “Conversa na Capela”, “Exposições Temporárias”, “Oficinas”, “Palestras / Fóruns / Conversas”, “Património à La Carte”, “Passeios” (“Pedalar, caminhar e navegar pelo património”, “Pedalar e caminhar pelo património”), “Sesimbra, Memória e Identidade” e “Visitas”. A “Programação digital” surge a partir de abril de 2020 dando resposta à impossibilidade de acolher os visitantes fisicamente nos espaços museológicos, prolongando-se, porém, até 2022 com as visitas digitais ao MMar, “Do Museu Marítimo para o Mundo”, através da plataforma de comunicação *WhatsApp*. Acresce ainda a programação aliada a dias festivos, eventos e/ou projetos, tais como Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios (18 de abril), Dia Internacional dos Museus (18 de maio), Dia Nacional do Pescador (31 de maio), Dia Nacional do Mar (16 novembro), EEA Grants ¹¹¹, Jornadas Europeias do Património, entre outros. No conjunto das atividades adivinha-se a execução de um modelo educativo transmissivo tendo em conta o mapeamento de um conjunto de ações pontuais, visíveis no cronograma no Anexo X, assim como a partir da própria sinopse utilizada na promoção das ações (Quadro 7).

"Tendo por mote as memórias históricas e arquitetónicas da primitiva Póvoa da Ribeira de Sesimbra, o Museu Municipal convida o visitante a mergulhar numa viagem dramatizada com quinhentos anos, onde as surpresas mais inesperadas podem surgir, literalmente, a cada esquina. Música, teatro, dança e degustação de produtos locais são alguns dos momentos altos desta verdadeira experiência imersiva pelo património cultural sesimbrense."

(Fonte: CMS. 2019. “Noite dos Museus “Os museus como eixos culturais: o futuro das tradições”, *Sesimbr’Acontece* nº 141, (mai): 47)

"Três visitas guiadas, cada uma de 45 minutos, que pretendem «ler» e pensar o edifício em finais do séc. XV, bem «como olhar» de uma forma diferente para algumas das obras da exposição permanente do

¹¹¹ No âmbito do projeto Centro de Conhecimento e Cultura Marítima de Sesimbra, financiado pelo EEA Grants Portugal.

Núcleo Museológico da Capela do Espírito Santo dos Mareantes."

(Fonte: CMS. 2020. "Jornadas Europeias do Património", *Sesimbr'Acontece* nº157, (set): 10-11)

"A partir de junho, este valioso património pode ser visitado de qualquer parte do mundo. As visitas digitais são realizadas por um técnico do museu, através da plataforma WhatsApp, e decorrem de terça a domingo, às 10.30 e 15.30 horas. Os visitantes podem optar por conhecer mais sobre as várias artes de pesca, as devoções marinheiras e marítimas, o Parque Marinho e o rei D. Carlos e a história da Fortaleza de Santiago, edifício emblemático, também ele ligado ao mar, e por isso incluído como "peça" no conjunto do próprio Museu Marítimo."

(Fonte: CMS. 2021 "Visitas digitais ao Museu Marítimo de Sesimbra", *Sesimbr'Acontece*, nº 163, (jun): 9)

Quadro 7: Exemplos das sinopses utilizadas na oferta de programação cultural

Desta oferta programática destacamos quatro ações/estratégias por revelarem um foco mais centrado nas pessoas – no que sabem e no que sentem –, e que, presente-se, pretende implicá-las *para e com* o património sesimbrense:

- (1) *Sesimbra, Memória e Identidade*: idealizado como projeto que procurou, e procura, dar resposta ao papel do MMS enquanto "agente de identificação e registo, documentação e salvaguarda do Património Imaterial", proteção instituída pela UNESCO em 2003, conta com várias ações: (i) ao serem abordados vários temas, complementados com o registo em áudio e vídeo, fotografia e publicações, estrutura-se em torno de trabalhos de campo, tendo como fim o registo audiovisual; (ii) realização de visitas guiadas aos locais de relevância patrimonial com o envolvimento da comunidade; (iii) promove, ainda, divulgação e apoio ao desenvolvimento de projetos de interpretação do património rural ¹¹², programação museológica, desenvolvimento de parcerias e apoio à componente pedagógica do SE. Embora centrado no "desenvolvimento do inventário do património etnográfico – marítimo/rural" do concelho de Sesimbra, o projeto pressupõe ainda um "envolvimento da comunidade na partilha de memórias, práticas e vivências diretamente relacionadas com a realidade local" (MMS 2009);

¹¹² Nomeadamente através da candidatura a fundos comunitários que, por exemplo, permitiu a edição e produção de registos videográficos e aquisição de equipamentos necessários no âmbito da valorização da Moagem de Sampaio (Cf. CMS 2012).

(2) *Ouvir o Mar Daqui - uma navegação teatral pelas ruas de Sesimbra*: estreou a 28 de setembro de 2019, no âmbito das Jornadas Europeias do Património (doravante JEP), e está atualmente em nova preparação para uma segunda edição a ser apresentada no âmbito das JEP deste ano (2022). Define-se como “um projecto teatral que parte de um trabalho de recolha de memórias marítimas e piscatóricas [sic], com textos de Raul Brandão e do poeta sesimbrense Zé Preto [tratando-se de] uma navegação pela vila e [pel]o seu património, guiada pela comunidade, numa iniciativa do Museu Marítimo de Sesimbra” (Facebook do Museu Municipal de Sesimbra, 2022)¹¹³. Como diz a coordenadora do projeto, “a proposta de pensar e apresentar um projeto teatral para as comemorações das JEP foi-me lançada pela Dra. Andreia Conceição, do Museu Marítimo, juntamente com o Cineteatro João Mota”, sendo que um dos seus objetivos passa por “envolver a comunidade na criação do espectáculo (entrevistas aos pescadores; constituição de um grupo de teatro que recebeu numa primeira fase formação teatral e que em conjunto criou uma das cenas do espectáculo; participação do grupo coral de Sesimbra)”, tendo conseguido alcançar, em 2019, a participação de 11 pessoas. A coordenadora do projeto é da opinião que o balanço foi positivo, nomeadamente pela entrega e dedicação do trabalho pela comunidade. Raquel Belchior refere, ainda, que pretendem “sempre que as pessoas que participam não sejam meramente figurantes [mas sim] pessoas que colaboram activamente e com o seu sentido crítico e artístico no desenvolvimento do espectáculo” (Raquel Belchior, *e-mail* enviado à autora, 27 de junho de 2022);

(3) *Partilha de testemunhos online*: em maio de 2020, no âmbito do Dia Internacional dos Museus, como forma de valorizar o património cultural, o MMS apelou à comunidade para que a mesma partilhasse “testemunhos, saberes, histórias ou inspiração artística, com o mar e a história local como denominador comum”¹¹⁴, que seriam, depois, partilhados nas plataformas

¹¹³ Cf.

<https://www.facebook.com/museu.maritimo.sesimbra/photos/a.641956459640702/1361938384309169/>

¹¹⁴ *Sesimbr’Acontece* nº153, maio 2020:14-15

online do Museu. A adesão, pelo que foi partilhado nas redes sociais, não foi significativa, embora se tivesse recolhido alguns testemunhos¹¹⁵;

- (4) *Ruas enfeitadas e caldeirada S. Marçal*: fruto de um incentivo por parte do MMS¹¹⁶, retomou-se a tradição de se enfeitar a Rua dos Pescadores pelos Santos Populares, organizando oficinas em torno dos saberes ligados à confeção da “Caldeirada de S. Marçal”, contando com a colaboração e envolvimento da comunidade.

3.2.3. As estratégias de mediação patrimonial ancoradas na oferta do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra

No que diz respeito à oferta específica do SE do MMS, consultámos a sua missão e os seus objetivos¹¹⁷, assim como os programas em oferta desde o ano letivo 2019/2020 a 2021/2022, e cujo conjunto de ações está listado no Anexo XII. Assim, e numa leitura atenta aos programas educativos, verifica-se o desenvolvimento de uma estratégia idêntica ano após ano, de ações isoladas, assentes em modelos transmissivos, não se dando destaque à concretização de um modelo processual, que implicaria continuidade, com os diferentes grupos escolares participantes. A única exceção está na atividade “Museu dentro e fora de portas” que pressupõe a visita de um técnico do SE à instituição participante, antes da visita a qualquer um dos núcleos.

A oferta pedagógica divide-se em categorias definidas como “Visita jogo”, “Visita orientada”, “Visita oficina”, “Visita descoberta”, “Visita guiada digital” (esta apenas em 2020/2021), desenvolvida nos diferentes núcleos museológicos, na vila e na lota de Sesimbra¹¹⁸. De referir, ainda, que a oferta educativa para a comunidade escolar do MMS insere-se numa comunicação de dimensão maior, incluída nos denominados

¹¹⁵ A 17 maio 2020, A D.^a Ana Maria Gomes, pescadora na embarcação sesimbrense "Estrela do Oceano", acompanhada pelo filho, Dionísio Gomes, ensina a empatar um anzol para a pesca do peixe espada preto; 18 maio 2022 a poeta sesimbrense Cláudia Carola, escreveu um poema dedicado ao Mmar; 22 maio 2022, o Mestre João Conceição partilha a história da sua primeira viagem, aos 25 anos, enquanto mestre de uma embarcação de pesca; 27 maio 2020, Costa Simões, 64 anos, pescador reformado, partilha uma história que aconteceu, na década de 80, a bordo da embarcação "Juventude Sesimbrense", no regresso da pesca do peixe-espada branco; 29 maio de 2020, Poema sobre o mar, pela poeta sesimbrense Magda Pacheco Brazinha.

¹¹⁶ Segundo a entrevista conduzida no âmbito desta investigação (Cf. Anexo XV).

¹¹⁷ Cf. Anexo XI onde consta a transcrição da missão e objetivos do SE, entretanto, sem possibilidade de acesso devido ao *website* do MMS se encontrar inativo.

¹¹⁸ Cf. Anexo XII com quadro-síntese da oferta do Serviço Educativo.

“Serviços e Projetos Educativos” constituindo-se numa das várias ofertas do município à comunidade escolar¹¹⁹. Nesta oferta complexa e com variadíssimas ações, não há lugar à explicitação específica dos objetivos pedagógicos das ações do MMS, nem mesmo às abordagens metodológicas, indicando-se apenas, a par da sinopse, as temáticas que serão abordadas¹²⁰.

O modelo transmissivo, como refere Fontal, pressupõe a utilização de estratégias didáticas que se baseiam na transmissão de informações sobre os bens patrimoniais, centrando-se em aspetos conceituais relacionados com os dados históricos, artísticos, geográficos ou geológicos (Fontal 2016, 432)¹²¹. Voltamos, assim, a atestar este mesmo modelo educativo na oferta específica do SE, tendo por base as descrições que são facultadas nos programas, como exemplifica o Quadro 8.

“Trata-se de um jogo desenvolvido no Castelo de Sesimbra que, com base num roteiro, propõe uma abordagem à história do monumento, desafiando os participantes a resolver os enigmas e seguir as pistas que levarão a novas descobertas. A atividade utiliza como recurso documentação histórica do Arquivo Municipal, como o Foral, o livro do Tombo, as visitas da Ordem de Santiago e fundo fotográfico.”

(Fonte: CMS 2019b, 10; sobre a ação “À descoberta dos segredos do Castelo de Sesimbra”)

“A Capela foi edificada no século XV como sede da Confraria do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra. O edifício possuía uma Capela e um Hospital, arruinados com o terramoto de 1755. O Hospital foi encerrado e permaneceu a Capela até meados do século XX. De planta retangular, e com fachada de estilo barroco, o edifício organizava-se no seu interior por dois pisos: a Capela, no superior, e o antigo spirital (Hospital), no inferior, surgindo neste último grafito parietais de embarcações datadas do século XVII-XVIII. Esta atividade leva-nos numa viagem pelo espaço do museu, onde se conta a história da Capela e do Hospital Medieval, estimulando a observação das obras expostas.”

(Fonte: CMS 2020, 26; sobre a ação “À descoberta”, na CESM)

“O Museu Marítimo está instalado na Fortaleza de Santiago, monumento cheio de memórias, que se confundem com a história de Sesimbra e das suas gentes. A visita à fortificação, construída no século

¹¹⁹ Cf.

https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/writer_file/document/5173/revista_spe_2021_2022.pdf (consultado em 13.03.2022)

¹²⁰ Como por exemplo: Teatro de papel Era Uma Vez...; Da Ribeira à Capela; O Museu é...; Descobre Onde Está...; Novas Histórias na Capela; Para uma Exposição é Necessário; O Castelo e a sua História; O Quotidiano na Época Medieval; O Foral; Iniciação à Escavação Arqueológica; Escavação; Caderno de Campo; Desde o Princípio (Filme); Artes de Pesca; Parque Marinho; Navegar com Orientação; entre outros temas definidos (Câmara Municipal de Sesimbra 2019b, 2020 e 2021b)

¹²¹ Realçamos, contudo, uma das ações “Vamos à lota”, que proporciona um encontro entre os alunos participantes e a comunidade piscatória local.

XVII, convida os visitantes a percorrer as salas associadas às diferentes temáticas relacionadas com o mar e com as artes de pesca, onde não falta a construção naval e os meios de navegação utilizados pelos mareantes e pescadores de Sesimbra. Para além da sua valia histórica e cultural, o museu constitui, igualmente, um importante recurso didático ao dispor da comunidade educativa. Mais do que uma visita orientada, esta iniciativa é uma viagem entusiasmante pela vasta flora e fauna da costa de Sesimbra. Com a ajuda da nossa mascote o Polvo Serafim a viagem será inesquecível.”

(Fonte: CMS 2021b, 36; sobre a ação “O polvo Serafim”, no MMar)

Quadro 8: Exemplos das sinopses das ações promovidas pelo Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra

Ainda pela análise dos programas educativos do SE do MMS, podemos também concluir que a atenção temática é dada em maior proporção ao Património Arquitetónico (38%)¹²² dizendo respeito aos diferentes núcleos museológicos e/ou edifícios que os albergam, e/ou ao património religioso e/ou outros edifícios da vila; seguindo-se do Património Imaterial (24%)¹²³, entre o qual se destaca aquele ligado ao ofício da pesca; os Objetos e Obras de Arte (17%)¹²⁴, nomeadamente as obras expostas na CESM; o Património Natural (15%)¹²⁵, ligado sobretudo a questões de educação ambiental; e, finalmente, o Património Arqueológico (6%)¹²⁶ numa ação de sensibilização arqueológica que decorre no Castelo de Sesimbra (Gráfico 1).

¹²² Como “Património Arquitetónico” consideramos todos os bens materiais imóveis ou património cultural construído, criados e implantados pelo homem, dotados de valor arquitetónico (artístico, construtivo, funcional), valor histórico ou documental, valor simbólico e valor identitário. Pode tratar-se de estruturas isoladas ou em conjunto. Podem ter uma finalidade imediata, relacionada com a vida material do homem ou mediata e simbólica, relacionando-se com a vida espiritual das comunidades. Compreende monumentos, conjuntos arquitetónicos e sítios construídos. Incluem-se no património construído os elementos decorativos e/ou móveis que fazem parte integrante dos bens culturais imóveis. (Barranha 2016, 31 e 35-36)

¹²³ O “Património Imaterial” diz respeito aos bens imateriais que constituem uma parte estruturante da identidade e memória coletiva, testemunhos etnográficos e antropológicos com valor e significado no seio das comunidades, expressos em práticas, representações, conhecimentos e aptidões (UNESCO 2003, Ministério da Cultura 2009; Presidência do Conselho de Ministros 2015)

¹²⁴ Como “Objetos e obras de arte” são aqui considerados os bens culturais móveis, integrantes no património cultural, criados ou produzidos, encomendados ou distribuídos, que representam ou testemunham vivências ou factos locais ou nacionais relevantes, e contribuem para a identidade cultural das comunidades que lhe estão associadas (Barranha 2016, 32 e Assembleia da República 2001). Poderão ter um carácter e valor artístico, valor histórico, valor etnográfico, valor técnico, valor simbólico e valor identitário.

¹²⁵ O “Património Natural” é definido enquanto “o conjunto dos valores naturais com reconhecido interesse natural ou paisagístico, nomeadamente do ponto de vista científico, da conservação e estético” (Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional /2008)

¹²⁶ Consideramos “Património Arqueológico” parte do património cultural material, para o qual os métodos da arqueologia fornecem os conhecimentos de base. Engloba todos os vestígios da existência humana e aplica-se tanto aos locais onde foram exercidas atividades humanas, como às estruturas

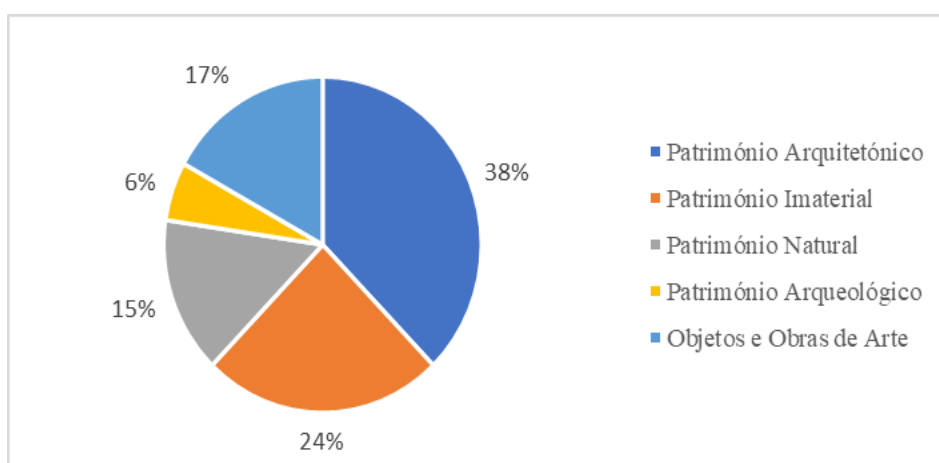


Gráfico 1: Temáticas patrimoniais abordadas nas ações do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra

No que diz respeito aos públicos-alvo, as ações são desenhadas sobretudo para a comunidade escolar, desde o pré-escolar ao secundário (53%), seguindo-se do público caracterizado como “ensino especial” (33%), restando o público em geral (7%), os seniores (5%) e, finalmente, os jovens (2%) (Gráfico 2).

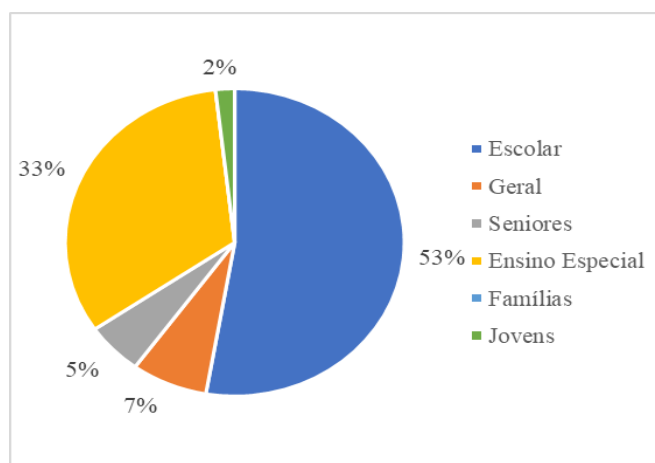


Gráfico 2: Públicos-alvo das ações do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra

Pelo exposto, pode-se desde já afirmar que a tónica do entendimento de património verificada nos diferentes instrumentos de mediação patrimonial centra-se na ideia de objeto e de texto, i.e., numa visão que se foca nos bens materiais e na

abandonadas, aos vestígios, quer à superfície, no subsolo ou submersos, bem como os objetos culturais móveis a eles associados. (ICOMOS 1990; Council of Europe 1992; Assembleia da República 2001)

preocupação em conservá-los e preservá-los, acrescentando ainda uma conceção na qual considera o património para além da sua materialidade, através do qual se pode aceder à história, aos seus significados, decifrando mensagens e ideias sobre a cultura. Identificámos, por isso, valores estéticos, formais, económicos, históricos e culturais que emanam dos diversos instrumentos de mediação patrimonial de gestão camarária em Sesimbra.

3.3. Apresentação quantitativa dos dados recolhidos na análise aos inquéritos à população na vila de Sesimbra

De seguida, far-se-á a análise aos inquéritos que realizamos no âmbito desta investigação. Os principais objetivos para a realização dos mesmos passam por procurar entender o que é que as pessoas conhecem, compreendem e pensam sobre o património da vila sesimbrense; que valores atribuem ao património; e, finalmente, se estão ou pretendem estar implicadas/envolvidas com o seu património. Desta forma procuramos, e de acordo com o modelo interpretativo que aplicámos nesta investigação, aferir se as pessoas são ou não sensíveis ao património.

Na impossibilidade de se inquirir toda a população-alvo da freguesia de Santiago da vila de Sesimbra, com 4902 habitantes segundo os Censos de 2021, optou-se por tentar atingir 5% da população, correspondendo a cerca de 200 inquéritos. Tal meta não foi possível de se concretizar por rapidamente nos apercebermos da impossibilidade de se atingir tal número, uma vez que a freguesia de Santiago tem um tipo de população constante e pouco flutuante, tendo-se esgotado rapidamente as possibilidades de inquérito a pessoas diferentes. Deste modo, a amostra que reunimos representa 1,83% da população da freguesia de Santiago da vila de Sesimbra.

O inquérito à população de Sesimbra tem 8 perguntas, todas elas dirigidas a questões patrimoniais, exceto a primeira, que assinala o local de residência do/a inquirido/a (Quadro 9), e resultam dos estudos de Jesús Cepeda Ortega e Olaia Fontal Merillas (2019) e Olaia Fontal Merillas, Marta Martinez Rodriguez e Jesús Cepeda Ortega (2020). Neste último estudo (Fontal *et al.* 2020), os investigadores procuraram analisar as perceções sociais sobre património na comunidade de Madrid, no âmbito da XI Bienal Ibérica de Património Cultural (AR&PA). Na primeira investigação (Cepeda e Fontal, 2019), os investigadores centraram a sua análise num tipo de vínculo, o

identitário, procurando ainda perceber se o grau de vínculo variaria em função do número de programas de educação patrimonial. Ainda que a amostra em análise neste trabalho tenha características diferentes, baseámo-nos nos aspetos destes inquéritos que eram relevantes para o nosso caso de estudo, pelo que as perguntas utilizadas no inquérito a Sesimbra tiveram como objetivo responder aos propósitos desta investigação, i.e., analisar qual a perceção de património das pessoas da/na vila, assim como aferir que tipo(s) de vínculo(s) o/a inquirido/a tem para com o património sesimbrense.

De forma a facilitar a recolha e o tratamento dos dados, as perguntas foram inseridas no *Google Forms* e as respostas diretamente submetidas pela investigadora, o que, e dadas as funcionalidades intuitivas do programa disponibilizado gratuitamente *online*, possibilitou a obtenção de dados quantitativos no final de cada dia de trabalho, de maneira a ir monitorizando e, posteriormente, aferir padrões facilmente transformáveis em gráficos que servem de evidências para a análise que se apresenta neste subcapítulo.

Variáveis demográficas	1) Qual é a sua localidade de residência?
Variáveis relativas à perceção do património na vila de Sesimbra e ao vínculo com o património sesimbrense	2) Conhece algum património que seja representativo na vila de Sesimbra (centro histórico)? Se sim, qual? 3) Se não conhece, que tipo de património imagina que haja na vila de Sesimbra? 4) Se conhece, o que o/a une a esse património? 5) Se não conhece, crê que o património que se encontra na Vila de Sesimbra poderia interessá-lo? Porquê? 6) (Se a resposta for afirmativa) Indique-nos qual destes pontos terá experimentado relativamente ao património da vila de Sesimbra (centro histórico)? - Desfrutou dele - Chegou a partilhá-lo (amigos, família, redes sociais, ...) - Juntou-se a outras pessoas numa ação a favor do património - Nenhuma das ações anteriores 7) Sabe a quem pertence a responsabilidade pelo património da vila de Sesimbra (salvaguarda, gestão, transmissão, ...)? 8) Se tivesse de escrever uma pequena frase ou palavra relativamente ao património da vila de Sesimbra, qual seria?

Quadro 9: Perguntas no inquérito à população da vila de Sesimbra

Tendo em conta os objetivos e a natureza da investigação, interessava-nos realizar as perguntas em proximidade com os inquiridos. Assim, os inquéritos foram conduzidos presencialmente, nas ruas da vila de Sesimbra, em diferentes locais, entre o período de 5 de novembro a 6 de dezembro de 2021, num total de 5 dias (de acordo com as condições meteorológicas e a disponibilidade da investigadora) recolhendo-se no total 64 respostas (1,30% da população da freguesia de Santiago). O primeiro dia foi considerado dia-piloto, tendo o inquérito sido dirigido a apenas 5 indivíduos, de forma aleatória. Ao 5º dia de realização do inquérito verificámos que a freguesia de Santiago tem um tipo de população constante e pouco flutuante, pelo que rapidamente se esgotara a possibilidade de o inquérito ser feito a pessoas diferentes. Colocada esta situação, considerámos ser útil diversificar a recolha de respostas, pelo que se elegeu a comunidade escolar, uma vez que é recorrente realizarem visitas de estudo aos equipamentos patrimoniais desta freguesia ao longo da sua vida escolar, sendo por isso um “público-alvo” privilegiado. Concretamente os alunos do 9º ano da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, única escola de 2º e 3º ciclos na freguesia de Santiago¹²⁷, e desta vez em formato digital, já que o contexto epidemiológico relativo à COVID 19 naquela altura (final de 2021 e início de 2022) previa medidas de controlo mais restritivas e sem contato físico. Num universo de cerca de 100 alunos aos quais foi solicitada resposta, apenas 26% responderam, sendo que 84% dos inquiridos residem fora da freguesia de Santiago.

Do nosso ponto de vista, a recolha de dados deste último universo de inquiridos acabou por não ter os resultados previstos, havendo razões para não ter funcionado tão bem como o primeiro método de recolha. Para além da falta de personalização, a opção de responder ou não e, sobretudo, como o inquérito estava apenas do lado dos inquiridos, às respostas submetidas verifica-se uma ausência de verbos que possam exprimir os sentimentos dos inquiridos e uma formalidade institucional à qual faltam as respostas emocionais e a franqueza. Com esta nova recolha, realizada entre janeiro e fevereiro de 2022, reunimos mais 26 respostas, perfazendo, assim, um total de 90 respostas (1,83% da população; ver Gráfico 3). Na verificação final destes 90 inquéritos constatámos um inválido (as respostas foram dadas apenas com “.”) e, desse modo, partimos para a nossa análise com uma amostra de n=89 indivíduos.

¹²⁷ O contacto foi estabelecido via *e-mail* a 11 de janeiro de 2022 e feito novo apelo a 25 de janeiro de 2022 para que se cumprisse o preenchimento do questionário pelos alunos e professores do 9º ano (num universo de 4 turmas).

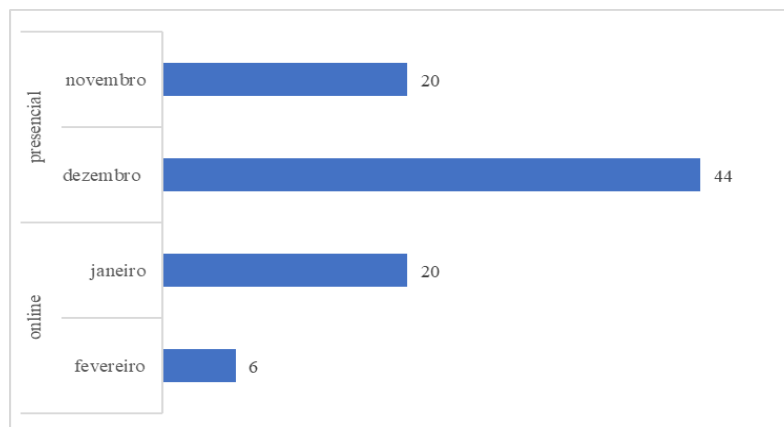


Gráfico 3: Visualização da recolha de respostas ao inquérito por meses e método

Ao realizarmos os dois métodos de recolha de respostas (*presencial* e *online*) ao mesmo conjunto de perguntas, verificámos que o primeiro método – o questionário realizado nas ruas da vila – constituiu-se numa experiência muito mais enriquecedora pelo contacto e proximidade gerado com as pessoas, capaz de adicionar outros elementos igualmente caracterizadores das respostas dadas. Um deles foi a reação geral das pessoas quando ouviam a palavra “património”, havendo sobretudo duas manifestações: (i) não sabiam o que era e, mesmo lhes dando a opção de nos indicarem qual o património que imaginam encontrar em Sesimbra, preferiram não responder; (ii) não sabiam no imediato do que se tratava, mas procuravam saber o que é “património” (“património?! como assim?!”) e qual seria a resposta que se pretendia. Nestes casos nunca fornecemos exemplos, para não influenciar as respostas, mas, após uma nova forma de colocar a questão (“aquilo que acha ser mais importante/relevante em Sesimbra”), acabavam por responder. Retirámos ainda outras conclusões sobre a relação das pessoas com o património sesimbrense, por exemplo, as que referiram “Capela do Espírito Santo dos Mareantes” revelaram nunca terem entrado no edifício/museu. Para este referente patrimonial é também curioso apontar que as pessoas não diziam o nome do edifício, mas referiam-na como “a Capela junto à farmácia / à farmácia de cima”. Outras, ainda, revelaram com alguma nostalgia que nunca mais voltaram ao Castelo desde o seu tempo de infância. Noutros casos, as pessoas diziam não conhecer qualquer referente patrimonial embora a conversa acabasse por evidenciar referentes patrimoniais, nomeadamente imateriais, como o ofício da pesca ou a festa em homenagem ao Senhor Jesus das Chagas. E, finalmente, foi igualmente interessante

assistir às que, após a conclusão do questionário, voltavam atrás querendo acrescentar mais bens patrimoniais aos já anteriormente elencados pelas próprias.

No segundo método de recolha de respostas – o questionário realizado apenas *online* – faltou o contacto humano que impossibilitou o acesso aos seus sentimentos, contudo, as respostas evidenciaram praticamente os mesmos resultados, não acrescentando qualquer novidade. Deste modo, optou-se por fazer a análise da totalidade dos inquéritos, sem qualquer exceção, i.e., à amostra n=89 inquéritos válidos, respondidos entre 5 de novembro (presencial) a 20 de fevereiro de 2022 (*online*).

As perguntas dividem-se em dois grupos, com objetivos específicos diferentes:

(1) o primeiro, onde se pergunta “Qual é a sua localidade de residência?”, procura recolher os dados demográficos no que diz respeito à freguesia de residência, caracterizando a nossa amostra (Ver Gráfico 4). Optamos pela não recolha de outros dados sociodemográficos, como a idade, sexo e/ou grau de escolaridade, por considerarmos que os mesmos não acrescentariam informação ao objetivo do nosso estudo. A sensibilização patrimonial não é, portanto, específica de uma faixa etária ou sexo, nem tem maior ou menor predominância segundo o grau de escolaridade;

(2) o segundo grupo de questões dizem respeito às variáveis relativas à perceção do património da vila de Sesimbra pela população e dividem-se da seguinte forma:

(i) à questão “Conhece algum património que seja representativo na vila de Sesimbra (centro histórico)? Se sim, que tipo de património é?”, e por se tratar de uma resposta aberta, permitiu a recolha e a listagem dos referentes patrimoniais enunciados pelas pessoas. Os dados foram tratados distribuindo os referentes pela dimensão patrimonial a que pertencem (arquitetónico, arqueológico, objetos e obras de arte, imaterial, património natural, arte pública¹²⁸, património urbano¹²⁹ – ver Gráfico 5). A recolha destes dados permitiu ainda identificar a sua localização (na freguesia de Santiago – a nossa amostra de análise, ou fora dela) e, também, identificar quais os referentes patrimoniais referidos mais vezes (Ver Gráfico 6);

¹²⁸ Considera-se “Arte pública”, as realizações de artistas, normalmente de escultura ou pintura, planeadas e executadas para serem apresentadas em espaço público, geralmente ao ar livre, de acesso a todos.

¹²⁹ O “Património urbano” definido como o “Conjunto de paisagens, aglomerados, edificios, objectos e saberes que apresentam um interesse relevante do ponto de vista da história e do desenvolvimento das cidades.” (Barranha 2016, 41)

(ii) as perguntas seguintes, do número 4 a 8, procuram identificar as variáveis relativas à sequência de sensibilização patrimonial, dizendo respeito ao desfrute, ao sentimento de identidade, à difusão (transmissão), à implicação/envolvência para com o património. Neste caso, e recorrendo às categorias de análise que adotamos de Olaia Fontal (2020a, 24), assim como à especificação do tipo de vínculos proposto pela mesma autora (Fontal e Marín 2018, 490), a nossa análise identificou os valores atribuídos pelas pessoas ao património sesimbrense e, desse modo, como é que o património é entendido pela população (objeto, texto, contexto, símbolo, extensão do sujeito, vínculo e, neste caso, que tipo de vínculo) ¹³⁰ (Ver Gráficos 7 a 12).

Passamos de seguida a apresentar os dados recolhidos. No Gráfico 4 podemos desde logo caracterizar a amostra de n=89 indivíduos, sendo que 55% dos inquiridos residem na freguesia do Castelo; 42% são residentes na freguesia de Santiago; 2% na freguesia da Quinta do Conde e 1% noutro concelho que não Sesimbra. Optamos aqui por apresentar os dados diferenciados entre “inquéritos aplicados na rua” e “inquéritos aplicados *online*” porque, como clarificámos atrás, o valor final atribuído à freguesia do Castelo foi influenciado por este último grupo de indivíduos.

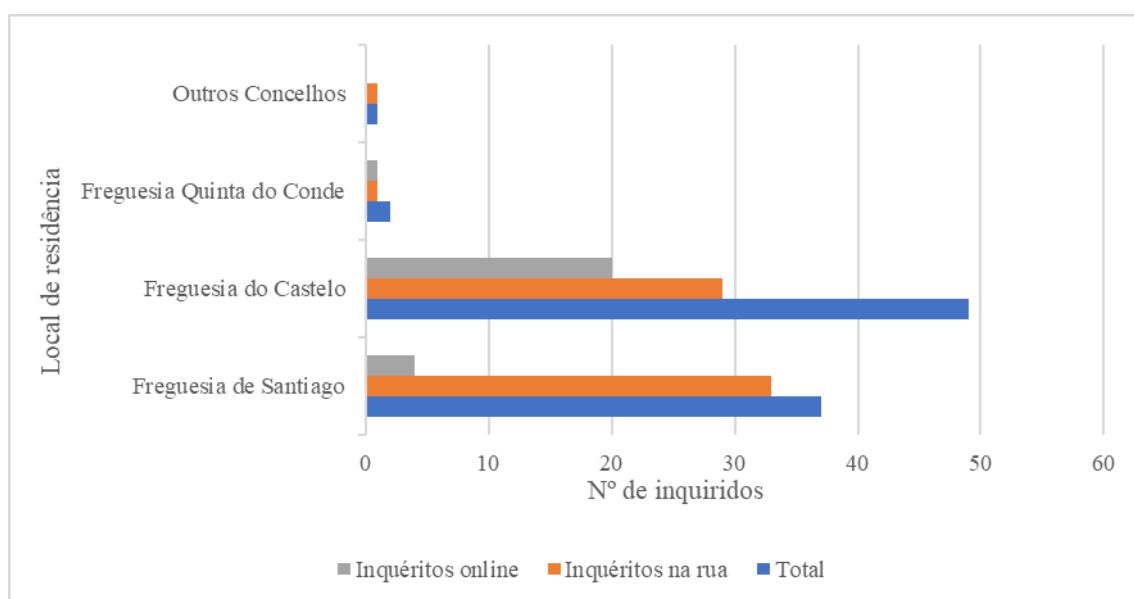


Gráfico 4: Caracterização da amostra de acordo com a sua localidade de residência

No Gráfico 5 obtemos a perceção geral sobre o património representativo da vila de Sesimbra para os indivíduos da amostra n=89, de acordo com a dimensão

¹³⁰ Relembramos que as categorias e subcategorias de análise constam do Anexo VI.

patrimonial. Sem qualquer surpresa, é notório que a dimensão patrimonial de maior destaque diz respeito ao “Património Arquitetónico”, com 71% (85 respostas); seguindo-se os “Objetos e Obras de Arte”, com 11% (13 respostas); o “Património Imaterial” com 8% (10 respostas); o “Património Natural” com 4% (5 respostas); a Arte Pública com 3% (3 respostas); o “Património Urbano” com 2% (2 respostas) e, finalmente, o “Património Arqueológico” com 1% (1 resposta). Em média, cada indivíduo listou 3 referentes patrimoniais.

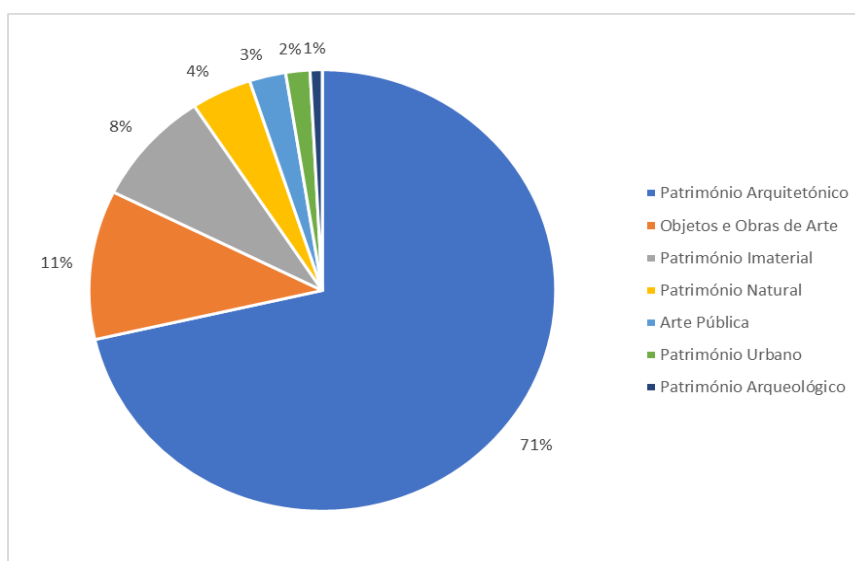


Gráfico 5: Percepção do património da vila de Sesimbra, distribuída pelas dimensões patrimoniais

No que diz respeito à dimensão patrimonial de maior destaque – o património arquitetónico – é de referir ainda que, 80% dos referentes patrimoniais identificados pelos indivíduos localizam-se na freguesia de Santiago, a nossa amostra de análise, e os restantes 20% fora destes limites. Assim, e numa análise mais detalhada, podemos constatar a seguinte eleição de referentes patrimoniais como os mais representativos da vila de Sesimbra (Ver Gráfico 6): Fortaleza de Santiago (65 respostas), Castelo de Sesimbra¹³¹ (63 respostas), Capela do Espírito Santo dos Mareantes (15 respostas), Igreja de Santiago (13 respostas), Capela da Misericórdia (9 respostas), Pelourinho (4 respostas), Capela de São Sebastião (3 respostas), Edifício da Câmara Municipal (2 respostas), Casa do Bispo (1 resposta), Escola Conde Ferreira (1 resposta) e a Biblioteca Municipal, enquanto património arquitetónico recente (1 resposta).

¹³¹ Considera-se o Castelo e respetiva cerca urbana, não fazendo aqui a distinção por, precisamente, no senso comum o “Castelo” ser considerado como o conjunto de ambos os referentes.

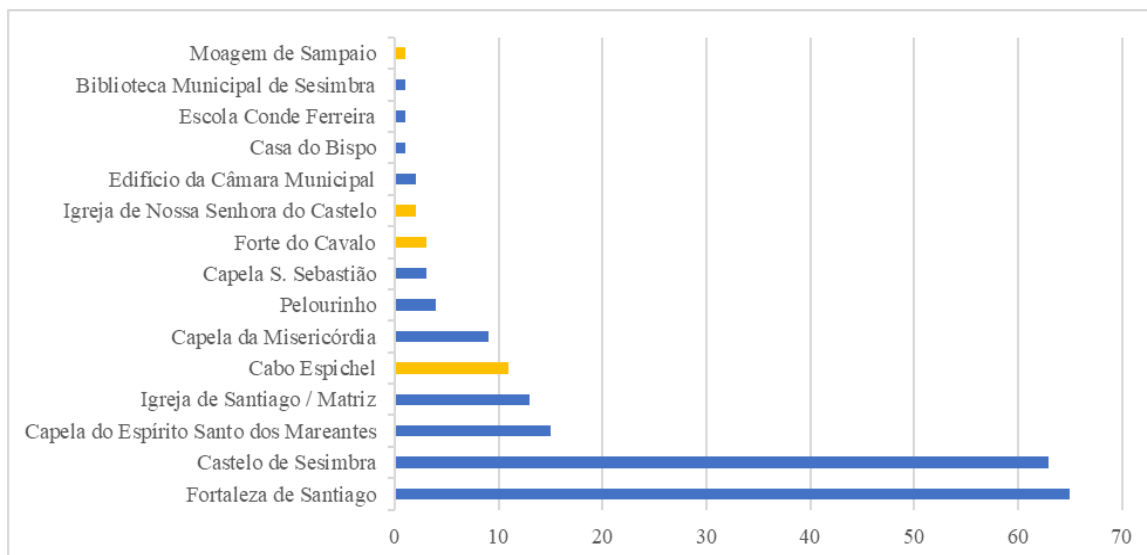


Gráfico 6: Património arquitetónico eleito como mais representativo pela população da vila de Sesimbra (a azul, na freguesia de Santiago; a amarelo, na freguesia do Castelo, com exceção do Castelo e cerca urbana por estes estarem considerados dentro da nossa amostra de análise)

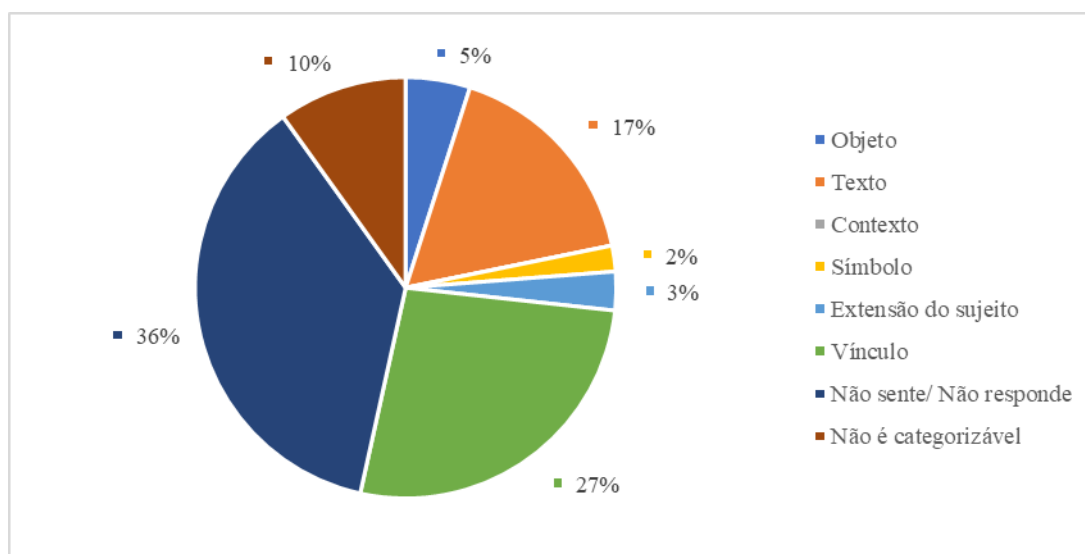


Gráfico 7: O que une os indivíduos ao património na vila de Sesimbra

No Gráfico 7 resumimos as respostas dos indivíduos quanto à pergunta “o que o(a) une a esse património?”¹³². Aos 89 inquéritos respondidos, 37 dos inquiridos “não sente ou não quis responder” (36%) e 10 outras respostas (10%) considerámos “não categorizáveis”. As restantes respostas estão divididas do seguinte modo: 27% das

¹³² Cf. no Anexo XIII o quadro de análise de conteúdo aos inquéritos sobre a questão “o que o(a) une ao património da vila de Sesimbra”. No quadro estão listadas as respostas, divididas pelas categorias e subcategorias de análise, e ainda as que considerámos como “não categorizáveis” por as considerarmos respostas vagas, não dizendo respeito a qualquer uma das categorias definidas.

respostas (27 respostas) enumeram uma relação de vínculo com os bens patrimoniais (sentindo-o como seu ou por uma ligação de afeto ligada à infância ou por conviver diariamente com esses referentes, fazendo parte das vivências diárias ou, também, pelo que sente estar relacionado com o facto de ter nascido na vila). Numa análise mais pormenorizada ao tipo de vínculos (subcategorias; ver Anexo VI), resultando nos dados apresentados no Gráfico 8, podemos afirmar que destas 27 respostas:

- 10 delas dizem respeito ao vínculo de tipo “social”, em que a relação com o bem patrimonial está apoiada na vivência partilhada com um grupo amplo (“a família ser de cá”, “A relação de proximidade com a Fortaleza, por questões profissionais, por ter trabalhado lá na capitania”);

- 6 das respostas dizem respeito ao vínculo “familiar” no qual a relação que se estabelece surge a partir de uma recordação ou laço com pessoas que são da sua família (“ao que toca o Castelo, tenho memórias muito boas de ir sempre lá com o meu pai só para ver a igreja e as exposições lá feitas”, “por viver cá com os avós”);

- 5 das respostas são do tipo vínculo “espacial”, e dizem respeito às relações que se constroem num determinado espaço, desempenhando um papel essencial no valor atribuído ao bem (“Faz parte do dia-a-dia desde pequena”);

- 4 das respostas, são do tipo “identitário”, pois ocorre quando o indivíduo incorpora como característica ou característica fundamental da sua identidade, a relação estabelecida com determinado bem material ou imaterial (“Sente que é seu, nosso, e é importante”);

- 2 das respostas dizem respeito ao vínculo “passado/infância”, estando diretamente ligado a esse tempo do indivíduo (“Recorda-se das suas memórias da infância e das visitas ao castelo”);

- e, finalmente, com 1 resposta para cada tipo de vínculo:

- “religioso”, em que a relação de valor com o bem patrimonial se sustenta no reforço de valores e crenças religiosas, nomeadamente do próprio indivíduo (“As vivências, nomeadamente as igrejas onde foi batizada e fez a primeira comunhão”);

- “afetivo”, apoiando-se expressamente no plano afetivo, projetando determinadas emoções no bem patrimonial (“ligação de afetividade”);

- “amizade”, quando a relação é sustentada nos laços de amizade com terceiras pessoas (“vivências (amigos)”);

-e, por último, o tipo de vínculo “experiencial” quando a relação se sustenta numa experiência ou vivência com o bem patrimonial (“descoberta através de uma visita que realizou dos vários elementos históricos presentes nas ruas”).

Nas respostas dadas a estes inquéritos não foi possível identificar uma relação de vínculo do tipo “temporal”.

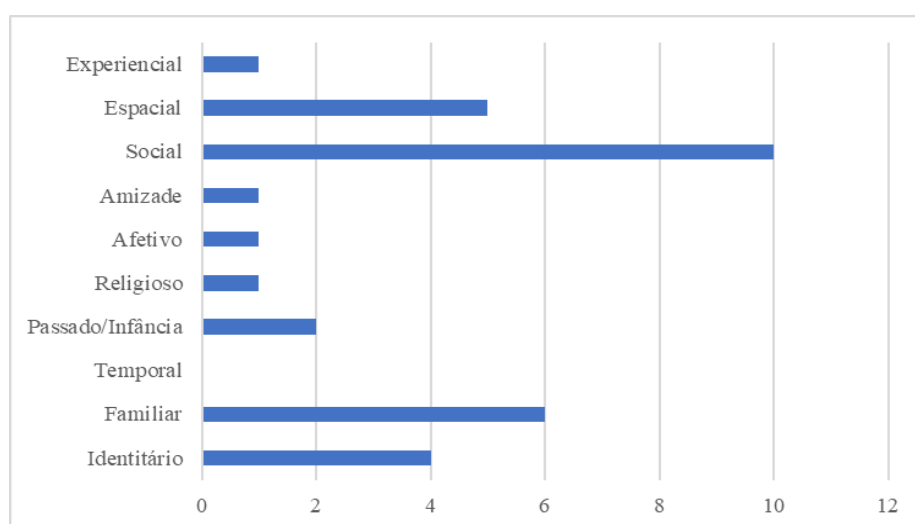


Gráfico 8: O tipo de vínculos sobre o que une os indivíduos ao património sesimbrense

De acordo com o modelo de análise que temos vindo a seguir, e conforme já apresentado no ponto 1.2, estes dez tipos de vínculos podem-se reunir em quatro tipo de esferas que estabelecem a relação das pessoas com os bens patrimoniais: identitária (vínculo identitário, religioso e social); temporal (vínculos temporal, passado/infância); afetiva (vínculos familiar, afetivo, amizade); e, por último, experiencial (vínculos espacial e experiencial). Assim, como demonstra o Gráfico 9, 48% das respostas afetas à categoria de património entendido como vínculo, pertencem à esfera identitária; 26% à esfera afetiva; 19% à esfera experiencial; e 7% à esfera temporal.

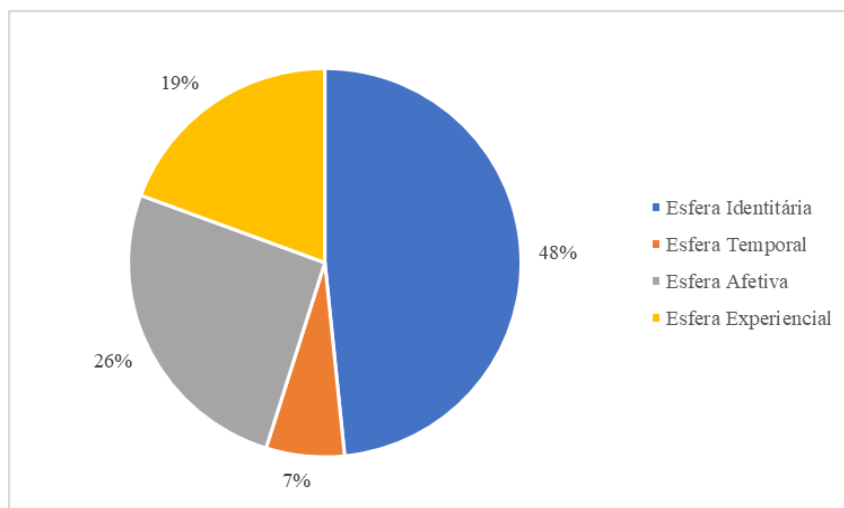


Gráfico 9: Tipos de vínculos de acordo com as esferas patrimoniais

Ainda sobre o que une as pessoas ao património (Ver Gráfico 7), 17% das respostas (17 respostas) indicam que o património é entendido como texto (“Por ser histórico”, “a população reconhece a sua riqueza”, “reconhece a importância histórica”); em 5% (5 respostas) o património é entendido como objeto (“muito bonito”, “beleza”); em 3% (3 respostas) enquanto extensão do sujeito (sentimento de pertença); em 2% (2 respostas) enquanto símbolo (“a alma da comunidade”, “a cultura de Sesimbra”) e, sem qualquer referência, enquanto contexto.

À questão “Indique-nos qual destes pontos terá experimentado relativamente ao património da vila de Sesimbra (centro histórico)?”, tal como espelhado no Gráfico 10, 43% dos inquiridos (75 respostas) dizem ter desfrutado dele; 33% (59 respostas) chegaram a partilhar com amigos e familiares; 17% dos indivíduos (30 respostas) dizem que se identificam com o património; 3% (5 respostas) afirma ter-se juntado a uma ação a favor do património¹³³ e 4% (7 respostas) referem nenhuma das opções indicadas.

¹³³ De referir que uma das respostas dada presencialmente reporta-se a uma ação de limpeza da praia, no âmbito da sensibilização ambiental, e as restantes respostas foram recolhidas *online*, não permitindo aferir a que ações se reportam.

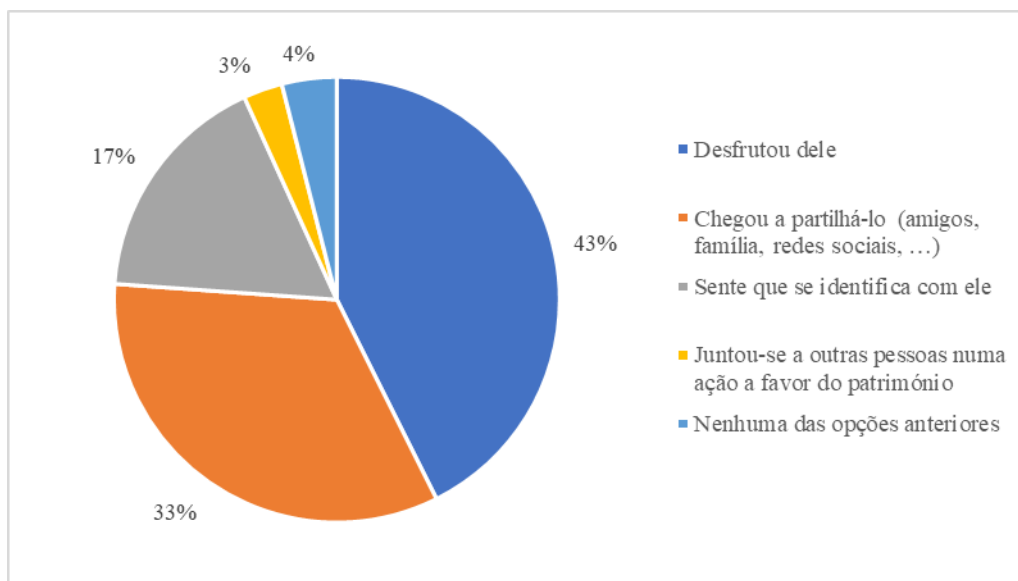


Gráfico 10: As experiências dos inquiridos relativamente ao património

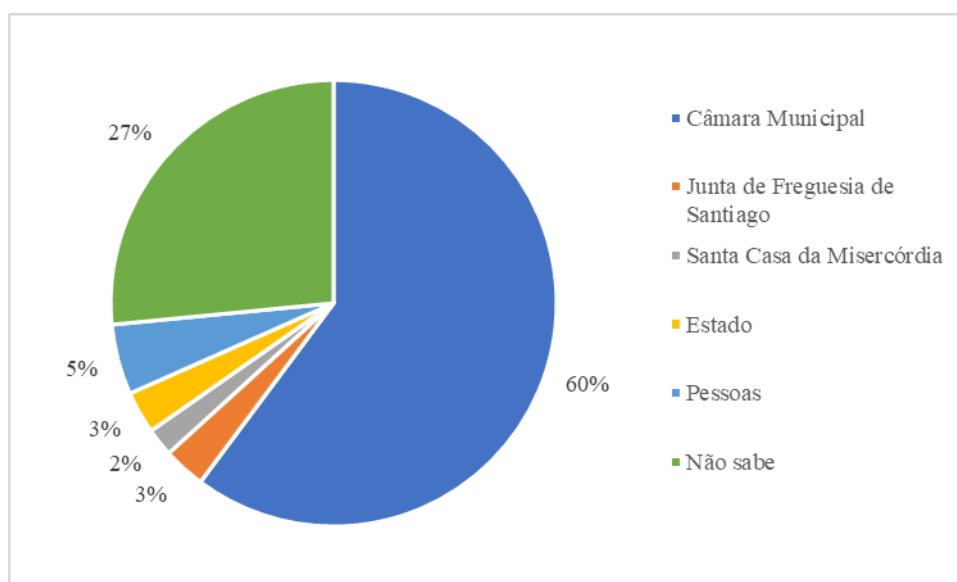


Gráfico 11: A responsabilidade pelo património da vila de Sesimbra

No Gráfico 11 estão os dados obtidos no que diz respeito à questão que procura identificar a quem pertencerá a responsabilidade pelo património da vila de Sesimbra, nomeadamente a salvaguarda, gestão ou transmissão: 60% dos inquiridos (59 respostas) identificam a Câmara Municipal como o responsável pelo património concelhio; 27% dos inquiridos (26 respostas) não sabem responder; 5% (5 respostas) dos inquiridos identificam as pessoas como as que têm responsabilidade; 3% (3 respostas) considera a Junta de Freguesia de Santiago como responsável; outros 3% (3 respostas) o Estado; 2%

(2 respostas) a Santa Casa da Misericórdia. É importante realçar que a pergunta foi colocada de forma aberta e que nunca se facultou opções de resposta¹³⁴.

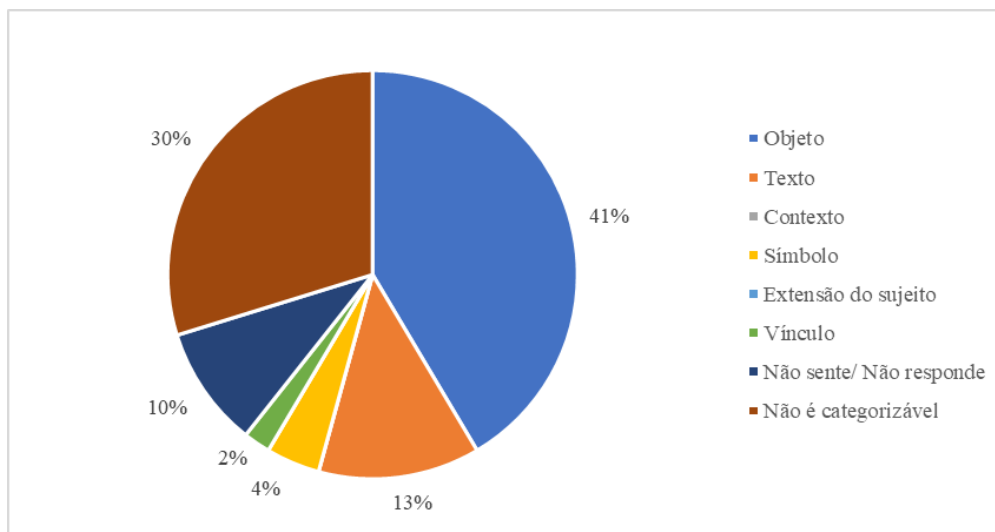


Gráfico 12: Frase ou palavra relativamente ao património da vila de Sesimbra

Finalmente na última questão, em que se solicita uma frase ou palavra relativamente ao património da vila de Sesimbra (Ver Gráfico 12), 41% dos inquiridos (39 respostas) diz uma frase através da qual os indivíduos revelam entender o património como “objeto”, enfatizando o lado estético e formal do bem patrimonial e preocupações ligadas à sua preservação (“continuar a conservar o património”, “por favor não destruam”, “O património está muito bem valorizado”); 13% dos inquiridos (12 respostas) compreendem o património como “texto”, entendendo-o para além da sua dimensão tangível e identificando-o como um testemunho histórico (“história”, “uma vila sem história não interessa”, “turismo com história”, “Uma vila com património histórico de valor e inqualificável”); 4% das respostas (4 respostas) enquadram-se na categoria “símbolo” (“Sesimbra piscosa”, “alma da comunidade”, “Sesimbra é peixe”, “Religioso”); 2% (2 respostas) entende o património enquanto “vínculo”,

¹³⁴ Antecipando desde já a questão principal deste ponto, a que mais tarde se voltará, das cinco respostas dadas que elegem as “pessoas” como responsáveis, cabe-nos ainda pormenorizar o seguinte: a resposta n=32 foi “Todos nós, incluindo turistas”, sendo que este inquirido é o mesmo que diz ter participado numa ação de sensibilização ambiental; a resposta n=36 considera que “todos nós devíamos assumir a responsabilidade, mas que é a Câmara Municipal que assume essa responsabilidade e que não se pode passar por cima das leis”. Este mesmo inquirido acaba por relatar uma preocupação sua, nomeadamente a usurpação de um moinho no concelho de Sesimbra, o Moinho da Forca, por um sem abrigo e o seu sentimento de indignação e impotência perante o assunto; as respostas n=59, n=74 e n=77, tal como a primeira, apenas elegem as “pessoas” ou “os habitantes” como responsáveis, afirmando “penso ser um dever de todos os habitantes da vila” (n=77).

nomeadamente ligado ao passado/infância (“A memória da primeira ida ao castelo, numa viagem de autocarro, quando era pequena, há 65 anos atrás, e da alegria que sentiu.”, “Oh tempo volta para trás”). De referir, ainda, que 10% dos inquiridos (9 respostas) não respondem e 30% (28 respostas) considerámos como não categorizáveis por serem respostas demasiado abertas e que impossibilitam a sua categorização¹³⁵.

Após o mapeamento dos resultados torna-se claro que, e a partir deste grupo de amostra, a população de Sesimbra revela um certo alheamento quanto ao património da vila, desde logo pelos resultados expressivos na falta de respostas a algumas das questões (37% não responde à questão o que o une a esse património; 27% dos inquiridos não sabe ou não responde à questão sobre a quem pertence a responsabilidade pelo património da vila). Assim, os dados revelaram, sem surpresas, que ainda se está longe de se identificar o “património” como um conceito amplo, onde se inclui tanto a dimensão tangível como a intangível e, muito menos, as pessoas e o que elas consideram como relevante ou passível de patrimonialização. Deste modo, assiste-se à prevalência da categoria de património arquitetónico como sendo o mais representativo de um lugar, numa visão ainda conservadora, fechada e tradicionalista centrada no objeto e não nas pessoas. Também as questões mais abertas revelaram um entendimento centrado no objeto e em valores estéticos (frase sobre o património de Sesimbra), muito embora a relação entre pessoas e património (o que une as pessoas ao património) seja apoiada numa relação de vínculo, ora num grupo amplo, a própria comunidade local, ora num grupo mais restrito, como a família.

Como Olaia Fontal refere “Es justamente esa forma de conexión o vínculo lo que tiene interés (...)” porque, sendo o vínculo a forma de conexão e relacionamento privilegiado entre as pessoas e os bens patrimoniais, é ele que explica todos os valores que as pessoas e as comunidades projetam no (seu) património, dentro dos seus contextos sociais (Fontal 2020, 17). O vínculo estabelecido entre a população de Sesimbra e o (seu) património revela, ainda, uma significativa expressão na esfera patrimonial identitária. Vale a pena ainda apontar que, curiosamente, há uma

¹³⁵ Cf. Anexo XIV com o quadro de análise de conteúdo aos inquéritos à pergunta “Se tivesse de escrever uma pequena frase ou palavra relativamente ao património da vila de Sesimbra, qual seria?”. Nele estão listadas as respostas dadas, divididas por categorias e subcategorias de análise e, igualmente, as consideradas “não categorizáveis”.

percentagem pouco significativa de inquiridos que projetam no património valores temporais, ligados à maneira como exprimem a relação com o passado ou a nostalgia das memórias ocorridas na infância.

No que diz respeito às variáveis da sequência de sensibilização (Ver Figura 2) é expressivo o desfrute por parte dos inquiridos, manifestando, sobretudo, uma relação que advém da participação na programação cultural ocorrida nos diferentes espaços. A transmissão dos bens patrimoniais faz-se sobretudo pela partilha com terceiros, nomeadamente, amigos ou familiares vindos de fora do concelho. As restantes respostas, tirando casos muito pontuais, demonstraram uma reação pavloviana à questão¹³⁶. Como se disse, constatamos um certo alheamento da população em relação àquele que é o seu património, expresso nalgumas das evidências, como os dados relativos à responsabilidade pelo património da vila de Sesimbra. Fica claro que, neste ponto, as pessoas não se reconhecem numa responsabilidade que é de todos.

Com a realização dos questionários houve ainda espaço para que as pessoas revelassem algumas preocupações, quanto aos rumos que a sua relação com o património está a tomar, nomeadamente: ser uma vila igual às outras, voltada para o turismo; a perda do fator identitário que foi a outrora “Sesimbra piscosa”; e ainda, o exemplo específico relacionado com a ideia de perda, o da apropriação ilegal de um imóvel (o Moinho da Forca). Há, no entanto, um grande orgulho sentido na generalidade dos inquiridos por pertencerem a Sesimbra, uma vila “bonita e agradável”, nomeadamente pelo facto de alguns equipamentos patrimoniais, como a Fortaleza de Santiago, terem sido reabilitados.

3.4. Análise à entrevista aos agentes patrimoniais do município

Deste o início da preparação desta investigação, que ouvir os agentes patrimoniais, nomeadamente os técnicos do MMS, sobre as suas expetativas no que diz respeito à envolvência da comunidade local enquanto cidadãos ativos em prol do património, identificando, igualmente, as dificuldades que sentem na prossecução dos seus objetivos, se mostrou fundamental. Outro dos nossos objetivos era, precisamente, identificar qual tem sido o papel da sensibilização patrimonial no seio das comunidades locais e de que forma o MMS operacionaliza essa mesma intenção. Deste modo, tornou-

¹³⁶ De referir que esta era a única pergunta a que se davam várias hipóteses de resposta.

-se fundamental a realização de uma entrevista que viesse clarificar determinados aspetos do nosso estudo de caso.

Apoiando-nos no levantamento dos instrumentos de mediação patrimonial, em informações relevantes que advêm das normas do MMS e das linhas políticas culturais delineadas para o concelho¹³⁷, elaborámos um guião de perguntas (Quadro 10) cujo objetivo inicial era colocá-las presencialmente a um dos técnicos da subunidade orgânica Museus e Património, da Divisão de Cultura da CMS¹³⁸. Por razões que nos são alheias, foi-nos solicitado o envio prévio das perguntas sendo que, após explicarmos que esse não era o método preferencial, tivemos de aceitar e ceder, e as perguntas foram, assim, remetidas via *e-mail* e respondidas por escrito pela mesma via.

Numa entrevista presencial teríamos tido oportunidade de desenvolver uma conversa informal, mas intencional, orientada para objetivos específicos, procurando obter informações que iriam complementar as já identificadas através das leituras e pesquisas feitas anteriormente, mesmo que recorrendo a perguntas de recurso que utilizaríamos “apenas quando o entrevistado não avançar no desenvolvimento do tema proposto ou não atingir o grau de explicitação que pretendemos” (Amado 2014, 214). As perguntas foram divididas por blocos temáticos, cada qual com objetivos específicos e, caso a entrevista tivesse sido feita presencialmente, neste instrumento de orientação teríamos, ainda, incluído as perguntas de recurso.

Blocos	Objetivos dos blocos	Questões orientadoras
BLOCO 1 As estratégias educativas na promoção do património enquanto referente identitário	Obter dados sobre as práticas do Serviço Educativo, cuja missão afirma proporcionar ao cidadão vias de encontro com a identidade local, afirmando-se como espaço de representação e investimento vivencial, na promoção da envolvimento da comunidade e contribuindo de forma decisiva para a sensibilização em relação a ações inerentes à valorização do património cultural e natural, bem como à criação de uma rede concelhia de apoio e fruição desse mesmo património.	O Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra é definido enquanto "espaço de representação". Deste modo, quais as estratégias educativas que têm vindo a ser postas em prática para a promoção do património enquanto valor identitário? De que forma as pessoas conseguem relacionar-se, identificar-se e/ou vincular-se a esse património?

¹³⁷ O partido político atual (CDU) manteve-se na liderança da CMS após as últimas eleições de 2021 e, assim, consultámos os programas eleitorais de 2017 a 2021 e o de 2021 a 2025 (Cf. CDU 2017, 2021).

¹³⁸ Como anteriormente já foi referido, o método de entrevista foi alterado, sendo que as respostas foram remetidas via *e-mail* no dia 25.02.2022.

BLOCO 2 A sensibilização patrimonial	Obter dados sobre a forma como o Museu Municipal de Sesimbra promove o entendimento de património enquanto vínculo – identitário, familiar, temporal, passado/infância, religioso, afetivo, amizade, social, espacial, experiencial – procurando alimentar esse valor relacional, de conexão, de envolvimento.	Tendo em conta os objetivos do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra, de que forma este serviço promove a envolvimento da comunidade com o património cultural? Quais as estratégias? Que dificuldades encontram?
		Um dos objetivos do Museu Marítimo de Sesimbra, expostos nas normas do museu, passa pela criação de Clubes do Património: este objetivo foi alcançado? De que forma e quais as dificuldades sentidas? Quais os objetivos principais do Clube?
BLOCO 3 A participação cívica no património	Obter dados sobre a forma como os agentes patrimoniais veem a prática da participação cívica dos sesimbrenses.	Nas práticas políticas da autarquia tem se vindo a enfatizar a participação dos cidadãos, numa lógica de proximidade, potenciando o movimento associativo e o fomento da participação cívica. No que diz respeito ao património, de que forma se tem vindo a implicar os sesimbrenses nessa participação cívica?
BLOCO 4 O envolvimento comunitário ativo	Obter dados sobre a forma como, na prática, se visa implementar a valorização do património cultural sesimbrense na parceria com uma associação local.	Um dos objetivos do envolvimento comunitário ativo em torno da valorização do património cultural marítimo sesimbrense para o próximo quadriénio passa pela criação de uma parceria com a Associação do Património Cultural Marítimo dos Mareantes e Pescadores de Sesimbra. De que forma se vai implementar esse objetivo e que protocolos de avaliação dos resultados estão a ser pensados?
BLOCO 5 As práticas políticas e o entendimento dos cidadãos	Obter dados sobre a imagem que os agentes patrimoniais fazem daquele que é o entendimento sobre património pela população local.	Tendo em conta as estratégias camarárias de valorização do património cultural sesimbrense, considera que a população está de uma forma geral sensibilizada para o património? Isto é, as pessoas reconhecem o seu valor e, de uma forma espontânea e natural, cuidam, desfrutam ou transmitem o património sesimbrense? Consegue dar-me exemplos?
BLOCO 6 Síntese e meta reflexão sobre a própria entrevista.	Captar o sentido que o entrevistado dá à própria situação da entrevista.	O que pensa dos objetivos desta mesma investigação, e como vê o contributo que pôde dar à mesma.

Quadro 10: Guião de entrevista ¹³⁹

¹³⁹ Guião de entrevista adaptado de Amado (Caspistrano citado em Amado 2014, 216). Nele se exclui o bloco “apresentação” e as “perguntas de recurso” pelas razões já enunciadas.

Em análise às respostas dadas pelos técnicos do MMS, que constam no Anexo XV desta investigação, dificilmente ficámos elucidados quanto aos diferentes objetivos que nos propusemos atingir. Veja-se:

- (1) Em resposta à primeira questão, reafirma-se o trabalho que o SE “executa” no âmbito da educação não formal, contudo ficaram por referir as estratégias utilizadas, na prática e através de exemplos, de como é que as pessoas se relacionam e se identificam com o património concelhio. Pretendia-se que, de uma forma clara, se demonstrasse qual tem sido o plano pedagógico do SE que tem como objetivo “proporcionar ao cidadão vias de encontro com essa mesma identidade, afirmando-se [o Museu] como espaço de representação e investimento vivencial, promovendo a envolvência da comunidade e contribuindo de forma decisiva para a sensibilização em relação a acções inerentes à valorização do património cultural e natural, bem como à criação de uma rede concelhia de apoio e fruição desse mesmo património.” (MMS s.d. - b; conteúdo reproduzido no Anexo XI);
- (2) À segunda questão, sendo esta uma pergunta aberta e que não só procurava identificar as estratégias, mas também as dificuldades com que na prática os agentes patrimoniais se deparam, a resposta acabou por se focar nos recursos e instrumentos disponíveis e/ou encontrados para a realização das ações e nas limitações físicas e/ou intelectuais dos participantes. Faltou-nos aqui perceber, as metodologias postas em prática e como estas se têm vindo a operacionalizar tendo como foco atingir os objetivos enunciados pelo próprio SE do MMS, assim como se as dificuldades inerentes às tais metodologias têm vindo, ou não, a ser ultrapassadas;
- (3) À terceira questão, embora enunciado nas normas do Museu Marítimo¹⁴⁰, confirmou-se a nossa perceção de que os “Clubes do Património” ainda não foram colocados em prática. Estes podem vir a ser, no nosso entender, uma estratégia fulcral para o desenvolvimento da sensibilização patrimonial junto das comunidades, escolares e não só, instigando à prossecução dos objetivos previamente estabelecidos pelo próprio SE¹⁴¹;

¹⁴⁰ Cf. Câmara Municipal de Sesimbra (s.d.- a).

¹⁴¹ Cf. subcapítulo 4.2.

- (4) À quarta questão, e tendo por base os dois últimos programas eleitorais – que fornecem as diretrizes sobre as políticas culturais da autarquia – e nos quais se apela ao envolvimento democrático dos cidadãos, a resposta veio confirmar a leitura que temos feito aos vários documentos camarários acerca da “participação cívica” no contexto patrimonial da vila de Sesimbra, i.e., trata-se de uma participação “patrimonial” apoiada numa programação cultural concebida e concretizada *pela* comunidade *para a* comunidade, cuja participação se estabelece “em regime de voluntariado”, nomeadamente em ações de programação artística (de teatro, poesia, música e artes plásticas), e numa lógica de espetadores/consumidores culturais;
- (5) A quinta questão tinha por base a informação fornecida como sendo um dos objetivos do programa eleitoral para o quadriénio 2021-2025 que levou à eleição (recondução) da atual edilidade: “Realizar parcerias com a Associação do Património Cultural Marítimo dos Mareantes e Pescadores de Sesimbra – APCMMPS, enquanto incentivo ao envolvimento comunitário ativo em torno da valorização do património cultural marítimo sesimbrense” (CDU 2021, 6). Não concretizando as maneiras de realizar este envolvimento comunitário, depreendemos, novamente com base no programa eleitoral¹⁴², que os objetivos desta parceria se focam, primeiro, na salvaguarda de um património local que está em vias de se perder – a construção e reparação naval tradicional –, sendo que a avaliação da mesma parceria terá como variáveis, e segundo os entrevistados, o “nível de participação” e o “número de embarcações reabilitadas”;
- (6) Finalmente, em resposta à sexta pergunta, foi-nos dado o exemplo da ação “Ouvir o Mar Daqui” de como as pessoas da vila de Sesimbra estão sensibilizadas para o património local. E, embora tenhamos solicitado junto dos

¹⁴² Questões expostas no último programa eleitoral, nomeadamente no ponto 3 “Investir na identidade, na cultura e no associativismo”, e no qual a força política propõe: “- Fomentar parcerias com entidades nacionais e internacionais, na ótica do intercâmbio de conhecimento nos domínios da construção naval tradicional, das ciências do mar, e da implementação de novas tecnologias associadas à pesca sustentável; /- Inscrever a Arte da Construção da Aiola de Sesimbra na Base Nacional de Património Cultural Imaterial, tendo em vista o seu reconhecimento, salvaguarda e valorização, a nível nacional; /- Inventariar, nas suas diversas tipologias, as embarcações tradicionais de Sesimbra, e preservá-las através da criação da certificação “Embarcação Tradicional de Sesimbra” / - Criar o Estaleiro-escola “Acácio Vidal Farinha”, enquanto polo vivo do Museu Marítimo, nos domínios da formação na área da construção naval, da partilha de saberes ancestrais, e da preservação das embarcações tradicionais(...)” (CDU 2021, 6).

entrevistados uma clarificação concreta sobre os contornos da ação, não obtivemos resposta. Os entrevistados, consideram, ainda, que a população está sensibilizada para o património cultural deste concelho e, sobretudo, para o da vila de Sesimbra, porque “o seu envolvimento ativo na execução de atividades, e participação nas mesmas, é um bom exemplo deste facto”.

Não obstante as respostas obtidas, sentimos necessidade de solicitar esclarecimento sobre algumas dúvidas que as mesmas suscitavam, bem como indagar sobre se e como o MMS avalia as ações que promove. Foi enviado um *e-mail* com as perguntas e os técnicos responderam informando que “a única ferramenta que possu[em] é o controle estatístico bem como a avaliação, por observação, [dos] comentários nas redes sociais, comentários pessoais, do grau de satisfação dos visitantes e participantes, bem como a variação de adesão do público” e que, na avaliação/medição “dos mecanismos de validação referente ao Serviço Educativo, [importam] os registos do número de participantes, o nível de ensino, a entidade [assim] como a atividade e o núcleo onde são executadas. Cada entidade preenche também uma ficha de avaliação, com alguns parâmetros de informação referente à divulgação das atividades e avaliação da atividade que participou”¹⁴³.

Ficamos com a perceção, sem dúvida, de que o método utilizado na concretização da entrevista não potenciou, provavelmente, a compreensão de algumas das perguntas listadas, impedindo de recorrermos às perguntas de recurso para, numa segunda tentativa, atingirmos os nossos objetivos, sendo que isto se denota sobretudo nas respostas que acabam por não nos esclarecer quanto a alguns dados que procurávamos obter.

¹⁴³ Contacto de *e-mail* trocado com a Dr.^a Andreia Conceição e Dr. Eduardo Cunha a 13 e 22 de março de 2022.

Capítulo 4 – O modelo de “sensibilização patrimonial”

4.1. Interpretação dos resultados da amostra

Como enunciámos anteriormente, o modelo de sensibilização patrimonial apoiado na educação patrimonial, tem como fim desenvolver pessoas sensíveis ao património e capazes de, de forma natural e espontânea, ter comportamentos específicos que lhe sejam dirigidos como os de cuidado, de desfrute (sensorial, intelectual, físico, social, emocional, etc.) e de transmissão, num processo que é circular e repetido pelo próprio indivíduo junto de outras pessoas. Na perspetiva da constituição de comunidades patrimonialmente ativas, como as enunciadas na Convenção de Faro, e tal como foi explanado anteriormente, importa saber que ao processo de sensibilização patrimonial influenciará o modo como os sujeitos têm acesso ao conhecimento, sendo que este deverá basear-se nos saberes experienciais, pois implicam vivências e a criação de vínculo(s) com o património, nomeadamente de apropriação simbólica e identitária. Por outro lado, o impacto gerado é maior quando a forma de acesso ao conhecimento, neste caso através dos saberes experienciais, tem por base experiências emocionais capazes de envolver os sentidos e a cognição. Por sua vez, os indivíduos acedem ao conhecimento através de estratégias de mediação que resultam de uma intervenção humana capaz de propiciar aprendizagens. A par disto está ainda a maneira como os agentes patrimoniais, os mediadores deste conhecimento, entendem o património sendo que a mais favorável a esta equação será um entendimento de património como vínculo. Este entendimento pressupõe que os indivíduos assumam formas de ligação ou relação com os bens patrimoniais através dos vínculos que estabelecem e, admitindo que as pessoas são capazes de projetar valores nesses bens patrimoniais, individual ou coletivamente, compreendendo-se a si próprias e ao contexto em que vivem, o valor patrimonial mais relevante será o relacional. É pela conjugação destes vários fatores que se torna evidente a relevância da aplicação de um modelo de sensibilização patrimonial capaz de gerar / desenvolver / promover / ... a criação de comunidades patrimonialmente ativas:

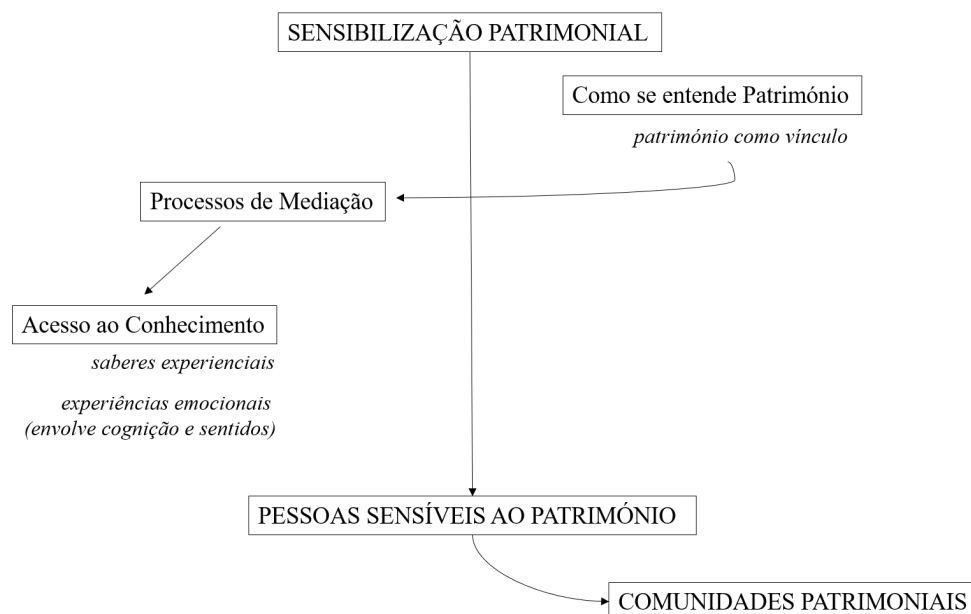


Figura 35: Modelo de sensibilização patrimonial para o desenvolvimento de comunidades patrimoniais
(©Patrícia Azevedo Godinho)

Na análise aos diferentes métodos utilizados nesta dissertação (caraterização das opções e estratégias das políticas patrimoniais; levantamento das estratégias de mediação patrimonial; inquéritos à população; entrevista aos agentes patrimoniais) conseguimos identificar que tipo de relações são estabelecidas entre pessoas e património, na vila de Sesimbra. Ao observarmos a grelha-síntese no Quadro 11, que reúne os resultados quer dos instrumentos de mediação, quer dos inquéritos efetuados, facilmente verificamos que a forma como o município, através do seu órgão de gestão, entende património – como objeto e/ou texto – influencia a forma como as pessoas se relacionam com o (seu) património, como se constata pela análise dos dados recolhidos nos inquéritos. É por isso, compreensível que, e sem surpresas, o património elegido pela população como o mais relevante na vila de Sesimbra seja, precisamente, os bens habitualmente categorizados como património cultural material, neste caso, arquitetónico. É, portanto, observável, que a visão tradicional de património, associada ao património edificado, e a transmissão de saberes concetuais ligados sobretudo à identificação, classificação, contextualização, análise, de que os dados de carácter históricos são exemplo, prevalece na vila de Sesimbra.

	património entendido como...	processos de mediação	acesso ao conhecimento
estratégias de mediação patrimonial - textos e imagens utilizados na comunicação	objeto texto	texto e imagens assentes no património entendido como objeto	saberes concetuais
estratégias de mediação patrimonial - programação cultural	objeto texto vínculo (?)	ações de carácter pontual; modelo transmissivo	saberes concetuais; saberes experienciais (?)
estratégias de mediação cultural - serviço educativo	objeto texto	ações de carácter pontual; modelo transmissivo	saberes concetuais
inquéritos - património representativo	objeto		
inquéritos - o que o/a une ao património	vínculo (social / esfera identitária)		
inquéritos - frase ou palavra relativamente ao património	objeto texto		

Quadro 11: Síntese da análise da amostra do caso de estudo (vila de Sesimbra)

Neste âmbito, convém recordar que, e como anteriormente mencionado, as práticas culturais associadas ao património cultural preconizadas pelo programa político da CMS estão sobretudo voltadas para projetos de reabilitação do património edificado ¹⁴⁴ e para o turismo ¹⁴⁵, evidenciando e reforçando, assim, valores patrimoniais económicos, formais, históricos e culturais, numa lógica de entendimento do património enquanto objeto.

Para este modelo de sensibilização patrimonial de Sesimbra concorre ainda a forma como se acede ao conhecimento, sendo que sobressai a utilização do modelo transmissivo, de acordo com o que se demonstra com os dados recolhidos.

Ressalvamos, contudo, que a utilização de outra metodologia, como a observação direta, poderia validar ou não esta conclusão assente nos textos utilizados na

¹⁴⁴ Atestadas pelas obras realizadas e/ou em curso e/ou futuras, como é o caso do Santuário do Cabo Espichel, Capela de São Sebastião, Centro de Conhecimento e Cultura Marítima, no edifício da Rua Aníbal Esmeriz, reabilitação do Castelo de Sesimbra (Cf. CDU 2017 e 2021).

¹⁴⁵ Tal como demonstramos no Quadro 1 desta dissertação.

comunicação da oferta de programação patrimonial e do serviço educativo. Razão pela qual, um dos propósitos da realização da entrevista era compreender de forma clara quais as metodologias e os objetivos por detrás da maneira como se pensam e executam os processos de mediação¹⁴⁶.

Por outro lado, num modelo de sensibilização patrimonial que promove a constituição de comunidades patrimonialmente ativas pressupõem-se a participação das pessoas nos processos de patrimonialização. Tal não se veio a verificar nos resultados da análise do caso de Sesimbra sobressaindo, inclusive, um certo alheamento da população em relação ao (seu) património.

Assim, e como constatámos pelas respostas aos inquéritos, os resultados expetáveis de uma estratégia eficaz colocada no terreno e dirigida à sensibilização patrimonial da comunidade local sesimbrense tendo por fim a criação de comunidades patrimonialmente ativas, não se verifica. Nem, tão pouco, a aferição dos dados que permita validar as ações patrimoniais desenvolvidas ou corrigir/refletir sobre quais as que (potencialmente) não têm gerado os resultados esperados. Verifica-se, sem dúvida, uma coerência entre as políticas culturais, os instrumentos de mediação patrimonial e a forma como o património é entendido pela população, num processo de mediação de carácter pontual, evidenciando modelos transmissivos e assentes no entendimento de património como objeto e/ou texto.

Desta forma, constata-se a importância da colocação em prática de um modelo de sensibilização patrimonial que procure atualizar-se quanto ao próprio conceito de património e incluir, de forma premente, as pessoas no centro do seu entendimento, atribuindo-lhes um papel significativo e valorativo, apostando em processos de mediação que promovam os vínculos e os valores relacionais com o património sesimbrense, tal como preconizado na Convenção de Faro, assinada pelo Estado português e que tem servido de mote para a tomada de decisões políticas, designadamente no âmbito do Conselho Europeu.

¹⁴⁶ Resposta que ficou por dar, conforme se poderá constatar pela leitura integral do Anexo XV.

4.2. Propostas de sensibilização patrimonial para a vila de Sesimbra

Concluída a investigação aqui apresentada, consideramos ser útil destacar alguns pontos que entendemos como oportunidades para a aplicação das estratégias de sensibilização e uma possível mudança na dinâmica patrimonial do município da vila de Sesimbra, tendo como fim a criação de comunidades patrimonialmente ativas.

Uma delas diz respeito aos “Clubes do Património” que, embora descrito nos objetivos do MMar, não foram ainda desenvolvidos e têm potencial para se constituírem com uma proposta de sensibilização patrimonial do MMS, sem qualquer definição prévia temática ou restrição a apenas um núcleo museológico. Num esclarecimento adicional às nossas questões, fornecido pelos agentes patrimoniais do município, foi-nos dito que os Clubes foram pensados para a comunidade escolar e jovens “fomentando a sua participação ativa na conceção de atividades e execução das mesmas”¹⁴⁷. Ora, como expusemos anteriormente, e na lógica da nossa argumentação, veríamos antes o “Clube do Património”¹⁴⁸ como um espaço aberto à população em geral, jovens e/ou “menos jovens”, cujas dinâmicas teriam como objetivo a sensibilização e participação ativa da população no património, proporcionando, até, a troca profícua de conhecimentos e saberes entre gerações. As dinâmicas deste Clube poderiam ser, por exemplo: (i) a sensibilização, formação e capacitação dos participantes para a realização de visitas pelo património da vila, enquanto cicerones da vila de Sesimbra; e/ou, (ii) a sensibilização, formação e capacitação dos participantes para a participação em inventários participados; e/ou, (iii) a sensibilização, formação e capacitação dos participantes para a produção de um registo audiovisual que procurasse mostrar as pessoas por detrás dos saberes-fazer de determinados temas (pesca, construção e reparação naval, gastronomia, Senhor Jesus das Chagas, apenas para citar alguns).

O “Clube do Património” poderia ser encarado, igualmente, como um catalisador de ações a ser desenvolvidas pelos educadores e professores do concelho com a(s) sua(s) turma(s), promovendo assim a sensibilização, formação e capacitação dos profissionais de educação na área do património cultural, projetos aos quais o MMS se tornaria, de forma efetiva, um parceiro, prestando igualmente apoio. Na estratégia escolhida para constituir a base metodológica desta ou de outras ações, poderia estar,

¹⁴⁷ Contacto de *e-mail* trocado com a Dr.^a Andreia Conceição e Dr. Eduardo Cunha a 13 e 22 de março de 2022.

¹⁴⁸ *Clube* no singular e não no plural.

por exemplo, uma abordagem que levaria os participantes ao entendimento macro do património através dos “micropatrimónios” ou dos “patrimónios íntimos” – como as memórias ligadas à infância; ou o vínculo estabelecido através da família ou dos amigos; mas também a afetividade criada espacialmente, no dia a dia do seu quotidiano; ou, ainda, as relações estabelecidas a partir de grupos amplos; ... – no fundo, ampliando e efetivando os vínculos das pessoas com o (seu) património.

Tendo ainda em conta as contribuições oferecidas pela base teórica e pelos resultados apurados neste trabalho de investigação, consideramos que uma ação em educação patrimonial, nomeadamente com o fim muito específico de contribuir para a sensibilização das pessoas para o património e na constituição de comunidades patrimoniais, deverá ter em conta a importância de uma planificação e medição/avaliação do processo educativo. Como Fontal identifica, são vários os tipos de propostas educativas que se colocam em prática (Fontal 2020a, 148-150), não havendo, por isso, “receitas” capazes de garantir o êxito de um programa em educação patrimonial. Contudo, a autora alerta-nos para um conjunto de normas mínimas que se devem cumprir, nomeadamente (Fontal 2020a, 152-156):

- (1) No que diz respeito à qualidade da informação sobre o projeto educativo, ter em consideração o fornecimento de informações nas quais se inclui uma conceção holística de património descrita de forma clara e trabalhada de forma abrangente (material e imaterial) e multifacetada (através das suas tipologias – arqueológico, histórico, documental, artístico, ...); assim como, a especificação clara e concreta na descrição do tipo de projeto (programa educativo, projeto educativo, desenho educativo, ação educativa, atividade isolada); e, também, a descrição das bases, dos princípios e dos critérios sobre os quais o programa é estabelecido, descrevendo a origem, o motivo, o contexto e a necessidade do próprio programa, justificando-o e apresentando o seu planeamento; assim como, a especificação de uma forma clara, concreta e definida do grupo-alvo a que se dirige o projeto, incluindo-se uma descrição profunda podendo, até, especificar-se o número de participantes; e, por fim, a incorporação de documentação anexa (relatórios, imagens, vídeos, materiais didáticos, etc.) descrevendo o projeto de forma ampla e aprofundada;

- (2) No que diz respeito ao grau de concretização do projeto educativo, ter em consideração o fornecimento de informações nas quais se inclui a justificação e a contextualização do projeto descritas de uma forma clara, concreta e definida, baseando-se em referências bibliográficas e/ou em programas anteriores; incluir, igualmente, a descrição de forma clara dos objetivos – quer no que diz respeito às diferentes áreas de aprendizagem (compreensão, aplicação e avaliação), bem como de desenvolvimento holístico (emocional, intelectual, moral) e/ou ancorados em documentos e/ou planos de educação específicos –, sendo que podem ser divididos em objetivos gerais, específicos (conceituais, processuais, atitudinais) e operacionais; assim como, a enumeração dos conteúdos abordados no projeto, podendo estes estar relacionados com uma ou mais áreas do saber, sendo descritos de forma detalhada e fazendo-se corresponder aos objetivos propostos; e, também, a descrição pormenorizada da orientação metodológica e das estratégias de ensino-aprendizagem; a definição dos recursos, formatos, meios e/ou tecnologia utilizados, procurando a utilização de vários; mas também, a identificação e a descrição dos sistemas ou dos instrumentos de avaliação (quer na qualidade da conceção, satisfação dos participantes/professores/outros, grau de aprendizagem ou de sensibilização alcançados após a implementação do programa); e, por fim, a medição do impacto e da repercussão do projeto educativo, evidenciados, por exemplo, através da participação em eventos/conferências e/ou publicações, ou através dos meios de comunicação social e/ou redes sociais.

Olaia Fontal Merillas é da opinião que não se pode descurar a identificação e avaliação dos objetivos na elaboração dos programas de educação patrimonial, sendo que deve haver uma coerência entre a forma como se trabalha o património, a(s) abordagem(ns) em educação patrimonial e a forma como se quer responder aos objetivos que os serviços educativos se propõem alcançar. Isto porque, só se saberá se está a funcionar, se se medir, procurando, assim, aferir como e com quem se tem conseguido atingir os objetivos (qualitativos), mais do que os resultados (quantitativos) (Fontal 2020b), pois, “la satisfacción, por sí sola, no es suficiente para validar una propuesta educativa” (Fontal 2016, 157).

Assim, e apoiando-nos no exemplo explicitado por Olaia Fontal para a conceção de programas de educação e sensibilização patrimonial, bem como nas diretrizes que propõe para a avaliação dos mesmos (Fontal 2016; Fontal 2020a 137-157) elaborámos uma proposta/grelha de registo ao planeamento (pré) e de avaliação (pós) passível de ser aplicada a qualquer projeto de sensibilização patrimonial (Quadro 12). Os pontos que deixamos neste quadro-síntese são, a nosso ver, aqueles que mais frequentemente se identificam (como a especificação do grupo-alvo), mas que não chegam a ser alvo de grande reflexão pelas equipas de educação das entidades patrimoniais.

Pré-execução do projeto de sensibilização patrimonial (planificação)	
Descrição das bases, princípios e critérios através dos quais o projeto é estabelecido	i.e. descrever a origem, o motivo, o contexto e a necessidade do projeto, a sua justificação e planeamento; baseia-se em projetos antecedentes e em bibliografia. Identificar e anexar documentação anexa (relatórios, imagens, vídeos, materiais didáticos, etc.)
Identificação dos objetivos gerais, específicos e operacionais	i.e. descrever os objetivos de forma específica e clara tendo em conta as áreas de aprendizagem e de desenvolvimento, e/ou um plano de educação específico. Os mesmos devem fazer-se corresponder aos conteúdos que se pretende abordar.
Especificação do grupo-alvo	i.e. especificar de uma forma clara, concreta e definida o grupo-alvo, a população ou o público do projeto, incluindo uma descrição detalhada e, até, o número de participantes.
Orientação metodológica e estratégias de ensino-aprendizagem	i.e. descrever de forma clara, concreta e definida as estratégias/abordagens a utilizar relativas ao património.
Definição dos recursos/meios/suportes	i.e. identificar de forma detalhada os recursos, formatos, suportes, meios e tecnologias a utilizar.
Pós-execução do projeto de sensibilização patrimonial (avaliação)	
Avaliação pelos participantes	Pode ser feita em pré e pós teste, procurando comparar os dados obtidos. Poderá ser feito através de uma entrevista/questionário, com questões abertas que procurem saber o que aprenderam relativamente ao bem patrimonial estudado/trabalhado e de que forma dariam a conhecer o bem patrimonial. Assim, ter-se-ia acesso a elementos que relatassem o grau de satisfação, o grau de aprendizagem e os valores patrimoniais

	apreendidos.
Avaliação pelo mediador	Feita ao longo e no final do projeto, procurando recolher o maior número de dados (registo sistemático de dados e se possível gravação de vídeo ou áudio) pois permite identificar indicadores (sejam eles comportamentos, palavras, respostas a perguntas, etc.) que mostrem até que ponto se está a aproximar ou a alcançar os objetivos definidos e/ou se surgiram novos. Eventualmente incluir uma recolha de frases dos participantes, partilhadas publicamente nas redes sociais. Incluir, igualmente, dados relativos à análise da avaliação feita pelos participantes.

Quadro 12: Proposta de planeamento (pré) e de avaliação (pós) de um projeto de sensibilização patrimonial

Esta planificação e protocolo de avaliação de um projeto de sensibilização patrimonial corresponde, em nosso entender, a uma reflexão dos propósitos de um determinado programa em educação patrimonial. Ao se identificar os princípios, critérios e objetivos; ao se estabelecer uma orientação metodológica e estratégias específicas de ensino-aprendizagem, a par da promoção do entendimento de património de forma holística e assente, sobretudo, na capacidade de gerar vínculo(s) entre as pessoas e o património; recorrendo à medição do impacto e avaliação do alcance do programa, consideramos que é possível fazer a diferença e promover, a médio-longo prazo, a criação de comunidades patrimonialmente ativas.

Considerações Finais

A realização desta dissertação teve por objetivo testar a aplicação do modelo concetual e metodológico de sensibilização patrimonial de Olaia Fontal Merillas (Fontal 2020a,11-25 e 47-57) na vila de Sesimbra, através de uma amostra (freguesia de Santiago). Evidenciava, portanto, e por um lado, o nosso interesse nesta proposta e a relevância que lhe conferimos enquanto ação privilegiada da educação patrimonial no seio das comunidades locais, de forma a que estas se constituam como comunidades patrimonialmente ativas. E, por outro lado, a necessidade de aferir os resultados de um caso de estudo concreto, pelo que partimos para a análise da gestão patrimonial de Sesimbra como estudo de caso exploratório e investigámos a(s) relação(ões) estabelecida(s) entre as pessoas e o património através da realização de tarefas metodológicas específicas que descrevemos nas páginas anteriores.

Após delimitarmos o nosso foco de análise ao património da vila de Sesimbra, na freguesia de Santiago, caracterizámos os bens patrimoniais; identificámos as opções e estratégias das políticas culturais em Sesimbra; procedemos ao levantamento dos instrumentos de mediação dos bens patrimoniais, fornecidos pelo município, tendo como objetivo a realização de um inquérito à população (presencialmente na vila de Sesimbra e, após percebermos das características desta população pouco flutuante, fizemo-lo igualmente via *online* mas dirigido aos alunos da Escola Básica Navegador Rodrigues Soromenho, angariando uma amostra de n=89 inquéritos válidos); realizámos uma entrevista aos agentes patrimoniais, técnicos da subunidade orgânica Museus e Património, da Divisão da Cultura da CMS. A análise dos dados da amostra teve como ponto de partida o modelo de sensibilização patrimonial proposto por Olaia Fontal que se alicerça na forma como se entende o património a partir de um modelo de interpretação dos verbos utilizados no(s) discurso(s) relacionados com os valores que as pessoas atribuem ao património. As análises materializam-se em diferentes gráficos, quadros e anexos explanados nesta dissertação.

Tanto pelas respostas aos inquéritos quanto pela análise aos instrumentos de mediação patrimonial, concluiu-se que os resultados expetáveis de uma estratégia eficaz colocada no terreno e dirigida à sensibilização patrimonial da comunidade local sesimbrense, tendo como fim a criação de comunidades patrimonialmente ativas, não se

verifica. Isto não obsta a que não haja uma coerência entre as estratégias e os resultados obtidos, já que as políticas culturais, os instrumentos de mediação patrimonial e a forma como o património é entendido pela população – nomeadamente através de relação(ões) estabelecida(s) assente(s) num entendimento de património como objeto e/ou texto – refletem uma visão tradicional do património ligada a valores estéticos, formais, económicos, materiais, históricos e culturais, demonstrando, portanto, o impacto do binómio causa-efeito na maneira como se podem gerar comunidades ativas (ou não) e sensibilizadas para o seu património. Igualmente, a ausência da aferição dos dados que permitam validar as ações patrimoniais desenvolvidas ou corrigir/refletir sobre quais as que (potencialmente) não têm gerado os resultados esperados, vindo confirmar a pouca consideração sobre este ponto no campo da educação patrimonial.

Assim, esta dissertação permitiu concluir que a maneira como as municipalidades (extrapolando os resultados do caso de estudo como hipótese de trabalho) medeiam o seu património provoca seguramente um efeito nas suas comunidades locais. A CMS tem optado por um modelo que não corresponde ao programa de sensibilização patrimonial que aqui apresentámos e defendemos e que visa alertar para as potencialidades de ter comunidades sensibilizadas e patrimonialmente ativas.

Embora se reconheça que o que aqui ficou exposto resulta da análise de um caso de estudo, consideramos que esta dissertação, por um lado, vai para além do estado da arte do que se faz em Portugal no que aos projetos neste âmbito diz respeito, ao valorizar e aplicar metodologicamente o modelo de sensibilização patrimonial (com os aspetos conceituais e os objetivos programáticos que foram amplamente descritos e apresentados neste texto) e, por outro, por contribuir com uma “Proposta de planeamento (prê) e avaliação (pós) de um projeto de sensibilização patrimonial” que se pode aplicar a qualquer projeto de mediação/sensibilização na área do património. Sendo a consequência do trabalho de análise, conjugação da bibliografia e reflexão suscitada por esta investigação, este quadro síntese reverte em favor da comunidade e dos agentes patrimoniais, colocando-se ao serviço de todos e esperando poder contribuir para o desenvolvimento de trabalhos académicos e no terreno futuros.

Referências bibliográficas

Aldeia, João Augusto. 1983. “Procissão do Senhor das Chagas”. Youtube, 12:16. <https://www.youtube.com/watch?v=DiwPUL9A9UU> (consultado em 04.04.2022).

Amado, João. 2014. *Manual de investigação qualitativa em educação*. Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.

Amaro, Gonçalo de Carvalho. 2022. “Pode o património ser «um atalho para a equidade»?”, *Público*, 12 de abril de 2022. <https://www.publico.pt/2022/04/12/opiniao/opiniao/patrimonio-atalho-equidade-2002195> (consultado em 21.04.2022)

Assembleia Municipal de Sesimbra. 2013. *10 anos a construir a cidadania com os jovens. Da casa escola à casa da participação!* Sesimbra: Assembleia Municipal / Câmara Municipal de Sesimbra.

Associação Internacional das Cidades Educadoras. *Carta das Cidades Educadoras*. https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/document/file/13356/cartas_cidades_educadoras.pdf (consultado em 18.10.2021)

Associação Renovar a Mouraria. 2020. “Relatório Atividades 2020”. https://drive.google.com/file/d/1iwm_qmRrEtgd91WuStXAzIq2qK39C2D9/view (consultado em 17.09.2021)

Azevedo, Carla Patrícia. 2010. “O lugar e o papel da educação nos Museus Municipais. O Ecomuseu do Seixal.” Mestrado em Educação Artística, Faculdade de Belas Artes, Universidade de Lisboa.

Ballart, J; Fullola, J. M.; Petit, M.A. 1996. "El valor del patrimonio histórico". *Complutum Extra* (6) vol. 2: 215-224.
https://www.academia.edu/2396805/El_valor_del_patrimonio_hist%C3%B3rico
(consultado em 18.04.2022)

Barranha, Helena (org.). 2016. *Património Cultural conceitos e critérios fundamentais*. IST Press, ICOMOS-Portugal: Lisboa.

Brighenti, Sara. 2021. "A cultura e a promoção da democracia: recomendações da Carta do Porto Santo para os museus." *Midas - Museus e estudos interdisciplinares*, 13. <https://doi.org/10.4000/midas.2749> (consultado em 25.05.2022)

Calado, Manuel; Gonçalves, Luís; Francisco, Rui; Alvim, Pedro; Rocha, Leonor e Fernandes, Rosário. 2009. *O tempo do Risco. Carta Arqueológica de Sesimbra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.

Câmara Municipal de Sesimbra. s.d. - a. *Normas de Funcionamento do Museu Marítimo*. https://www.sesimbra.pt/municipio/camara-municipal/normas-e-regulamentos?folders_list_15_folder_id=1695 (consultado em 03.10.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. s.d. - b. *Criação do Centro de Conhecimento e Cultura Marítima e Valorização do Património Cultural Costeiro Sesimbrense. Memória Descritiva e Informação Complementar*.
https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/writer_file/document/5276/cccmvpccs_memoria_descritiva.pdf (consultado em 07.08.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2006. *Carta Educativa do concelho de Sesimbra*. https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/writer_file/document/1749/carta_educativa_sesimbra.pdf (consultado em 18.10.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2012. *Sesimbra – Memória e Identidade. Engenhos de Moagem de Cereais*. <https://www.sesimbra.pt/covid-19/wp-content/uploads/2020/06/engenhos-moagem-sesimbra.pdf> (consultado em 18.06.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2018. “Vídeo promocional do lançamento da Marca SES!MBRA.” Youtube, 5:41. <https://www.youtube.com/watch?v=QdUQ8LZfSsU> (consultado em 01.04.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2019a. *Operação de reabilitação urbana. Núcleo antigo da vila de Sesimbra. Anexo V - Fichas do Edificado: Edifícios com Relevância Arquitetónica e Histórica*. <https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/document/file/8315/anexo05-20170706.pdf> (consultado em 07.12.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2019b. *Serviços e Projetos Educativos. 2019/2020*. <http://www.cm-sesimbra.pt/spe2019/wp-content/uploads/2019/10/spe-2019-2020.pdf> (consultado em 13.03.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2019c. “Vídeo promocional do Museu Marítimo de Sesimbra”, Youtube, 1:54. <https://www.youtube.com/watch?v=KUHle-0i3cE> (consultado em 04.10.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2019 a 2022. *Sesimbr’Acontece*, nº 137 a 174. https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folder_id=371 (consultado entre 21.02.2022 a 17.06.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2019 a 2022. *Nós Sesimbra*, nº 1 ao nº 22. https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folders_list_17_folder_id=2730 (consultado entre 21.02.2022 a 17.06.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2020a. *Serviços e Projetos Educativos. 2020/2021*. [texto policopiado]

Câmara Municipal de Sesimbra. 2020b. “O Museu em Casa – Museu Marítimo de Sesimbra”, Episódio 1 a 7, Youtube.
<https://www.youtube.com/watch?v=LvAphOecmAs&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPbp> (consultado em 4.10.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2020c. “O Museu em Casa – Capela do Espírito Santo dos Mareantes”, Episódio 1 a 6, Youtube.
<https://www.youtube.com/watch?v=6tUttOZGk64&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPbp&index=2> (consultado em 4.10.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2020d. “O Museu em Casa – Serviço Educativo”, Episódio 1 a 9, Youtube. <https://www.youtube.com/watch?v=Wsx-SPDHjo&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPbp&index=4> (consultado em 4.10.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2020e. “Senhor Jesus das Chagas”. Youtube, 1:24. <https://www.youtube.com/watch?v=A-NDGlrbcXo> (consultado em 04.04.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2021a. *Sesimbra Município. Edição especial: grandes projetos*.
https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folders_list_17_folder_id=3545 (consultado entre 21.02.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2021b. *Serviços e Projetos Educativos. 2021/2022*. https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/writer_file/document/5173/revista_spe_2021_2022.pdf (consultado em 13.03.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. 2021c. “Capela de São Sebastião”. Youtube: 1:52. <https://www.youtube.com/watch?v=4F1Df32PM0A&list=PL1vNC473Kmg17D4rIq-RaJz1b-QndVR4> (consultado em 03.01.2022)

Carvalho, Ana. 2016. *Museus e diversidade cultural – da representação aos públicos*. Lisboa: Caleidoscópio.

Carvalho, Ana. 2020. “Reflexões sobre património cultural imaterial e museus: das políticas às práticas”, *Gestão integrada do património em museus e salvaguarda do património cultural imaterial* (vol. I): 13-43.

CDU - Coligação Democrática Unitária. 2017. *Programa Eleitoral Município de Sesimbra. 2017-2021*. <https://www.facebook.com/notes/375289323671528/> (consultado em 25.10.2021)

CDU - Coligação Democrática Unitária. 2021. *Programa Eleitoral Município de Sesimbra. 2021-2025*. https://issuu.com/cdu.sesimbra/docs/programacdu_sesimbra (consultado em 25.10.2021)

Comissão Executiva do Plano Nacional das Artes (coord.). 2019. *Estratégia do Plano Nacional das Artes. 2019-2024*. <https://www.dge.mec.pt/plano-nacional-das-artes> (consultado em 20.11.2021)

Conceição, Andreia. 2011a. "Memória histórica das Caravelas de Sesimbra" *Sesimbr'Acontece*, nº 62 (set/out): 46-47. https://issuu.com/cmsesimbra/docs/sesimbra_acontece_n._62 (consultado em 19.03.2021)

Conceição, Andreia. 2011b. "As origens da pesca em Sesimbra" *Sesimbr'Acontece*, nº63 (nov/dez): 40-41.

https://issuu.com/cmsesimbra/docs/sesimbra_acontece_n._63 (consultado em 19.03.2021)

Conceição, Andreia. 2017a. "A Ars Nautica dos Pescadores de Sesimbra em meados do século XX: Alguns contributos para o seu estudo". *Akra Barbarion - Sesimbra, cultural e património*, nº2 (mar): 75-90.

https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/document/file/11552/akra_barbarion2_redux.pdf (consultado em 19.03.2021)

Conceição, Andreia. 2017b. "Museu Marítimo de Sesimbra: um museu da comunidade no século XXI", *Práticas de comunicação e branding em museus de mar em Portugal*. <https://cicant.ulusofona.pt/publications/books/103-praticas-de-comunicacao-digital-e-de-branding-em-museus-de-mar-em-portugal> (consultado em 15.12.2021)

Conceição, Cristina. 2013. "Contributo para uma perspectiva histórica das confrarias/irmandades e devoções marítimas em Sesimbra. O Culto às Chagas de Cristo." Mestrado em História da Náutica e Arqueologia Naval, Universidade Autónoma de Lisboa.

Conceição, Andreia e Ventura, João. 2018. "O Museu Marítimo de Sesimbra: Arte, Memória e Tradição. Um Projecto Museológico para o século XXI". *Mares e Litorais: perspectivas transdisciplinares*, Tomo VII da Rede BASPOR: 177-184. <https://redebraspor.org/livros/2018/Braspor%202018%20-%20Artigo%2011.pdf> (consultado em 14.10.2021)

Conceição, Andreia e Cunha, Eduardo. 2021. "Museu de Sesimbra, um museu fora de portas: o Museu vai visitar as IPSS (Instituições privadas de solidariedade social)". *Cadernos do CEOM*, Chapecó (SC), v. 34, n. 54 (jun): 142-150 <https://bell.unochapeco.edu.br/revistas/index.php/rcc/article/view/5911> (consultado em 12.10.2021)

Correia, Miguel Brito. 2001. “280 anos da primeira lei do Património Cultural”, *Pedra & Cal*, nº11(set): 37
http://www.gecorpa.pt/Upload/Revistas/Rev11_Pag37.pdf (consultado em 03.06.2021)

Council of Europe. s.d. *Action for a changing society*. (brochura)
<https://rm.coe.int/16806abde6> (consultado em 01/06/2022)

Council of Europe. 1975. *Carta Europeia do Património Arquitectónico*.

Council of Europe. 1990. *Convenção para a Salvaguarda do Património Arquitectónico da Europa*.

Council of Europe. 1992. *Convenção europeia para a proteção do património arqueológico* (revista).
<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/33%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20patrim%C3%B3nio%20arqueol%C3%B3gico%20-%20Conselho%20Europa%201992.pdf>
(consultado em 14.10.2021)

Council of Europe. 1998. *Recommendation No. R (98) 5 of the committee of ministers to member states concerning heritage education*.
<https://rm.coe.int/16804flca1> (consultado em 20.07.2022)

Council of Europe. 2000. *European Landscape Convention*.
<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/41%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20europeia%20da%20paisagem%20-%20Conselho%20da%20Europa%202000.pdf> (versão portuguesa) (consultado em 03.06.2022)

Council of Europe. 2005a. *Convention on the Value of Cultural Heritage for Society*. <https://rm.coe.int/1680083746> (consultado em 28.04.2021)

Council of Europe. 2005b. *Explanatory Report to the Council of Europe Framework Convention on the Value of Cultural Heritage for Society*. <https://rm.coe.int/16800d3814> (consultado em 14.10.2021)

Council of Europe. 2006. “Recommendation of the European Parliament and of the Council of 18 December 2006 on key competences for lifelong learning”, *Official Journal of European Union*, 2006/962/EC, L 394/10, 30 de dezembro. <https://eur-lex.europa.eu/LexUriServ/LexUriServ.do?uri=OJ:L:2006:394:0010:0018:en:PDF> (consultado em 03.06.2022)

Council of Europe. 2009. *Heritage and beyond*. Council of Europe Publishing. <https://rm.coe.int/16806abdea> (consultado em 04.09.2021)

Council of Europe. 2015. *Declaração de Namur “O Património Cultural no século XXI; uma estratégia comum para a Europa”*.

Council of Europe. 2018. *European Culture Heritage Strategy for the 21st century*. <https://rm.coe.int/european-heritage-strategy-for-the-21st-century-strategy-21-full-text/16808ae270> (consultado em 19.04.2021)

Council of Europe. 2020. *The Faro Convention: the way forward with heritage*. <https://rm.coe.int/the-faro-convention-the-way-forward-with-heritage-brochure/16809e3627>; <https://rm.coe.int/a-convencao-de-faro-patrimonio-cultural-um-caminho-para-o-futuro-/1680a3e95e> (versão portuguesa) (consultado em 21/04/2021)

Council of Europe. 2021. *The Faro convention's role in a changing society. Building on a decade of advancement. 2011-2021*. <https://rm.coe.int/the-faro-convention-s-role-in-a-changing-society-building-on-a-decade-/1680a53b97> (consultado em 21.04.2022)

Choay, Françoise. 2021. *Alegoria do Património*. 4ª ed. Lisboa: Edições 70.

Custódio, Jorge (coord.) 2010. *100 anos de património. Memória e identidade*. Lisboa: IGESPAR

Custódio, Jorge. 2000. "Educação Patrimonial" *Revista da Associação Portuguesa de Municípios com Centro Histórico*, 1(4), jul-set: 10-11 <https://pt.calameo.com/read/004956900919e0a2223b9> (consultado em 18.07.2022)

Esperança, Eduardo Jorge. 1997. *Património e Comunicação: práticas e políticas culturais*. Lisboa: Veja.

Ferreira, Luís Filipe Pinhal. 2015. "Que futuro nestas ruas cheias de memórias? A identidade histórica do espaço urbano no crescimento europeu 2020. O caso de estudo da vila de Sesimbra" Dissertação de Doutoramento, Faculdade de Letras, Universidade de Lisboa.

Ferreira, Luís. 2020. "Museu Municipal de Sesimbra trechos de uma crónica". *Boletim do Centro Português de Geo-História e Pré-História*, 2 (2): 15-17. https://www.cpgp.pt/boletim/Artigos-Boletim-V2-N2/Ferreira-LFP_2020_15-17_BCPGPV2N2.pdf (consultado em 07.10.2021)

Ferreira, Teresa Cunha. 2018. "Gestão do património e envolvimento das comunidades. O Plano de Gestão para a Conservação e Valorização dos Monumentos da Rota do Românico.", *Livro de Atas de Conferência Nacional*. <https://ler.letras.up.pt/uploads/ficheiros/17099.pdf> (consultado em 08.08.2021)

Fontal, Olaia. 2016. "Educación patrimonial: retrospectiva y perspectivas para la próxima década" *Estudios Pedagógicos*, vol. XLII, núm. 2: 415-436. <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=173548405024> (consultado em 14.10.2021)

Fontal, Olaia; García, Silvia; Aso, Borja e Martínez, Marta. 2017. "Patrimonios, objetos e historias de vida. Análisis de propuestas educativas desde el Observatorio de Educación Patrimonial en España", *Midas - Museus e estudos interdisciplinares*, 8. <https://journals.openedition.org/midas/1310?lang=en> (consultado em 17.12.2020)

Fontal, Olaia e Marín, Sofía. 2018. "Nudos Patrimoniales. Análisis de los vínculos de las personas con el patrimonio personal". *Arte, Individuo y Sociedad*, 30(3), 483-500. <https://revistas.ucm.es/index.php/ARIS/article/view/57754> (consultado em 14.02.2022)

Fontal, Olaia; Sánchez-Macías, Immaculada; Cepeda, Jesús. 2018. "Personas y patrimonios: análisis del contenido de textos que abordan los vínculos identitarios". *Midas - Museus e estudos interdisciplinares*, 9. <https://journals.openedition.org/midas/1474> (consultado em 10.07.2021)

Fontal, Olaia. (coord.) 2020a. *Cómo educar en el patrimonio - Guía práctica para el desarrollo de actividades de educación patrimonial*. Madrid: Comunidad de Madrid, Dirección General de Patrimonio Cultural. <https://www.comunidad.madrid/cultura/patrimonio-cultural/libro-educar-patrimonio> (consultado em 07.08.2021)

Fontal, Olaia. 2020b. "El patrimonio: de objeto a vínculo. Mapa para orientarnos en la sensibilización patrimonial". Tema presentado em Jornada webinar *Cómo educar en el patrimonio*. Youtube, 39:50. <https://www.youtube.com/watch?v=88tUQaHFNOI> (consultado em 12.04.2022)

Fontal Merillas, Olaia; Martínez Rodríguez, Marta e Cepeda Ortega, Jesús. 2020. "La significación Social Del Patrimonio: Análisis Sobre La percepción Del Patrimonio En La Comunidad De Madrid". *Aula Abierta* 49 (1):17-24. <https://doi.org/10.17811/rifie.49.1.2020.17-24>. (consultado em 14.10.2021)

Godinho, Patrícia Azevedo. 2022. “Os grafitos de antigas embarcações nas paredes de um hospital medieval, sito na Capela do Espírito Santo dos Mareantes”. *Akra Barbarion - Sesimbra, cultura e património*, nº6 (dez): 55-71.

Gonçalves, Elisabete. 2022. “Educação Patrimonial no Território. O Contributo do Centro de Arqueologia de Almada entre 1998 e 2018.” Dissertação de Mestrado, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, Universidade Nova de Lisboa. <https://run.unl.pt/handle/10362/136265> (consultado em 29.01.2022)

Gonçalves, Luís Jorge. 2000. “Museu de Sesimbra: um projecto para o século XI”. *Sesimbra Cultura*, Ano 1, nº1: 72-93.

Gonçalves, Luís Jorge Rodrigues e Pinheiro, Áurea da Paz. 2014. "Património, Museus, Cultura Marítima e Fluvial". *Revista Vox Musei arte e património*, vol. 2 (3): 28-37. <https://repositorio.ul.pt/handle/10451/10127> (consultado em 12.10.2021)

Granado, António e Malheiros, José Vítor. 2015. *Cultura científica em Portugal: ferramentas para perceber o mundo e aprender a mudá-lo*. Lisboa: Fundação Manuel dos Santos.

Halbwachs, Maurice. 1990. *A memória coletiva*. São Paulo: Edições Vértice.

ICOMOS. 1990. *Carta Internacional sobre a proteção e a gestão do património arqueológico*.

ICOMOS. 1999. *Carta de Burra para a Conservação dos Sítios com Significado Cultural*.

ICOMOS. 2008. *Carta para a Interpretação e Apresentação dos sítios de Património Cultural*.
<https://www.icomos.pt/images/pdfs/2021/50%20Carta%20interpreta%C3%A7%C3%A3o%20e%20apresenta%C3%A7%C3%A3o%20s%C3%ADtios%20-%20ICOMOS%202008.pdf> (versão portuguesa; consultado em 14.10.2021)

Janeirinho, Luísa. 2018. “O amor como caminho: ao encontro da educação e do património cultural”. *Cadernos de sociomuseologia* (vol.55), nº12: 31-52.
<https://revistas.ulusofona.pt/index.php/cadernosociomuseologia/article/view/6526>
(consultado em 07.10.2020)

Lourenço, Andreia Vale. 2014. “Reflexões sobre diversidade de representações, de públicos e de estratégias interpretativas”, *MIDAS* [Online], 4
<http://journals.openedition.org/midas/664> (consultado em 28.07.2022)

Macedo, Sofia Costa. 2020. “Património e Pessoas”, *Patrimonio.pt*.
<https://www.patrimonio.pt/post/património-e-pessoas> (consultado em 20.09.2021)

Macedo, Sofia Costa. 2021. “Património Cultural e Governança Participada”, *Patrimonio.pt*.
<https://www.patrimonio.pt/post/património-cultural-e-governança-participada> (consultado em 22.03.2022)

Marques, António Reis. 2009. “O Pexito”. *Sesimbra Acontece*, nº43: 26-27

Marques, António Reis. 2020. “Religiosidade dos homens do mar”. *Sesimbr’Acontece*, nº153, maio: 62-63.

Martín, Marcelo Guglielmino. 2007. “La difusión del patrimonio. Actualización y debate”, *Erph_ Revista electrónica De Patrimonio Histórico*, 195-215.

<https://revistaseug.ugr.es/index.php/erph/article/view/18190> (consultado em 23.12.2020)

Martinez, Eva. 2019. "Entrevista a Ángel Portolés Górriz" *Cuadernu- difusión, investigación y conservación del patrimonio cultural, revista de la ponte-ecomuséu* nº 7:165-172. <https://laponte.org/wp-content/uploads/2020/01/interior-N7.pdf> (consultado em 09.08.2021)

Martins, Guilherme d'Oliveira. 2009. *Património, Herança e Memória. A cultura como criação*. Lisboa: Gradiva.

Martins, Guilherme d'Oliveira. 2020. *Património Cultural. Realidade Viva*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.

Mendes, Rui Mesquita. 2021. "Património religioso do concelho de Sesimbra: Ensaio histórico. Parte 1: Igrejas e ermidas públicas". *Akra Barbarion – Sesimbra, cultura e património*, 5:73-142

Memoriamedia. 2013. "Falas do mar de Sesimbra". <https://www.memoriamedia.net/index.php/falas-de-sesimbra> (consultado em 04.04.2022)

Mineiro, Clara (coord.) 2004. *Museus e acessibilidades*. Col. Temas de Museologia. Lisboa: IPM

Ministerio de Educación, Cultura y Deporte. 2015. *Plan Nacional de Educación y Patrimonio*. <https://www.culturaydeporte.gob.es/planes-nacionales/dam/jcr:a91981e8-8763-446b-be14-fe0080777d12/12-maquetado-educacion-patrimonio.pdf> (consultado em 20.07.2022)

Ministerio de Cultura y Deporte. 2019. *IV Congreso Internacional de Educación Patrimonial. Comunidades transnacionales en el «Año Europeo del Patrimonio Cultural»*. <https://es.calameo.com/read/00007533591ee42fd5873> (consultado em 17.09.2021)

Museu Municipal de Sesimbra. s.d. a “Sesimbra, Memória e Identidade - Salvaguarda e Valorização do Património Cultural Imaterial do Concelho de Sesimbra. Memória Descritiva” [Texto policopiado]

Museu Municipal de Sesimbra. s.d. b “Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra”. <http://www.museusesimbra.pt/#/point/41> (consultado em 12.10.2021)

Museu Municipal de Sesimbra. s.d. c “O Museu Marítimo de Sesimbra: um projecto de valorização e preservação cultura marítima e piscatória.” <http://www.museusesimbra.pt/#/point/36> (consultado em 12.10.2021)

Museu Municipal de Sesimbra. 2004. *Capela e Hospital do Espírito Santo dos Mareantes de Sesimbra. Roteiro de Visita da Exposição de Arte Sacra*. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.

Museu Municipal de Sesimbra. 2009. “Programação 2009. Sesimbra, Memória e Identidade. Conversas na Capela” [Texto policopiado]

Museu Municipal de Sesimbra. 2012. “Programação Museológica” [Texto policopiado]

Nogueira, Bernardo de Sá. 1991. "A vila de Sesimbra na Época dos Descobrimentos ". *Sesimbra Cultural*, nº 1. (Dez): 30-32. <https://www.sesimbra.pt/cmsesimbra/uploads/document/file/12896/sc1.pdf> (consultado em 06.03.2021)

Ortega , Jesús C. e Fontal, Olaia. 2019. "Diseño de una encuesta para identificar las formas de relación identitaria en Castilla y León." *Revista Electrónica Interuniversitaria de Formación del Profesorado*, 22(1): 29-40.

<http://dx.doi.org/10.6018/reifop.22.1.356031> (consultado em 14.02.2022)

Pereira, Maria da Piedade; Cardoso, Ana Paula. 2016. "A escola e a educação patrimonial: perspectivas de intervenção." *Millenium - Journal of Education, Technologies, and Health*, (38): 107–123.

<https://revistas.rcaap.pt/millenium/article/view/8253> (consultado em 16.07.2022)

Pires de Lima, Marinús. 1972. "O inquérito sociológico: problemas de metodologia" *Análise Social*, Segunda Série, Vol. 9, No. 35/36: 558 – 628. Instituto Ciências Sociais da Universidad de Lisboa. <https://www.jstor.org/stable/41008093> (consultado em 3.10.2021)

Portolés, Ángel. 2020. "Las personas como protagonistas" Tema apresentado em Jornada webinar *Cómo educar en el patrimonio* - 2020. Youtube, 29:54 <https://www.youtube.com/watch?v=7Qw6CeLR3AA> (consultado em 12.04.2022)

Presidência Portuguesa do Conselho da União Europeia (org.). 2021. *Carta do Porto Santo. A cultura e a promoção da democracia: para uma cidadania cultural europeia*. <https://www.culturaportugal.gov.pt/pt/saber/2021/05/carta-do-porto-santo/> (consultado em 20.11.2021)

Quivy, Raymond e Campenhoudt, Luc Van. 1995. *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.

Ramos, Manuel João. 2009. *Memórias dos Pescadores de Sesimbra. Santiago de Sesimbra no início dos anos oitenta do séc. XX*. Lisboa: Sociedade Geografia de Lisboa

Rowe, Gene e Frewer, Lynn J. 2005. "A Typology of Public Engagement Mechanisms" *Science, Technology & Human Values* (abril): 251 – 290. https://www.researchgate.net/publication/40121401_A_Typology_of_Public_Engagement_Mechanisms (consultado em 28.12.2020)

Salgado, Augusto; Freire, Jorge e Fraga, Tiago Miguel. 2017. "Notes on the Ship Graffiti in the Espírito Santos dos Navegantes Hospital, Sesimbra, Portugal". *International Journal of Nautical Archaeology*, 46.2: 427-432. <https://www.researchgate.net/publication/319217143> (consultado em 13.03.2021)

Schofield, John. 2015. "'Thinkers and Feelers': a psychological perspective on heritage and society.", *The Palgrave Handbook of Contemporary Heritage Research*, Basingstoke and New York, Palgrave Macmillan: 417-425

Serrão, Eduardo da Cunha; Serrão, Vítor. 1978. "Vestígios da antiga Capela do Espírito Santo dos Mareantes em Sesimbra". *Actas das Jornadas Arqueológicas 1977*, vol. I, 387- 407.

Serrão, Eduardo da Cunha; Franco, Gonçalo Lyster; Guerreiro, Marília e Afonso, Aniceto. 1984/88. "Escavações no antigo hospital da Confraria do Espírito Santo dos Pescadores e Mareantes de Sesimbra". *Arqueologia e História*, série X, vol. I/II (1), 157-186.

Serrão, Eduardo da Cunha e Serrão, Vítor. 1997. *Sesimbra Monumental e Artística*. 2ª ed. Sesimbra: Câmara Municipal de Sesimbra.

Silva, Jorge Henrique Pais da. 2020 [1984]. *Pretérito Presente. Para uma teoria da preservação do Património Histórico-Artístico*. (2ª ed.) Lisboa: Edições Colibri.

Smith, Laura Jane. 2006. *Uses of Heritage*. Routledge.

Solé, Glória (coord.). 2015. *Educação Patrimonial: contributos para a construção de uma consciência patrimonial*. Centro de Investigação em Educação (Cied), Instituto de Educação, Universidade do Minho.

Tilden, Freeman. 1977. *Interpreting our heritage: Principles and practices for visitor services in parks, museums, and historic places*. 3ª ed. University of North Carolina Press.

TSF. 2021a. "Encontros com o Património. Alvará de 1721", TSF, 14 Novembro, 39". <https://www.tsf.pt/programa/encontros-com-o-patrimonio.html> (consultado em 29.03.2022)

TSF. 2021b. "Encontros com o Património. A qualidade das nossas paisagens", TSF, 5 Dezembro, 40". <https://www.tsf.pt/programa/encontros-com-o-patrimonio/emissao/a-qualidade-das-nossas-paisagens-14377508.html> (consultado em 29.03.2022)

UNESCO. 1972. *Convention for the Protection of the World Cultural and Natural Heritage*. <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000114044.page=145> ; <https://whc.unesco.org/archive/convention-pt.pdf> (versão em português) (consultado em 03.06.2022)

UNESCO. 2003. *Convenção para a Salvaguarda do Património Cultural Imaterial*. https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000132540_por (consultado em 03.06.2022)

UNESCO. 2005. *Convenção sobre a proteção e a promoção das diversidades das expressões culturais*. https://unescoportugal.mne.gov.pt/images/Comunica%C3%A7%C3%A3o/convencao_s

[obre_a_proteccao_e_a_promocao_da_diversidade_das_expressoes_culturais.pdf](#)

(consultado em 26.07.2022)

UNESCO. 2013. *Managing Cultural World Heritage*.

<https://whc.unesco.org/en/managing-cultural-world-heritage/> (consultado em 03.06.2022)

UNESCO. 2017. *Basic texts of the 1972 World Heritage Convention*. Paris:

Unesco. <https://whc.unesco.org/document/163850> (consultado em 03.06.2022)

Varine, Hugues de. 2016. “Museu, Cidade e Território”. *Revista Património*, nº4 (dezembro): 14-23. https://www.incm.pt/portal/arquivo/livros/gratuitos/DGPC_RP4.pdf (consultado em 21.12.2020)

Waterton, Emma; Smith, Laurajane. 2010. ""The recognition and misrecognition of community heritage"" *International Journal of Heritage Studies*, 16:1-2, 4-15, DOI: 10.1080/13527250903441671 (consultado em 04.05.2022)

Legislação

Assembleia da República. 2001. “Decreto Lei nº 107/2001 – Lei de bases do Património Cultural português” *Diário da República*, 1ª série, 209 (set.): 5808 - 5829.

Assembleia da República. 2004. “Decreto Lei n.º 47/2004 – Lei-quadro dos Museus Portugueses.” *Diário da República*, 1ª série a, 195 (ago.): 5379- 5394.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica. 1977. “Decreto-Lei nº129/1977 – Classificação de imóveis como monumentos nacionais” *Diário da República* 1ª série, 226 (set.): 2390-2396.

Ministério do Ambiente. 1997. “Decreto Lei 20/1997 - Cria os Monumentos Naturais da Pedra da Mua, dos Lagosteiros e da Pedreira do Avelino”, *Diário da República*, 1ª série B, 105 (maio).

Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional. 2008. “Decreto Lei nº 142/2008 - Estabelece o regime jurídico da conservação da natureza e da biodiversidade e revoga os Decretos-Leis n.os 264/79, de 1 de Agosto, e 19/93, de 23 de Janeiro”. *Diário da República* 1ª série, 142 (jul.): 4596 - 4611.

Ministério da Cultura e Coordenação Científica – Instituto Português do Património Cultural. 1982. “Decreto Lei 28/82 - Classifica vários imóveis como monumentos nacionais, edifícios de interesse público e valores concelhios”, *Diário da República*, 1ª série, 47 (fevereiro).

Ministério da Cultura. 2009. “Decreto Lei nº 139/2009. Estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.” *Diário da República* 1ª série, 113 (jun.): 3647 – 3653.

Ministério da Cultura. 2009. “Decreto Lei nº 309/2009. Património cultural imóvel.” *Diário da República* nº206, 1ª série (out.): 7975 – 7987.

Ministério da Educação Nacional - Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas-Artes. 1950. “Decreto Lei nº 377728”, *Diário do Governo*, 1ª série, n.º 4 (janeiro). <https://dre.tretas.org/dre/279539/decreto-37728-de-5-de-janeiro> (consultado em 17.09.2022)

Ministério da Educação e Cultura - Secretaria de Estado da Cultura. 1978. “Decreto Lei 210/1978 - Estabelece a classificação de vários imóveis como

monumentos nacionais, de interesse público e de valores concelhios”, *Diário da República*, 1ª série, 210 (setembro): 1896-1901.

Ministério da Instrução Pública – Direcção-Geral do Ensino Superior e das Belas Artes. 1933. “Decreto Lei nº23:122”, *Diário do Governo*, 1ª série, nº 234 (outubro). <https://dre.tretas.org/dre/70289/decreto-lei-23122-de-11-de-outubro> (consultado em 17.09.2022)

Ministério das Obras Públicas, Comércio e Indústria. 1910. “Decreto Lei nº136/1910 - Classificação de monumentos nacionais de forma sistemática segundo tipologias”, *Diário do Governo*, 136 (junho): 2163-2166.
https://www.museualbertosampaio.gov.pt/wp-content/uploads/2020/07/Decreto23_06_1910-max.pdf (consultado em 19.08.2022)

Ministério dos Negócios Estrangeiros. 2005. “Decreto n.º 4/2005. Aprova a Convenção Europeia da Paisagem, feita em Florença em 20 de Outubro de 2000” *Diário da República* nº 31, 1ª série (fevereiro): 1017 – 1028.

Município de Sesimbra. 2015. “Aviso nº 12494/2015 - Alteração da Categoria de Classificação da Escola Conde de Ferreira de Sesimbra”, *Diário da República*, 2ª série, 210 (outubro): 31023.

Município de Sesimbra. 2019. “Despacho nº 175/2019”, *Diário da República* 2ª série, 3 (jan): 528-548.

Município de Sesimbra. 2021. “Edital nº1315/2021 - Decisão final de classificação do edifício n.º 1 da Rua do Dr. Aníbal Esmeriz como monumento de interesse municipal”, *Diário da República*, 2ª série, 222 (novembro): 272-273.

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Cultura. 1984. “Decreto Lei 29/84 - Classifica vários imóveis como monumento nacional, como de interesse público ou como valores concelhios”, *Diário da República*, 1ª série, 145 (junho).

Presidência do Conselho de Ministros e Ministério da Educação e Investigação Científica. 1977. “Decreto Lei 129/77 - Classifica vários imóveis como monumentos nacionais”, *Diário da República*, 1ª série, 226 (setembro): 2390-2396

Presidência do Conselho de Ministros. 2015. “Decreto Lei nº 149/2015. Procede à primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial.”. *Diário da República* 1ª série, 150 (ago.): 5361 – 5371.

Presidência do Conselho de Ministros. 2015. “Decreto Lei 150/2015 - primeira alteração ao Decreto-Lei n.º 139/2009, de 15 de junho, que estabelece o regime jurídico de salvaguarda do património cultural imaterial”, *Diário da República*, 1ª série, 149 (agosto): 5361-5371.

Webgrafia:

Câmara Municipal de Sesimbra www.sesimbra.pt (consultado em 07.08.2021)

Câmara Municipal de Sesimbra. <https://www.youtube.com/cmsesimbra> (consultado em 17.06.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra e Turifórum Sesimbra. “Sesimbra é Peixe” <http://sesimbraepeixe.pt/> (consultado em 04.04.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra. https://www.instagram.com/museu_sesimbra/
(consultado em 11.08.2022)

Câmara Municipal de Sesimbra.
<https://www.facebook.com/museu.maritimo.sesimbra> (consultado em 11.08.2022)

Council of Europe. “The Faro Convention and Action Plan”
<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/faro-convention> (consultado em
04.09.2021)

Council of Europe. “Strategy 21 - Good practices”
<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21-good-practices> (consultado
em 04.09.2021)

Council of Europe. “European Heritage Strategy for the 21st Century”
<https://www.coe.int/en/web/culture-and-heritage/strategy-21> (consultado em
04.09.2021)

DGPC. SIPA – Sistema de Informação para o Património Arquitetónico
<http://www.monumentos.gov.pt/> (consultado em 30.11.2021)

EEA Grants. “Centro Cultural Costeiro | Sesimbra”.
<https://www.eeagrants.gov.pt/pt/programas/cultura/projetos/projetos/centro-cultural-costeiro-sesimbra> (consultado em 18.06.2022)

Instituto Nacional de Estatística. <https://censos.ine.pt/> (consultado em
12.07.2021)

Lisboa Romana. “Unidade de produção de preparados piscícolas [sic] (Avenida da Liberdade / Rua da Fortaleza)” <https://lisboaromana.pt/imovel/unidade-de-producao-de-preparados-piscicolas-avenida-da-liberdade-rua-da-fortaleza> (consultado em 03.01.2022)

Museu Municipal de Sesimbra <http://www.museusesimbra.pt/> (consultado em 07.08.2021)

Museu Municipal de Sesimbra. https://www.instagram.com/museu_sesimbra/ (consultado em 17.06.2022)

Museu Marítimo de Sesimbra. <https://pt-facebook.com/museu.maritimo.sesimbra/> (consultado em 17.06.2022)

Observatorio de Educación Patrimonial en España <http://www.oepe.es/> (consultado em 20.07.2022)

O Meu Palácio. <https://omeupalacio.pt/> (consultado em 30.07.2022)

Plan Nacional de Educación y Patrimonio.
<https://www.culturaydeporte.gob.es/planes-nacionales/planes-nacionales/educacion-y-patrimonio/programas-y-lineas-actuacion.html> (consultado em 20.07.2022)

Rede Portuguesa de Museus. “Museu Municipal de Sesimbra”
<http://www.patrimoniocultural.gov.pt/pt/museus-e-monumentos/rede-portuguesa/m/museu-municipal-de-sesimbra/> (consultado em 14.10.2021)

Rota do Românico. “Cuidadores do Património”

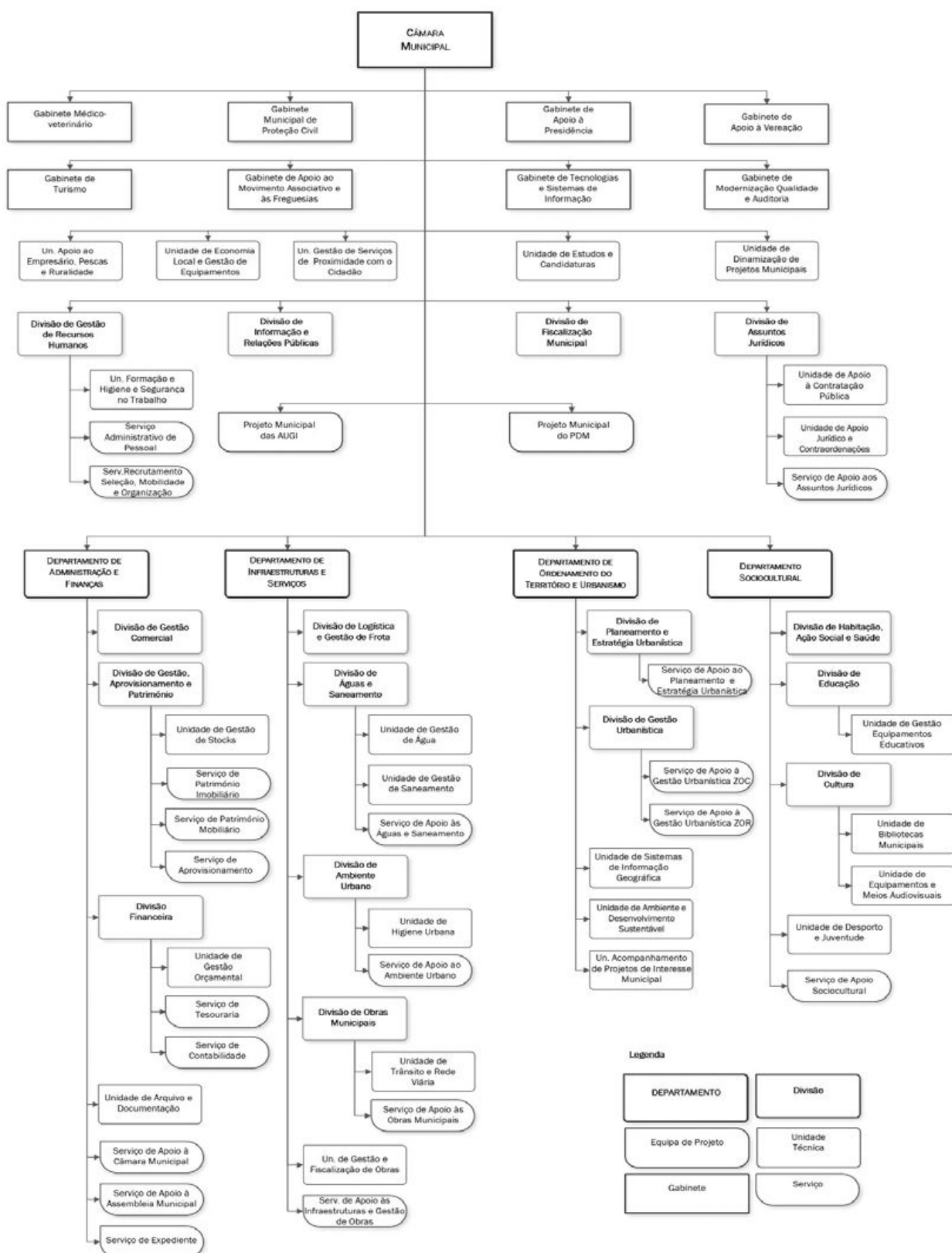
<https://www.rotadoromanico.com/pt/rota/cuidadores-do-patrimonio/> (consultado em 17.06.2022)

SOS Azulejo. <http://www.sosazulejo.com/> (consultado em 15.08.2022)

The Norfolk Medieval Graffiti Survey. <http://www.medieval-graffiti.co.uk/> (consultado em 10.04.2021)

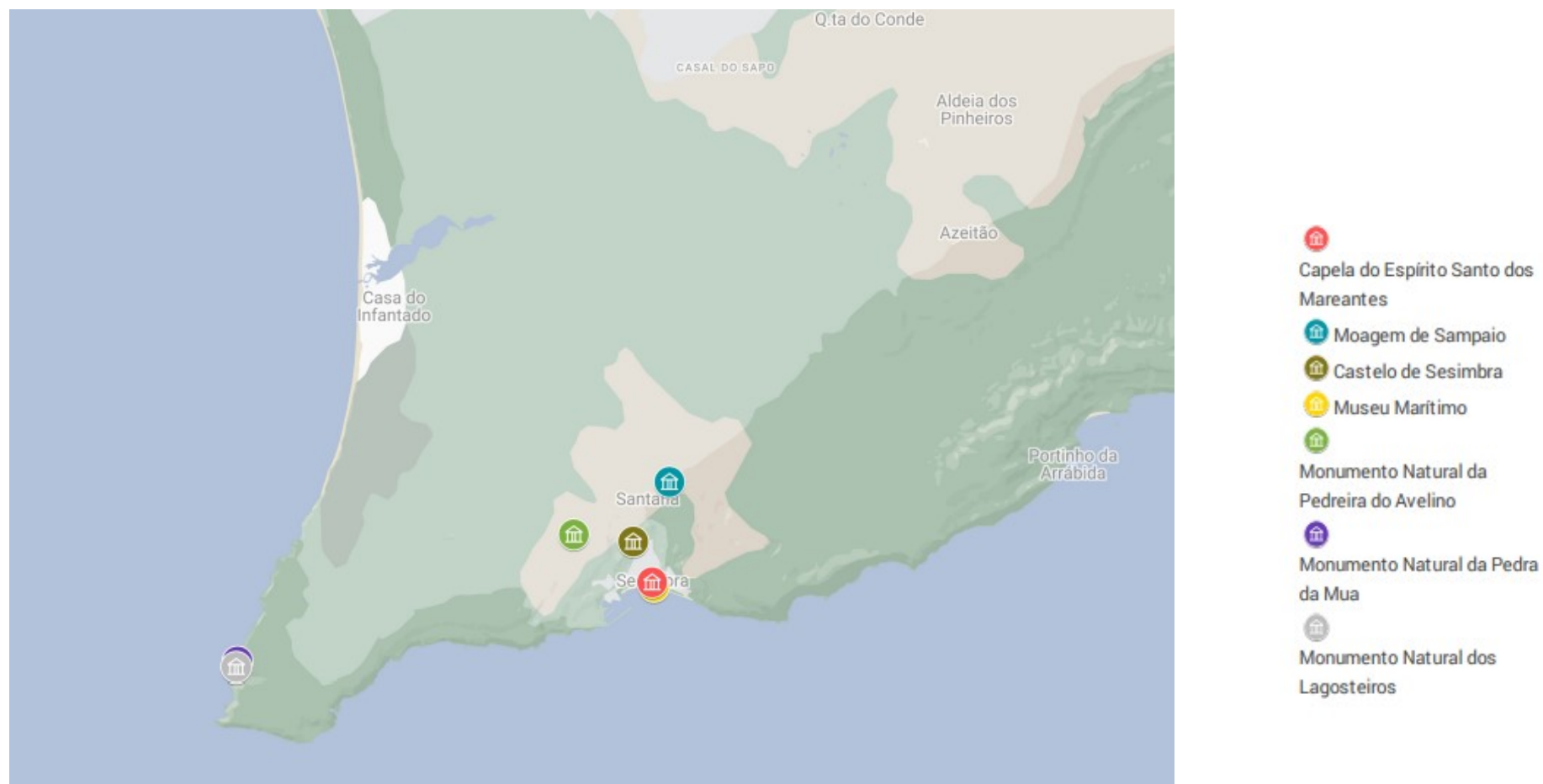
Anexos

Anexo I – Organograma da Câmara Municipal de Sesimbra



Fonte: Município de Sesimbra 2019, 545

Anexo II – Museu Municipal de Sesimbra: dispersão dos núcleos pelo concelho



©Patrícia Azevedo Godinho através do *Google My Maps*, 2022

Anexo III – Listagem de Prémios atribuídos ao Museu Municipal de Sesimbra

Ano	Prémio	Atribuição (MMS, Núcleo Museológico e/ou Projeto)
2017	Menção Honrosa Melhor Museu do Ano (APOM)	Museu Marítimo de Sesimbra ¹⁴⁹
	Prémio Serviço Educativo/Extensão Cultural (APOM)	Museu Marítimo de Sesimbra
	Prémio Aplicação de Gestão e Multimédia (APOM)	Museu Marítimo de Sesimbra
2019	Segundo classificado no prémio IberMuseus	Projecto Museu Fora de Portas, Museu Municipal de Sesimbra
	Prémio de Mérito Social, no âmbito do Concurso Melhores Municípios Para Viver 2019	Projecto Museu Fora de Portas, Museu Municipal de Sesimbra
2020 ¹⁵⁰	Prémio Inovação e Criatividade (APOM)	Museu Marítimo de Sesimbra, pelo projeto Programação Participada e Inclusiva. Museu Marítimo de Sesimbra: Um museu da comunidade.
	Prémio Autarquia do Ano, na categoria Cultura e Património - Cultura Popular (Lisbon Awards Group)	Museu Marítimo de Sesimbra
	Prémio Augusto Botelho da Costa Veiga (Academia Portuguesa de História)	Publicação "Outeiro Redondo – Sesimbra, Escavações 2005-2016", da autoria do investigador João Luís Cardoso Veiga, e publicado pela CMS
2021	Prémio Melhor Estratégia de Comunicação (Património.PT, AR&PA Bienal Ibérica de Património Cultural 2021)	Museu Marítimo de Sesimbra aos Projetos "Museu em Casa" e "Oficinas de Saber e Partilha"
	Prémio Transporte de Património (APOM)	Museu Marítimo de Sesimbra
	Menção Honrosa, Prémio “Aristides de Sousa Mendes e outros salvadores portugueses”, na categoria Coesão Social e Comunitária	Projeto do Serviço Educativo: “Museu fora de portas: o museu visita as IPSS (instituições particulares de solidariedade social)”
2022	Menção Honrosa, Prémio Exposição Temporária (APOM)	Museu Marítimo de Sesimbra

¹⁴⁹ Em todas as entradas de prémios e na página da APOM lê-se ainda “íntegra estrutura polinucleada do Museu Municipal de Sesimbra”. Cf. <https://apmuseologia.org/2017/06/11/premios-apom-2017-distincoes/>

¹⁵⁰ Em 2020 foi ainda o único museu português entre os 61 nomeados para o prémio Museu Europeu do Ano.

Menção Honrosa,
Fotografia do Património (APOM)

Museu Marítimo de Sesimbra

Menção Honrosa,
Investigação – Akra Barbarion

Museu de Sesimbra ¹⁵¹

¹⁵¹ Intitulado assim, mas deverá referir-se ao “Museu Municipal de Sesimbra”.

Anexo IV – Listagem dos edifícios históricos na freguesia de Santiago

Designação		Proteção	Época de Construção	Fotografia (©Patrícia Azevedo Godinho, 2021 e 2022)
1	Armazém na Rua da Fé, n.º 24 IPA.00023264	-	Séc. XX	
2	Bairro de Casas para Pescadores de Sesimbra IPA.00023290	Inexistente	Séc. XX	
3	Capela de São Sebastião IPA.00012772	Inexistente	Séc. XV	

-
- | | | | |
|---|--|--|----------------------|
| 4 | Capela do Espírito Santo dos Mareantes
IPA.00003452 | IIP - Imóvel de Interesse Público,
Decreto nº 129/77, DR, 1.ª série,
n.º 226 de 29 setembro 1977 | Séc. XV / XVIII / XX |
|---|--|--|----------------------|
-



-
- | | | | |
|---|---|---|---------------|
| 5 | Casa de D. Jaime de Lencastre /
Câmara Municipal de Sesimbra
IPA.00012727 | Incluído na Zona de Proteção do
Pelourinho | Séc. XVI / XX |
|---|---|---|---------------|
-



-
- | | | | |
|---|---|---|----------|
| 6 | Casa na Avenida 25 de Abril, n.º
34 a 36
IPA.00023196 | - | Séc. XVI |
|---|---|---|----------|
-

-
- | | | | |
|---|---|-------------|---------|
| 7 | Casa na Avenida da Liberdade,
n.º 9 a 17
IPA.00012760 | Inexistente | Séc. XX |
|---|---|-------------|---------|
-



8	Casa na Rua Cândido dos Reis, n.º 22 a 26 IPA.00012730	-	Séc. XIX	
9	Casa na Rua Cândido dos Reis, n.º 88 IPA.00023298	-	Séc. XIX	
10	Casa na Rua Conselheiro Ramada Curto, n.º 2 a 6 IPA.00023300	-	Séc. XIX	

11	Casa na Rua da Fé IPA.00023198	-	Séc. XVIII	
12	Casa na Rua da Paz, n.º 21 a 25 IPA.00023247	-	Séc. XX	
13	Casa na Rua da Paz, n.º 27 a 30 IPA.00023248	-	Séc. XX	

14 Casa na Rua da Paz, n.º 5 a 13
IPA.00023245

-

Séc. XX



15 Casa na Rua da República, n.º 15
a 17
IPA.00023277

-

Séc. XVIII



16 Casa na Rua da República, n.º 19
a 23
IPA.00023278

-

Séc. XVIII



17 Casa na Rua da República, n.º 31
IPA.00023280

-

Séc. XX



18 Casa na Rua da República, n.º 5 a
7
IPA.00023283

-

Séc. XX



19 Casa na Rua dos Industriais, n.º 2
IPA.00023285

-

Séc. XVII



20	Casa na Rua Dr. Peixoto Correia, n.º 56 IPA.00023251	-	Séc. XX	
21	Casa na Rua Eça de Queiroz, n.º 18 a 20 IPA.00023308	-	Séc. XX	
22	Casa na Rua Elias Garcia, n.º 24 IPA.00023297	-	Séc. XVII	<u>Inexistente.</u> <u>Nova construção.</u> 

23 Casa na Rua Jorge Nunes, n.º 2 a
6
IPA.00012771

Inexistente

-



24 Casa na Rua Jorge Nunes, n.º 5 a
7
IPA.00023288

-

Séc. XVII



25 Casa na Rua Marquês de Pombal,
n.º 1 a 3
IPA.00023286

-

Séc. XVII



26 Casa na Rua Marquês de Pombal,
n.º 5 a 7
IPA.00023287

-

Séc. XVII



27	Casa na Rua Prof. Joaquim Marques Pólvora, n.º 30 a 34 IPA.00023266	-	Séc. XIX	
28	Casa na Rua Prof. Joaquim Marques Pólvora, n.º 36 a 38 IPA.00023263	-	Séc. XIX	
29	Casa na Rua Prof. Joaquim Marques Pólvora, n.º 8 a 14 IPA.00023267	-	Séc. XIX	

30 Casa na Rua Professor Joaquim
Marques Pólvora, n.º 43
IPA.00023292

-

Séc. XIX



31 Casa na Rua Rainha D. Leonor,
n.º 19 a 21
IPA.00023296

-

Séc. XVIII



32	Casa na Rua Serpa Pinto, n.º 25 a 27 IPA.00012752	Inexistente	Séc. XIX	
33	Casa no Largo 5 de outubro, n.º 6 a 7 IPA.00023276	-	Séc. XIX/XX	
34	Casa no Largo da Marinha, n.º 4 IPA.00023268	-	Séc. XIX	

35	Casa no Largo José António Pereira, n.º 2 a 3 IPA.00023201	-	Séc. XVII	
36	Casa no Largo José António Pereira, n.º 4 a 6 IPA.00023227	-	Séc. XIX	
37	Casa no Largo Luís de Camões, n.º 9 a 10 IPA.00023302	-	Séc. XVII	Inexistente. Demolida. 

38 Chafariz no Largo Eusébio Leão
IPA.00012742

Inexistente

Séc. XX



39 Cine-Teatro de Sesimbra /
Biblioteca Municipal de Sesimbra
IPA.00010601

-

Séc. XX



40 Clube Sesimbrense / Grémio
Sesimbrense
IPA.00012731

Categoria: MIM - Monumento de
Interesse Municipal, Aviso n.º
14171/2015, DR, 2.ª série, n.º 236
de 02 dezembro 2015

Séc. XIX



41	Dispensário da Assistência Nacional aos Tuberculosos, IANT, de Sesimbra IPA.00019853	Inexistente	Séc. XX	
42	Edifício da Delegação Marítima de Sesimbra IPA.00023195	-	Séc. XX	
43	Edifício da Rua Dr. Aníbal Esmeriz, n.º 1 / Edifício do Jornal O Sesimbrense IPA.00012745	Monumento de Interesse Municipal pelo edital n.º 1315/2021, DR, 2.ª série, n.º 222, de 16 novembro 2021.	?	

44	Edifício do Centro Comercial Oficina IPA.00012732	Inexistente	Séc. XX	
45	Edifício e Capela da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra IPA.00004669	Em estudo	Séc. XVI/XVII/XVIII/XX	
46	Edifício na Rua Cândido dos Reis, n.º 20 IPA.00023200	-	Séc. XX	

47 Edifício na Rua Cândido dos
Reis, n.º 40 a 44
IPA.00023272

-

Séc. XIX

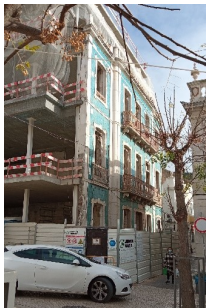


48 Edifício na Rua D. Dinis, n.º 32 a
34
IPA.00023260

-

Séc. XIX



49	Edifício na Rua da República, n.º 36 a 38 IPA.00023236	-	Séc. XX	
50	Edifício na Rua da República, n.º 13 IPA.00023281	-	Séc. XIX	

51	Edifício na Rua Dr. Peixoto Correia, n.º 12 a 14 IPA.00023194	-	Séc. XIX	
52	Edifício na Rua Eça de Queiroz, n.º 33 a 35 IPA.00023273	-	Séc. XVIII	
53	Edifício na Rua Plínio Mesquita, n.º 5 a 11 IPA.00023197	-	Séc. XVIII	

54 Edifício na Rua Prof. Joaquim
Marques Pólvora, n.º 40 a 48
IPA.00023256

-

Séc. XIX



55 Edifício na Rua Rainha D.
Leonor, n.º 15 a 17
IPA.00023295

-

Séc. XX



56 Edifício na Rua Rainha D.
Leonor, n.º 7 a 9
IPA.00023294

-

Séc. XX



57 Edifício no Largo 5 de Outubro,
n.º 8 a 9
IPA.00023275

-

Séc. XIX



58 Edifício no Largo do Município
IPA.00012734

Inexistente

Séc. XIX



59 Escola de Conde de Ferreira /
Auditório Conde de Ferreira
IPA.00012729

Categoria: MIM - Monumento de
Interesse Municipal, Aviso n.º
12494/2015, DR, 2.ª série, n.º
210, de 27 outubro 2015

Séc. XIX



60	Escola Primária de Sesimbra / Escola Básica do 1.º Ciclo de Sesimbra IPA.00023301	-	Séc. XX	
61	Fábrica de Conserva dos Franceses IPA.00023306	-	Séc. XIX	
62	Fontanário no Largo do Calvário IPA.00012738	Inexistente	Séc. XVIII	

63	Forte de Santiago / Fortaleza de São Tiago IPA.00003453	Categoria: IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto nº 129/77, DR, 1.ª série, n.º 226 de 29 setembro 1977	Séc. XVII / XVIII
----	--	---	-------------------



64	Hospital da Santa Casa da Misericórdia de Sesimbra IPA.00012747	-	-
----	--	---	---

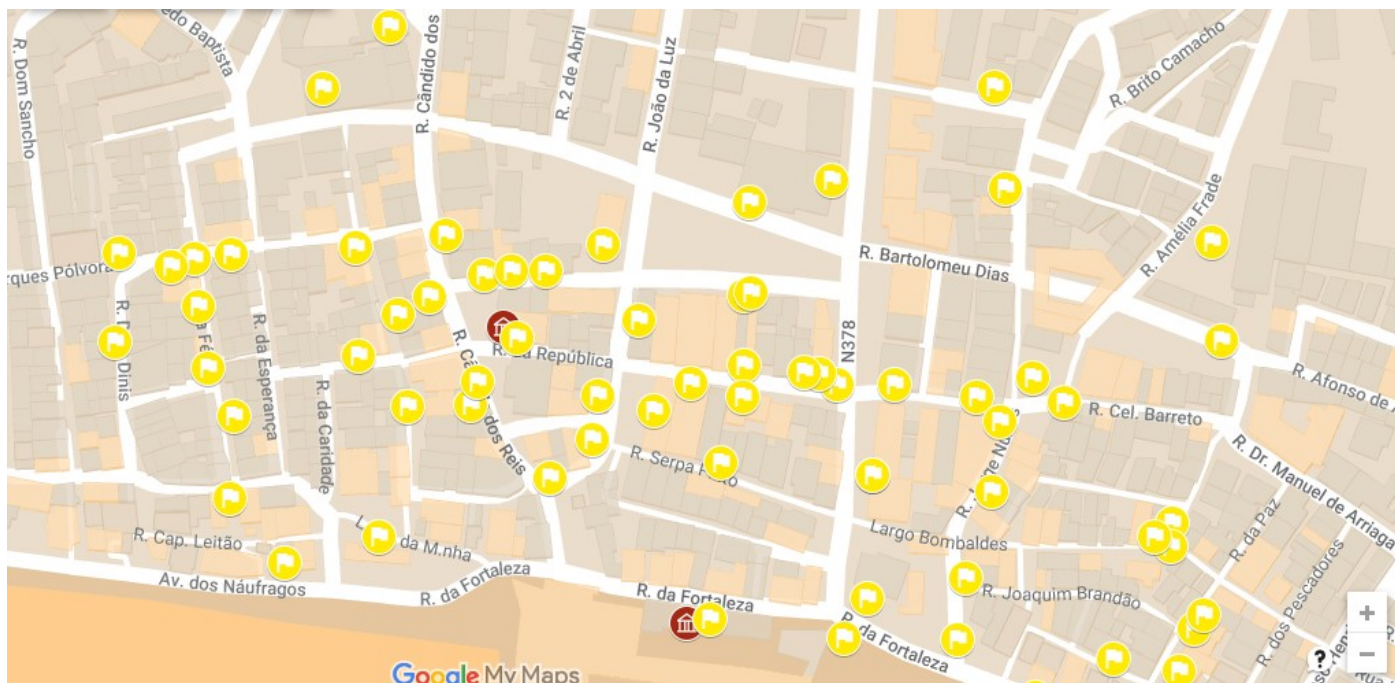


65	Igreja Paroquial de Santiago / Igreja de São Tiago IPA.00012773	Inexistente	Séc. XVI / XVII / XVIII
----	--	-------------	-------------------------



66	Núcleo urbano da vila de Sesimbra IPA.00022985	Inclui Pelourinho de Sesimbra (v.PT031511020002) / Capela do Espírito Santo dos Mareantes, (v.PT031511020004) / Fortaleza de Santiago, (v.PT031511020005) / PDM - Plano Diretor Municipal, Resolução de Conselho de Ministros n.º 15/98, DR, 1.ª série-B, n.º 27 de 2 fevereiro 1998	Séc. XIV/XV/XIX/XX	
67	Palácio do Bispo / Casa dos Frades IPA.00012733	Inexistente	Séc. XVI	
68	Pelourinho de Sesimbra IPA.00003446	Categoria: IIP - Imóvel de Interesse Público, Decreto n.º 23 122, DG, 1.ª série, n.º 231 de 11 outubro 1933	Séc. XX	
69	Tribunal Judicial de Sesimbra IPA.00016405	-	-	

Anexo V - Mapa com a localização dos referentes patrimoniais na vila de Sesimbra



©Patrícia Azevedo Godinho através do *Google My Maps*, 2022. Disponível também aqui:

<https://www.google.com/maps/d/u/0/edit?mid=1UD4YvKfl1WIPzkMkBfvMxrbUAjXS-Ngu&usp=sharing>

Anexo VI – Categorias e subcategorias de análise de conteúdo

Categorias de análise de conteúdo:

Património entendido como...	VALORES	Enfoque Educativo / Aprendizagem	VERBOS (ligados à forma de ensino e aprendizagem do património)
Objeto	Estético, formal Económico ou material	Transmissão	Conhecer Reconhecer Identificar Diferenciar Localizar
Texto	Histórico e cultural	Comunicação	Compreender Entender Associar Dissociar Assimilar Deduzir Inferir Pensar
Contexto	Social	Interpretação	Interpretar Analisar Revelar Explicar Comentar Decifrar Representar
Símbolo	Simbólico imaginário mitológico alegórico	Simbolização	Associar Vincular Entender Relacionar
Extensão do sujeito	Identitário	Identificação	Referenciar Relacionar Identificar Vincular-se
Vínculo *	Relacional	Formação de comunidades	Participar Contribuir Construir Implicar-se

Quadro-síntese com os seis modelos ou abordagens ao património propostos por Olaia Fontal, juntamente com os valores preferenciais que moldam a ação educativa e os verbos que lhes estão associados (Fontal 2020a, 24; tradução nossa).

Subcategorias de análise de conteúdo:

* Tipos de Vínculos...	Palavras-chave
identitário	"define-me" / "quem eu sou" / "me vejo refletido" / "identifico-me" / ...
familiar	"faz-me lembrar a" / "une-me a" / "a minha tia" / "a minha mãe" / "o meu pai" / ...
temporal	"recorda-me a" / "lembro-me de" / "transporta-me para" / ...
passado/infância	"quando" / "recorda-me" / "quando eu era pequeno(a)" / "faz anos que" / "faz tempo que" / ...
religioso	"fé" / "crenças" / "virgem" / "religião" / "sentimento religioso" / ...
afetivo	"emociona-me" / "eu sinto" / "sentimento" / "alegria" / "felicidade" / "tristeza" / ...
amizade	"amigos/as" / "amizades" / "companheiros/as" / ...
social	"grupo" / "sinto parte de" / "coletivo" / "conjunto" / ...
espacial	"lugar" / "donde" / "espaço" / "povoação" / "rua" / "cidade" / ...
experiencial	"experiência" / "viagem" / "momento" / ...

Os tipos de vínculos em relação ao património, segundo Fontal e Marín (2018, 490; tradução nossa).

Anexo VII – Quadro-síntese do levantamento das estratégias de mediação patrimonial nos diferentes canais de comunicação pelo município de Sesimbra

Periódicos			
	Breve descrição	Património entendido como...	Observações
Sesimbr'Acontece	"A agenda Sesimbr'Acontece visa promover e valorizar a identidade cultural do concelho de Sesimbra, afirmar a diversidade de oferta de acontecimentos e serviços da responsabilidade da Câmara Municipal de Sesimbra e dos agentes públicos ou privados promotores de eventos no concelho, e cativar e criar novos públicos." Conta com rubrica dedicada às memórias e património locais, intitulada "Histórias da nossa terra", e assinada por António Rui Marques. Maioritariamente alicerçadas no conteúdo histórico, os pequenos artigos contam ainda com informações sobre os contextos sociais da época.	Texto Contexto	<u>2021-2022</u> Em 2021 foram tratados os seguintes temas: "A primeira repórter fotográfica portuguesa" (jan. 21), "Forte do Cavalo" (abr. 21), "Centenário assinalável" (jun. 21), "Topomínia de Sesimbra" (Ago.21), "Património que importa preservar" (set. 21), "Rua da Galé" (dez 21), "As contas" (jan 22) Disponível em https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folders_list_17_foilder_id=371

Sesimbr'Acontece	Outras notícias/destaques sobre ou relacionadas com o património: 1) Capela de São Sebastião (Jan 2021) 2) Conservas de peixe (Jan 2021) 2) Dia Internacional Monumentos e dos Sítios (Abr.21) 3) Maio, mês dos Museus (Mai. 21) 4) "Construção naval...arte como ofício de vida" (Ago 21) 5) "Preservar, respeitar, valorizar o nosso mar" (Nov 21)	Objeto Texto	Textos essencialmente de comunicação, com informações sobre as ações e pequenas notas com conteúdos históricos
Sesimbra Município	Publicação periódica. Em 2021, destaque para uma única publicação com edição especial sobre grandes projetos. Conta com três artigos sobre o património cultural da vila: 1) "Recuperação da Capela de São Sebastião" 2) "Valorização do Castelo de Sesimbra" 3) "Centro de Conhecimento e Cultura Marítima"	Objeto Texto	<u>2021-2022</u> Textos essencialmente de comunicação, com informações sobre os diferentes projetos e pequenas notas com conteúdos históricos. Disponível em https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folders_list_17_folder_id=3261
Nós Sesimbra	Publicação periódica com notícias sobre os temas basilares do concelho, nomeadamente obras de saneamento e públicas, saúde, educação e também cultura. 1) "Museu Marítimo novamente premiado" (nº 15, jan fev e nº 17 maio 2021) 2) "Dia Mundial dos Monumentos e dos Sítios" (nº17, maio 2021) 3) "Visitas guiadas pelo património" (nº17, maio 2021) 4) "Museu de Sesimbra vence prémio Património.pt" (nº18, out 2021) 5) "Centro de Conhecimento e Cultura Marítima de Sesimbra ganha financiamento do EEAGrants" (nº18, out 2021)	Objeto	<u>2021-2022</u> Textos apenas de comunicação, dando a notícia de diferentes assuntos. Disponível em https://www.sesimbra.pt/viver/publicacoes?folder_id=2730

6) "Polvo Serafim é a nova mascote do Museu Marítimo" (nº19, nov e dez 2021) 7) "Edifício da Rua Dr. Aníbal Esmeriz classificado como Monumento de Interesse Municipal" (nº 20, jan 2022)			
Folhetos dos Núcleos Museológicos do Museu Municipal de Sesimbra			
Núcleo Museológico / Bem patrimonial	Breve descrição	Património entendido como...	Observações
Capela do Espírito Santo dos Mareantes	Apresentação do núcleo com informação histórica, fotografias e planta.	Objeto Texto	
Museu Marítimo	Folheto em PT e EN; Breve apresentação da exposição - do que o visitante vai encontrar no museu; Inclui planta com legenda dos vários espaços do museu e principais espaços da fortaleza	Objeto Texto	O texto de comunicação faz o apelo ao visitante para se deixar envolver/relacionar, relatando o fio condutor entre as várias salas expositivas do Museu: "Durante esta jornada, terá a oportunidade de cruzar oceanos, pescar em mares nunca antes navegados, mergulhar no Parque Marinho Luiz Saldanha, orientar-se pela Estrela Polar, recolher sardinhas das redes das grandes armações de copo à valenciana, ou rezar uma novena ao Senhor Jesus das Chagas, padroeiro dos pescadores de Sesimbra."
Fortaleza de Santiago	Folheto cujo título é "História da Fortaleza - exposição permanente do Museu Marítimo de Sesimbra", remete todo ele para a história ligada ao edifício, desde a sua edificação, à sua última utilização pela Guarda Fiscal.	Objeto Texto	
Castelo	Inclui uma breve história do monumento, a planta do mesmo e os pontos de interesse, assim como o denominado "circuito museológico".	Objeto Texto	

Websites			
Breve descrição	Património entendido como...	Observações	
Museu Municipal de Sesimbra (http://www.museusesimbra.pt/)	<i>Website</i> com informação dos diferentes núcleos do museu (Museu Marítimo de Sesimbra, Capela do Espírito Santo dos Mareantes, Moagem de Sampaio, GEOcircuito de Sesimbra, Castelo de Sesimbra) e os Serviços Educativos do Museu	Objeto Texto	As imagens referentes aos diferentes núcleos estão centradas no património entendido enquanto objeto, desprovidas de pessoas. Apenas nos "Serviços Educativos", a imagem surge com crianças em atividade, sem o referente patrimonial. Na "Galeria de imagens": do MMS as imagens são referentes ao interior do núcleo museológico e da exposição sobre a fortaleza, esta localizada no exterior; da CESM surgem imagens contemporâneas, do exterior e interior do núcleo museológico; do Castelo surgem imagens contemporâneas e outras de arquivo histórico;
Município (www.sesimbra.pt)	No separador Viver > Cultura, há acesso a links para os diferentes núcleos museológicos e elementos de relevância patrimonial do concelho, estes apresentados por "património edificado, etnológico, arqueológico, artístico, natural".	Objeto Texto	As imagens seleccionadas para ilustrar os referentes patrimoniais e os núcleos museológicos estão, uma vez mais, desprovidas de pessoas. O foco está no objeto patrimonial.
Redes Sociais / Outros canais de comunicação			
Breve descrição	Património entendido como...	Observações	
Facebook Museu Marítimo de Sesimbra	Funciona como canal de comunicação das ações de programação patrimonial e cultural, partilha de outras publicações, nomeadamente do município de Sesimbra, de notícias ligadas ao museu, imagens da oferta cultural ou das ações do Serviço Educativo. Inclui atualmente rubricas “Sabia que o nosso futuro Centro Cultural Costeiro, projeto financiado no âmbito	Objeto Texto	Não se denota uma estratégia focada na interação com as pessoas que seguem a página, implicando-as, servindo apenas como canal de comunicação da oferta de programação, sobretudo do Museu Marítimo e, pontualmente, da Capela do Espírito Santo dos Mareantes. As imagens utilizadas são sobretudo de arquivo, as do museu centradas no acervo museológico, mas também das ações

	do programa EEA Grants Portugal”, com a partilha de imagens do acervo e breve explicação; “Imagens da nossa comunidade piscatória” e “Sesimbra, um postal” com a partilha de imagens do Arquivo Municipal.		desenvolvidas, onde se incluem as pessoas, e de festividades como o Nosso Senhor das Chagas ou o Carnaval.
Instagram Museu Marítimo de Sesimbra	A publicação mais antiga é de 18 de julho de 2019.		Publicações, na sua maioria, com pouco texto. Noutras, o texto comunica sobretudo as ações de programação cultural, prémios ganhos, informações ligadas a exposições ou outros assuntos.
Youtube Município de Sesimbra	Destaca-se o conjunto de vídeos "O Museu em Casa" produzidos em 2020, durante a pandemia: "Museu em Casa - Museu Marítimo" (7 episódios)	Objeto Texto	Vídeos essencialmente de informação histórica, ancorada no espólio do núcleo museológico. Os episódios tratam diferentes temas, nomeadamente, 1) os objetos mais antigos do MMS; 2) testemunhos de ligação ao mar desde há 3.000 anos; 3) Arte de pesca: armação de copo à valenciana; 4) Arte de pesca: a pesca do espadarte; 5) Arte de pesca: a “chinha” ou arte do caneiro; 6) Arte de pesca: captura peixe espada branco; 7) Arte de pesca: arte do cerco americano. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=LvAphOecmAs&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPbp (consultado em 04.10.2021)
	"O Museu em Casa - Capela do Espírito Santo dos Mareantes" (6 episódios)	Objeto Texto	Vídeos essencialmente de informação histórica, ancorada na história do edifício e no espólio do núcleo museológico. Os episódios tratam diferentes temas, nomeadamente: 1) O Edifício e a Confraria do Espírito Santo; 2) Coleção de Arte Sacra; 3) Estrutura hospitalar; 4) Imagens de vestir da ermida de São Sebastião; 5) Devoções da comunidade sesimbrense; 6) Os diferentes cultos e devoções. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=6tUttOZGk64&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPbp&index=2 (consultado em 4.10.2021)

"O Museu em Casa - Serviço Educativo" (9 episódios)	Objeto Texto	Vídeos com propostas de atividades para se fazer em casa, com breve explicação sobre cada um dos temas: aliados ao Museu Marítimo como: 1) Anzol; 2) Nós de marinheiro; 3) Barco; 4) Peixe; ou à história de Sesimbra: 5) a Lenda de Zimbra; 6) Teatro o Brasão de Sesimbra; na comemoração de alguns dias, como: 7) o dia internacional dos museus, sobre os núcleos museológicos do Museu Municipal de Sesimbra; 8) dia de pentecostes 9) dia nacional do pescador e aniversário do MMS; 10) santos e festas populares; ou a partir do núcleo museológico da Moagem de Sampaio: 11) Trigo e processos de moagem. Disponível em https://www.youtube.com/watch?v=Wsx-SPDHjo&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPbp&index=4 (consultado em 4.10.2021)
Vídeo promocional do Museu Marítimo	Objeto Vínculo (social, experiencial)	Não existem outros vídeos promocionais dos outros núcleos museológicos. (Contexto do vídeo: criado inicialmente para o European Museum of the Year (EMYA) 2020, no qual o MMS integrou a lista de museus nomeados para Museu Europeu do Ano de 2020.) Disponível em (PT) https://youtu.be/KUHle-0i3cE e (EN) https://youtu.be/L2tl1mYmKME (consultado 04.10.2021)

Anexo VIII – Exemplos de imagens utilizadas na mediação patrimonial

Foco no objeto:

 CASTELO DE SESIMBRA A Torre Nova do Castelo de Sesimbra foi construída no extremo oeste da cerca medieval, na primeira metade do século XIV numa fase posterior à edificação da fortificação, como ruído estratégico marítimo enquanto anáfora. Esta edificação tem patente uma exposição permanente que dá a conhecer a evolução dos Castelos em Portugal e a história do Castelo de Sesimbra. Do conjunto de painéis destaca-se uma ilustração a cor-de-rosa, tinta-da-china e aguarela, com 2x1,40 metros, que retrata uma muralha no Castelo. Outra das atrações da exposição da Torre Nova é a maquete do Castelo de Sesimbra, elaborada por Tenente Mateus, que reproduz, com grande rigor o quotidiano da fortificação em pleno século XV. Construído à escala de 1:200, o trabalho só foi possível depois de uma intensa pesquisa em documentos e imagens. A autora utilizou diversos materiais, entre eles o gesso para fazer as muralhas, madeira para criar os troncos das árvores e pedra e areia para os pisos e caminhos. O facto de a muralha apresentar cidade é um dos aspetos que muitos desconhecem, mas que se verificava naquela altura. SEGUNDA A DOMINGO (das 10 às 17h) Torre Nova, Castelo de Sesimbra	 CAPELA DO ESPÍRITO SANTO DOS MAREANTES A Capela do Espírito Santo dos Mareantes é um dos Núcleos Museológicos do Museu Municipal de Sesimbra. O edifício quincentista, totalmente recuperado pela Câmara Municipal em 2006, é composto no seu interior por uma área expositiva, no primeiro andar, onde se encontram obras importantes de arte sacra como o painel Nossa Senhora da Misericórdia, do pintor alago Gregório Lopes. No piso inferior foi recriado o antigo hospital medieval ali existente, que é considerado um dos exemplos de hospitais desta época mais bem conservados da Europa. SEGUNDA A DOMINGO (das 10 às 17h e das 14 às 17h30h) PATRIMÓNIO Informações: 21 223 11 34 capela@cm-sesimbra.pt Rua Cândido dos Reis, n.º 17, Sesimbra	 MUSEU MARÍTIMO DE SESIMBRA No Museu Marítimo de Sesimbra, na Fortaleza de Santiago, é possível conhecer a ligação de Sesimbra ao mar e à pesca, cujas evidências históricas nos transportam até há 5 mil anos. De forma organizada e sistematizada, as novas tecnologias permitem, lado a lado, com o saber dos homens do mar. Depois de adquirir o ingresso e ser devidamente enquadrado, o visitante poderá circular pelos vários espaços e optar por organizar a sua própria visita. O espaço está aberto de terça a domingo, das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30 horas. Entrada: 3 € (descontos para os alunos e seniores) Fortaleza de Santiago, Sesimbra TERÇA A DOMINGO (das 10 às 13 e das 14.30 às 17.30h) PATRIMÓNIO
Fonte: CMS.2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 137, (jan):35	Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 137, (jan): 41	Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 137, (jan):42
 DESPORTO MOVIMENTO ARRIAR DIA 18 sábado 21h PRELIMAR E CAMINHAR PELO PATRIMÓNIO SUBIDA AO CASTELO DE SESIMBRA Atividade de educação ambiental Contribuição para o Castelo de Sesimbra, com Vela Verde Desenvolvido em parceria com a Câmara Municipal de Sesimbra e a Vela Verde Atividade gratuita Último dia de inscrição: 10 de maio Gratuito para todos os participantes Reservar: 21 223 11 34 Ponto de encontro: Terminal Ribeirinho de Sesimbra	 PROCESSÃO SENHOR JESUS DAS CHAGAS Todos os anos, milhares de devotos enchem as ruas da vila de Sesimbra para assistir à procissão em honra do Senhor Jesus das Chagas, padroeiro dos pescadores de Sesimbra, que se realiza na tarde de 4 de maio, feriado municipal. Após a missa na Igreja Matriz, a imagem percorre o tradicional trajeto, com paragem no Largo da Marinha para seniores e bebês ao mar, na presença de dezenas de barcos na Baía de Sesimbra. DIA 4 sábado 17h FESTA DAS CHAGAS Vila de Sesimbra Org. Comissão de Festas em Honra do Senhor Jesus das Chagas	 DIA 18 sábado 21h NOITE DOS MUSEUS OS MUSEUS COMO EIXOS CULTURAIS: O FUTURO DAS TRADIÇÕES Visita Dramatizada pela Sesimbra Quinhentista Tendo por mote as memórias históricas e arquitetónicas da primitiva Póvoa da Ribeira de Sesimbra, o Museu Municipal convida o visitante a mergulhar numa viagem dramatizada com quinhentos anos, onde as surpresas mais inesperadas podem surgir, literalmente, a cada esquina. Música, teatro, dança e degustação de produtos locais são alguns dos momentos altos desta verdadeira experiência imersiva pelo património cultural sesimbrense. Inserindo nas comemorações do Dia Internacional dos Museus Ponto de encontro: Capela do Espírito Santo dos Mareantes, Sesimbra Org. CM Sesimbra Apoio: Companhia de Teatro Sui Generis
Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 141, (mai):45	Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 141, (mai):46	Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> nº 141, (mai):47

CONFERÊNCIAS ATELIÊS CURSOS SESIMBRA, MEMÓRIA E IDENTIDADE AARTE FARMACÉUTICA EM SESIMBRA São várias as referências documentais ao exercício de físicos, médicos, barbeiros, sangradores e cirurgiões na vila de Sesimbra a partir de finais do século XVI e que tinham como função principal ajudar nas questões de saúde da população. As referências às atuais farmácias existentes na vila de Sesimbra remontam ao último quartel do século XIX, sendo uma atividade que certamente está cheia de histórias cuja memória interessa preservar. Esta iniciativa, aberta à Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 145, (set): 30	Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 147, (nov): 3 capa	Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 147, (nov): 3
Fonte: CMS. 2019 <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 147, (nov): 46-47	Fonte: CMS. 2020. <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 158, (nov): 47	
Fonte: CMS. 2020. <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 151, (mar): 10-11	Fonte: CMS. 2021. <i>Sesimbr'Acontece</i> n° 160, (jan): 45	



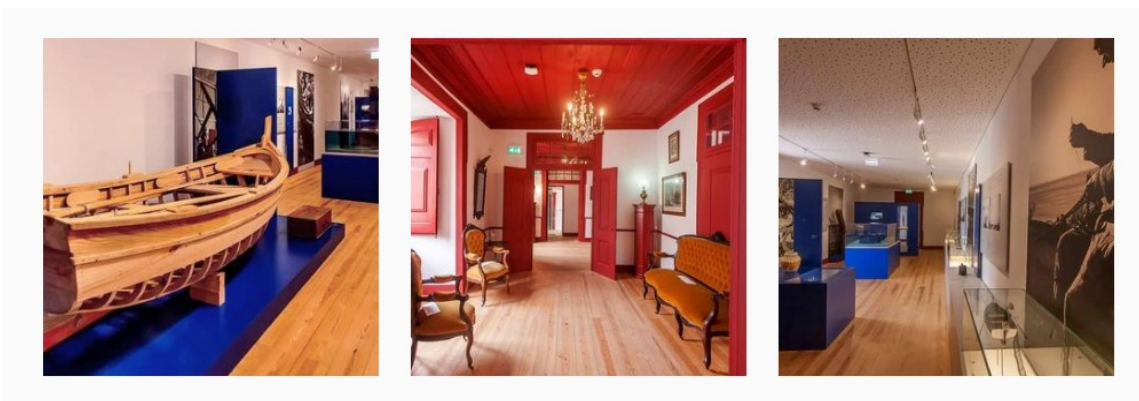
Fonte: CMS. 2022. *Sesimbr'Acontece* nº 169, (jan): 8-9

Fonte: CMS. 2022. *Sesimbr'Acontece* nº 171, (mar): 48



Fonte: CMS. 2019. *Serviços e Projetos Educativos, 2019-2020*: 10-11

Fonte: CMS. 2019. *Serviços e Projetos Educativos, 2019-2020*: 28-29



Fonte: Instagram (@museu_sesimbra), 18 maio 2021

Foco nas pessoas:

 Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i>, nº 141, (mai): 37	 Fonte: CMS. 2019. <i>Sesimbr'Acontece</i>, nº143, (jul): capa
 Fonte: CMS. 2020. <i>Sesimbr'Acontece</i>, nº 150, (fev): 8-9	 Fonte: CMS. 2022. <i>Sesimbr'Acontece</i>, nº174, (jun): 39
 Fonte: Instagram (© Museu Municipal de Sesimbra), 14 setembro 2019	

Anexo IX – Quadro-síntese da oferta de programação patrimonial entre janeiro de 2019 e junho 2022

Programação Cultural variada	
Apresentação de Livros	<u>4 jul. 2019</u> - Apresentação do livro "Homens do mar: os portugueses que se destacaram na história marítima de Portugal" de José António Rodrigues Pereira <u>18 jul. 2019</u> - Apresentação do livro "Sesimbra...três freguesias, um concelho" de José Arsénio
Conversa na Capela	<u>8 jun. 2019</u> - "As Boticas no Portugal Moderno: Os Receituários Particulares" <u>7 mar. 2020</u> - "Imaginário processional de vestir nos séculos XVII a XIX: tipologias e conceitos" <u>1 abr. 2022</u> - "As divindades marinhas"
Exposições Temporárias (CESM)	<u>8 jun. a 24 nov. 2019</u> - "A arte farmacêutica em Sesimbra em finais do século XX" <u>15 a 29 de set. 2019</u> - Exposição fotográfica "Cabo...memórias de pedra" de José Arsénio <u>7 mar. a 12 abr. 2020</u> - "As imagens de vestir da antiga Capela de São Sebastião" <u>28 nov. 2021 a 9 jan. 2022</u> – “O presépio popular de barro em Portugal”
Exposições Temporárias (Av. 25 Abril)	<u>mai. a out. 2019</u> – “Pescadores de Sesimbra”, exposição Fotográfica (de out. a fev 2020 encontra-se na Casa da Memória/Casa do Bispo) <u>dez. 2021 a ?</u> – Arte Sacra de Sesimbra - Conhecer, Preservar e Divulgar¹⁵²
Exposições Temporárias (Fortaleza)	<u>jul. 2019 a ?</u> – “Memórias da Praia e Banhos de Mar em Sesimbra”
Exposições Temporárias (Museu Marítimo)	<u>18 de out 2019 a ?</u> - (H)à Arte no Museu: exposição de origami de Eduardo Cheis (a 01.10.2021 ainda permanecia a exposição) Até set. 2022 – “Peças do Aquário Vasco da Gama em exposição no Museu Marítimo de Sesimbra”

¹⁵² Embora em agenda, sabe-se que a exposição não chegou a realizar-se.

Exposições Temporárias (Edifício nº 1 da Rua. Dr. Aníbal Esmoriz)	<u>7 de ago. a 7 set. 2021</u> - Exposição fotográfica de José Arsénio
Exposições Temporárias (Biblioteca Municipal)	<u>14 mai 2019 a ?</u> - Exposição bibliográfica: "Gentes do Mar: memórias e tradições" <u>29 jun. a 9 jul. 2022</u> – Exposição fotográfica: “João Taborda, Um fotógrafo humanista”
Lançamento da revista Akra Barbarion	Nº3 – 30 março 2019 Nº 4 – 28 março 2020 Nº 5 – 6 novembro 2020
Oficinas	<u>15 agos. 2019</u> – Quintas no Museu, 21h30. Oficina de origami "Criaturas Marinhas" (Fortaleza Santiago) <u>20 e 26 de out. 2019</u> - Oficina "Um mar de plástico" <u>28 mar. 2020</u> - Oficinas de Saber e Partilha "Nós de pescador", por António Pólvora (da comunidade) <u>20 mar. 2022</u> - Oficina "Os nossos fósseis" <u>14 mai. 2022</u> – Oficina “Os nossos fósseis”
Palestras / Fóruns / Conversas	<u>14 set. 2019</u> - Palestra "Algumas incorreções sobre a história da Fortaleza de Santiago" (CESM) <u>7 fev. 2020</u> – Fórum. “Museu Marítimo de Sesimbra, um Museu da Comunidade: sugestões para 2020” (Museu Marítimo) <u>28 fev. 2020</u> – “Do Museu Marítimo para o Mundo. Conversas em viagem: Índia” (Museu Marítimo) <u>25 fev. 2022</u> - Conversa "Microplásticos na Água, Fundo e Peixes do mar da Arrábida" (Museu Marítimo de Sesimbra)
Património à La Carte	<u>14 jun. 2019</u> – “Geologia e Arqueologia: do castelo à Ribeira.” <u>5 jul. 2019</u> – “Memórias vivas das conserveiras de Sesimbra” <u>19 jul. 2019</u> - “O museu na rua, pela Sesimbra quinhentista

Passeios, "Pedalar, caminhar e navegar pelo património" ¹⁵³	desde fev. 2022 <u>15 mai. 2022</u> – (caminhada) “Castelo, Museu e Capela”
“Pedalar e caminhar pelo património” (passeios de bicicleta ou a pé que desvenda a história e curiosidades sobre cada local)	<u>mar. a jul. 2019</u> – desde a Lagoa Pequena ao Cabo Espichel, passando pela Serra do Risco e pelo Castelo de Sesimbra (26 Maio 2019) <u>16 jun. 2019</u> - "Pedalar e caminhar pelo património: subida ao castelo de Sesimbra"
Programação digital	<u>Terças-feiras de abril 2020</u> : “Museu em Casa-Museu Marítimo de Sesimbra” ¹⁵⁴ e “Museu em Casa - Capela do Espírito Santo dos Mareantes” ¹⁵⁵ <u>Quintas-feiras de abril de 2020</u> : “O Museu mais perto de si, Serviço Educativo” ¹⁵⁶ <u>maio de 2020</u> : Apelo na partilha de testemunhos a divulgar online nas redes sociais ¹⁵⁷ <u>Terças-feiras de junho 2020</u> : “O Museu em Casa - Capela do Espírito Santo dos Mareantes” ¹⁵⁸ <u>Quintas-feiras de junho 2020</u> : “O Museu mais perto de si - Serviço Educativo” ¹⁵⁹

¹⁵³ "Os passeios são acompanhados por técnicos de desporto e da área do património que, em cada paragem, fazem um enquadramento do local e da sua história." Fonte: *Sesimbr'Acontece*, nº 170, Fev 22, p. 12-13

¹⁵⁴ Vídeo 1 - Os anzóis e os pesos de rede; Vídeo 2 - O brinco fenício e os romanos; Vídeo 3 - Armação à Valenciana; Vídeo 4 - Pesca do Espadarte (Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=LvAphOecmAs&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPb>), consultado em 18.10.2021)

¹⁵⁵ Vídeo 1 - O edifício e a confraria do Espírito Santo; Vídeo 2 - A coleção de arte sacra; Vídeo 3 - O antigo sprital (hospital); Vídeo 4 - A exposição temporária, As imagens de vestir da antiga Capela de São Sebastião. (Cf. <https://www.youtube.com/watch?v=LvAphOecmAs&list=PL1vNC473Kmg1WUPfv7D3OdtOuD3xFPPb>), consultado em 18.10.2021)

¹⁵⁶ Vídeo 1 - O Pescador - O Anzol; Vídeo 2 - O Pescador - O nó; Vídeo 3 - Vamos ao mar - barco de papel; Vídeo 4 - Vamos ao mar - origami o peixe (Cf. <https://www.youtube.com/playlist?list=PL1vNC473Kmg34bSugON0IP5jSam46EwsN>), consultado em 18.10.2021)

¹⁵⁷ "(...) o Museu Municipal de Sesimbra pretende valorizar o património cultural através da partilha digital de testemunhos, saberes, histórias ou inspiração artística, com o mar e a história local como denominador comum. Os interessados podem participar com uma história, imagem, poema, testemunho, receita culinária ou um saber tradicional, através de foto, desenho, registo escrito ou vídeo (máximo de 4 minutos)." (*Sesimbr'Acontece*, nº153:14-45)

¹⁵⁸ Episódio 5 - Sob o véu pictórico da Adoração dos Magos; Episódio 6 - Conhece Santo Amaro de Glanfeuil?

¹⁵⁹ “Vídeos didáticos sobre as peças do Museu Marítimo e a história de Sesimbra”

	<u>jul. 2020</u> – “Oficinas da Memória - partilha digital Museu Marítimo” (Apelo à partilha digital de testemunhos...) <u>desde jun. 2021 a jun. 2022</u> - Visitas digitais ao Museu Marítimo de Sesimbra, "Do Museu Marítimo para o Mundo" (Museu Marítimo de Sesimbra via WhatsApp)
Sesimbra, Memória e Identidade	<u>22 de mai. 2019</u> – “Santos Populares” <u>12 jul. 2019</u> – “Pesca do Espadarte” <u>31 ago. 2019</u> – “Memórias dos bombeiros voluntários de Sesimbra” <u>25 out. 2019</u> – “Memórias dos moços chamadores” <u>11 mar. 2022</u> - "Memórias da Pesca em Sesimbra" <u>2 abr. 2022</u> - "Memórias da Freguesia de Santiago" <u>13 mai. 2022</u> - “As superstições dos nossos avós” <u>3 jun. 2022</u> - “Brinquedos e brincadeiras passadas”
Outra programação cultural	<u>7 mai. 2019</u> – convite à população para integrarem uma ação cultural comunitária ("A partir do levantamento das memórias da comunidade e dos espaços emblemáticos da vila de Sesimbra, criaremos uma produção artística a apresentar em setembro, no Cinetatro Municipal.") <u>14 mai. 2022</u> - Open call – “Ouvir o mar daqui”¹⁶⁰
Visitas	<u>22 agos. 2019</u> - Visita guiada por uma bióloga marinha: "Estórias de um mar especial - um mergulho no museu" (Museu Marítimo) <u>29 ago. 2019</u> - "(H)à arte no museu: visitas com poesia" (visita pelo Museu Marítimo através da poesia local, na primeira pessoa) <u>Sábados e domingos de jun. 2020</u> - Visitas guiadas (Castelo de Sesimbra, CESM, Museu Marítimo, Fortaleza de Santiago) <u>30 set. 2020</u> - Visita "As imagens de vestir da antiga capela de S. Sebastião" <u>jul. a ago. 2020</u> – “Visitas pelo Património” (permite o agendamento das visitas – após primeiros confinamentos devido à pandemia)

Dia 4 - Tradições. Santos Populares "O majerico" (sic); Dia 11 - Vamos assinalar - o dia de corpo de Deus e Pentecostes; Dia 18 - Teatro de papel - Sesimbra e o seu brasão

¹⁶⁰ “OUVIR O MAR DAQUI é um projecto teatral que parte de um trabalho de recolha de memórias marítimas e piscatórias, com textos de Raul Brandão e do poeta sesimbrense Zé Preto. Uma navegação pela vila e o seu património, guiada pela comunidade, numa iniciativa do Museu Marítimo de Sesimbra.” (Fonte: Facebook do Museu Marítimo de Sesimbra,

<https://www.facebook.com/museu.maritimo.sesimbra/photos/a.641956459640702/1361938384309169/> consultado em 18.06.2022)

	<u>2 set. 2021</u> - Visita dramatizada/ Teatro, “Cezimbra quinhentista”, por Companhia Sui Generis <u>Sábados e domingos de abr., mai. e jun. de 2022</u> – “Conhecer e Valorizar a Arte em 15 minutos”
Programação no âmbito de dias festivos / projetos / eventos	
Aniversário Junta de Freguesia do Castelo	<u>8 abr. 2022</u> - Visita à Sesimbra Quinhentista (local de encontro Museu Marítimo)
Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios (18 de Abril)	<u>15, 16 e 17 abr. 2022</u> - Visita à Capela e Hospital do Espírito Santo dos Mareantes <u>16 abr. 2022</u> - Oficina "Os nossos fósseis" (Museu Marítimo)
Dia Internacional dos Museus (18 de Maio)	<u>11 mai. 2019</u> - "Carapau seco: do estendal ao prato" (ida ao mercado e workshop de cozinha) <u>11 mai. 2019</u> - "Sessão de náutica no Museu Marítimo" (conversa informal com o comandante José Rodrigues Pereira e o mestre do alto João Conceição) <u>17 mai. 2019</u> – “Sesimbra, Memória e Identidade. As festividades em honra do Senhor Jesus das Chagas, o círio de Nossa Senhora do Cabo Espichel e a procissão marítima da Senhora da Boa Viagem” <u>18 de mai. 2019</u> - Noite dos Museus "Os museus como eixos culturais: o futuro das tradições" - Visita Dramatizada pela Sesimbra Quinhentista <u>19 mai. 2019</u> - Oficina "Vamos jogar e descobrir o espaço que vamos visitar. Será no interior ou no exterior?", para famílias <u>Quintas-feiras de mai. de 2020:</u> - O Museu mais perto de si - Serviço Educativo ¹⁶¹ Terças-feiras de mai. 2020: O Museu em Casa - Museu Marítimo de Sesimbra ¹⁶² <u>mai. 2020</u> - <u>Oficinas do Saber</u> (o Museu Marítimo convida a celebrar o nosso património através da partilha digital de testemunhos, saberes, histórias ou inspiração artística, tendo o mar, e a história local, como denominador comum.) <u>15 mai. 2021</u> - Espetáculo de Teatro, pelo PIA – Projetos de Intervenção Artística

¹⁶¹ Dia 7 - À descoberta, teatro de papel Lenda de Zimbra; Dia 14 - Vamos assinalar - dia internacional dos museus; Dia 21 - Com as mãos vamos - pôr as mãos na massa; Dia 28 - Vamos assinalar - aniversário do museu e o dia do pescador

¹⁶²

Episódio 5 - A chinha ou a arte do caneiro; Episódio 6 - A pesca do peixe espada branco; Episódio 7 - A arte do cerco americano - traineira.

	(Fortaleza de Santiago) <u>14 mai. 2022</u> - Palaphita por PIA - Projetos de Intervenção Artística (Fortaleza de Santiago) <u>18 mai. 2022</u> - Simbologias (In)visuais” (CESM) <u>21 mai. 2022</u> – “A arte de navegar - oficina de saber e partilha”
Dia Nacional dos Castelos (7 Outubro)	<u>18 out. 2019</u> - "A salto no castelo"
Dia Nacional do Mar (16 Novembro)	<u>15 a 16 nov 2019</u> - I Encontro de Patrimónios e Cultura Marítima. A construção naval: do risco ao barco. Inclui: 15 Nov. 2019 – “Sesimbra, memória e identidade: memórias da construção naval sesimbrense” (CESM) e 16 Nov. 2019: Património Vivo – Visita aos Estaleiros Navais e Porto de Pesca (Doca Pesca) <u>15 nov. 2020</u> - "Um livro à janela que histórias pode contar" (Fortaleza de Santiago) <u>16 nov. 2020</u> - Teatro "Daqui, vejo o mar", criação da Companhia de Teatro Sui Generis (Fortaleza de Santiago) <u>5 nov. 2021</u> - Conversa na Capela: A pesca artesanal do bacalhau: o outro lado do bacalhau da Noruega <u>13 nov. 2021</u> - Lançamento de livro “Padrões de Movimento de Raias na Arrábida”, de Inês Sousa
Dia Nacional do Pescador (31 de Maio) e Aniversário do Museu Marítimo	<u>12 a 31 de mai. 2019</u> - "Quinzena Gastronómica, Sesimbra é Peixe" (restaurantes locais) <u>31 mai. 2019</u> - "Sessão de partilha - histórias da terra e do mar", conversa informa, visita ao museu e concerto (Museu Marítimo) <u>31 mai. 2019</u> - "O Museu de portas abertas" ("Tendo por mote a participação dos nossos pescadores e das nossas mulheres do mar, o Museu Marítimo convida os visitantes a embarcar numa visita guiada especial, repleta de testemunhos na primeira pessoa.") <u>31 mai. 2019</u> - Oficina - "Vamos à pesca. Qual será a arte?", famílias <u>2 jun. 2019</u> - Homenagem aos pescadores falecidos <u>29 mai. 2021</u> - Espetáculo de Teatro, "Horizonte", pela Companhia de Teatro Sui

	Generis <u>28 e 29 mai. 2022</u> - Jornadas de Estórias de Mar¹⁶³ (vários locais – Fortaleza de Santiago, CESM, vila de Sesimbra)
Dia do Pai	<u>19 mar. 2022</u> - Visita acompanhada pelo Museu Marítimo
EEA Grants	<u>25 jun. 2022</u> – Oficina: “É Tradição enfeitar a rua pelo S. João” <u>25 jun. 2022</u> – “Memórias das ruas enfeitadas: Visita Acompanhada à Rua dos Pescadores” <u>29 jun. 2022</u> - Oficina de culinária: “Caldeirada: do Pescador à rua enfeitada”
Jornadas Europeias do Património	<u>11 set. 2019</u> - (H)à Arte do Museu: Patrimónios com jazz. Visita dramatizada pela Sesimbra quinhentista. (visita com música em diferentes locais Capela do Espírito Santo dos Mareantes, Igreja Matriz de Santiago, Fortaleza de Santiago) <u>28 set. 2019</u> - Teatro "Ouvir o mar daqui - uma navegação teatral pelas ruas de Sesimbra" <u>28 set. 2019</u> - Workshop de culinária "Arroz de sardinhas" <u>25 a 27 set. 2020</u> - "Visitas com Twist"(CESM) <u>26 set. 2020</u> - "Estórias à Janela", famílias (Castelo) <u>1 out. 2021</u> - Visita acompanhada, "Conhecer e Descobrir o Castelo de Sesimbra ...À Noite" (Castelo de Sesimbra) <u>2 e 3 out. 2021</u> - Visita Acompanhada, "Conhecer e descobrir a Capela do Espírito Santo dos Mareantes" (CESM) Visita com Serviço Educativo, "Vem conhecer o teu património" (centro histórico)
Receção à comunidade educativa	<u>28 set. 2019</u> - Visita guiada ao Museu Marítimo de Sesimbra
Santos Populares	<u>22 e 29 de jun. 2019</u> - Oficina "É tradição enfeitar a rua pelo S. João" <u>29 jun. 2019</u> - Workshop: "Caldeirada: do pescador à rua enfeitada"

¹⁶³ “Resultando da junção entre contos literários de cariz marítimo e a partilha de estórias, memórias e experiências de vida, por parte da comunidade sesimbrense, relacionadas com a temática marítima, a primeira edição das Jornadas de Estórias de Mar tem por objetivo divulgar um legado imaterial com mais de cinco mil anos, o qual, durante dois dias, irá invadir ruas, praças, becos, janelas e equipamentos culturais da vila de Sesimbra, acompanhado por música e animação teatral. Resultando de uma colaboração entre o Museu, a Biblioteca Municipal de Sesimbra, o serviço de Animação Cultural e a Junta de Freguesia de Santiago, conta com a produção da companhia de teatro Sui Generis, e incluirá a participação de voluntários, atores, músicos, poetas e outros contadores de estórias.” (Sesimbr’Acontece, nº 173, Maio 2022, p. 29)

Anexo X – Cronograma da oferta de programação patrimonial entre janeiro de 2019 a junho de 2022

PROGRAMAÇÃO CULTURAL													2019												2020												2021												2022						Núcleos museológicos e patrimoniais					Outros locais
por TIPOLOGIAS													Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Castelo	CESM	Mmar	Fortaleza	Vila													
Exposição permanente - Castelo																																																												
Exposição permanente - CESM																																																												
Exposição permanente - Mmar																																																												
Exposições Temporárias na CESM																																																												
Exposições Temporárias no Mmar																																																												
Exposições Temporárias na Fortaleza																																																												
Exposições Temporárias na Av. 25 Abril																																																												
Exposições Temporárias no edifício nº1 R. Aníbal Esmoriz																																																												
Exposições Temporárias na Biblioteca Municipal																																																												
Apresentação de livros (temas patrimoniais)																																																												
Lançamento da revista Akra Barbarion																																																												
Conversas na Capela																																																												
Oficinas																																																												
Palestras / Fóruns / Conversas																																																												
Património à La Carte																																																												
Pedalar e caminhar pelo património / Pedalar, caminhar e navegar pelo património																																																												
Programação digital																																																												
Sesimbra, Memória e Identidade																																																												
Outra programação cultural																																																												
Visitas																																																												
por DIAS COMEMORATIVOS																																																												
Aniversário Junta de Freguesia do Castelo																																																												
Dia Internacional dos Monumentos e dos Sítios																																																												
Dia Internacional dos Museus																																																												
Dia Nacional dos Castelos																																																												
Dia Nacional do Mar																																																												
Dia Nacional do Pescador e Aniversário do Museu Marítimo																																																												
Dia do Pai																																																												
EE Grants																																																												
Jornadas Europeias do Património																																																												
Receção à comunidade educativa																																																												
Santos Populares																																																												

Anexo XI – Missão e objetivos do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra¹⁶⁴

Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra

APRESENTAÇÃO

O Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra enquanto elemento caracterizador de uma realidade histórica e espacial, procura proporcionar ao cidadão vias de encontro com essa mesma identidade, afirmando-se como espaço de representação e investimento vivencial, promovendo a envolvimento da comunidade e contribuindo de forma decisiva para a sensibilização em relação a acções inerentes à valorização do património cultural e natural, bem como à criação de uma rede concelhia de apoio e fruição desse mesmo património.

Missão e objectivos do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra:

Ao Serviço Educativo compete genericamente a elaboração dos diferentes programas de actividades e de visitas aos núcleos do Museu Municipal, tendo por princípio a procura da melhor maneira de servir o público, de atender às suas curiosidades, interesses e dúvidas. O meio para atingir os objectivos deve passar pelo apelo à participação e capacidade individual de percepção, por forma a estimular a atitude lúdica de descoberta:

- Programar e desenvolver de actividades lúdicas e pedagógicas destinadas a públicos diversificados.
- Divulgar os núcleos museológicos e acervos na sua multiplicidade temática.
- Fomentar o gosto pelo património, sua compreensão e valorização.
- Promover experiências culturais e sociais relevantes para os públicos- alvo.
- Realizar visitas orientadas aos núcleos museológicos e exposições temporárias.

¹⁶⁴ Transcreve-se a totalidade do conteúdo do documento em *word* disponibilizado no *website* do MMS (Museu Municipal de Sesimbra, s.d. b)

- Desenvolver projectos de parceria com as escolas, universidades, outros serviços públicos e associações diversas.
- Desenvolver actividades específicas, por exemplo associadas ao Dia Internacional dos Museus; Dia Internacional dos Monumentos e Sítios; Dia Internacional do Mar; Dia Mundial do Turismo; Dia Mundial da Criança; Dia do Concelho; Dia dos Centros Históricos; programação de Verão; etc.
- Desenvolver projectos específicos para os designados grupos de excepção: infantários, idosos (centros de dia) e instituições de apoio a pessoas com deficiência.
- Realização de acções de sensibilização para professores, técnicos de turismo ou profissionais dos museus e património, relacionadas com as temáticas do museu.

INFORMAÇÕES:

O Museu Municipal de Sesimbra disponibiliza à comunidade oferta de Serviço Educativo explorando as principais temáticas e disciplinas sobre as quais se debruça, nos diferentes Núcleos do Museu Municipal

Informações e marcações através de museu@cm-sesimbra.pt ou através de eduardo.cunha@cm-sesimbra.pt.

Bilhética: Serviço gratuito”

**Anexo XII – Oferta do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra, entre
2019 e 2022**

Tipologia	Oferta	Núcleo Museológico / Local
2019 / 2020		
Visita jogo	“À descoberta dos segredos do Castelo de Sesimbra”	Castelo
Visita orientada	“Passeio pela História da Vila de Sesimbra”	Vila de Sesimbra
Visita orientada	"Capelas e Igrejas de Sesimbra - visita aos espaços de devoção de Sesimbra"	Vila de Sesimbra
Visita orientada	"À descoberta"	CESM
Visita oficina	"Imaginar e relacionar"	CESM
Visita orientada	“O Castelo”	Castelo
Visita oficina	"Atividade Hand's on – Escavação Arqueológica"	Castelo
Visita descoberta	"Pelos 4 Cantos do Castelo"	Castelo
Visita orientada	“O pescador”	Museu Marítimo
Visita oficina	“Vamos ao mar”	Museu Marítimo
Visita orientada	"Vamos à lota"	Lota de Sesimbra
2020 / 2021		
Visita orientada	"À descoberta"	CESM
Visita oficina	"Imaginar e relacionar"	CESM
Visita orientada	“O Castelo”	Castelo
Visita oficina	"Atividade Hand's on – Escavação Arqueológica"	Castelo
Visita descoberta	"Pelos 4 Cantos do Castelo"	Castelo
Visita oficina	“Vamos ao mar”	Museu Marítimo
Visita orientada	"Vamos à lota"	Lota de Sesimbra
Visita orientada e oficina	“Agora é a tua vez” (ensino especial)	Vários locais
Visita orientada	“Museu dentro e fora de portas” (universidade sénior)	Vários locais
Visita orientada e oficina	"O Património é teu..."	Vários locais
Visita guiada digital	"Museu em Casa"	Museu online
2021 / 2022		
Visita orientada	"À descoberta"	CESM
Visita oficina	"Imaginar e relacionar"	CESM
Visita orientada	“O Castelo”	Castelo
Visita oficina	"Atividade Hand's on – Escavação Arqueológica"	Castelo
Visita descoberta	"Pelos 4 Cantos do Castelo"	Castelo

Visita orientada	"Vamos à lota"	Lota de Sesimbra
Visita orientada e oficina	"O Património é teu..."	Vários locais
Visita guiada digital	"Museu em Casa - era digital"	Online
Visita orientada	"O polvo Serafim"	Museu Marítimo
Visita orientada	"Vamos ao mar que o polvo Serafim vai ajudar"	Museu Marítimo

Anexo XIII – Quadro de análise de conteúdo aos inquéritos: o que o/a une ao património da vila de Sesimbra

Categorias	Subcategorias	Indicadores (valores e verbos)	Unidades de Registo	Quant.
Objeto		Valor estético / formal e/ou económico e material - Conhecer Identificar Reconhecer Diferenciar Localizar	n=8 “Sente que a população reconhece a sua riqueza” n=32 “A praia, <u>pela beleza</u> e vivências (amigos)” n=34 “Muito bonito” n=41 “Beleza” n=90 “Acho esse património um local histórico e interessante”	5
Texto		Valor histórico e cultural - Compreender Entender Associar Dissociar Asimilar Deduzir Inferir Pensar	n=1 “Reconhece que se trata de algo histórico” n=3 “Por ser histórico” n=8 “Sente que a população reconhece a sua riqueza” n=9 “Ligação de afetividade, onde viveu, e descoberta através de uma visita que realizou dos vários elementos históricos presentes nas ruas. Reconhecimento da importância desse património.” n=10 “Reconhece a importância histórica” n=36 “As raízes históricas e as vivências com a família” n=37 “História de Portugal (castelo e fortaleza), A cultura de Sesimbra (mural do pescador)” n=43 “Reconhece a sua história” n=45 “Os meus pais, os meus avós que viram como realmente era.” n=51 “A festa e a tradição” n=55 “A história”	17

			n=56 “A história da vila de Sesimbra” n=61 “Reconhece (fortaleza e castelo) que são importantes pela história” n=63 “A história, algum sentimento de pertença. Reconhece a importância histórica” n=77 “Penso que seja a Vila e as pessoas que desejam conservar a história da mesma.” n=82 “Ser cidadã cá da vila e a carga histórica” n=90 “Acho esse património um local histórico e interessante”	
Contexto		Valor social - Interpretar Comentar Analisar Decifrar Revelar Representar Explicar		0
Símbolo		Valor simbólico, imaginário, mitológico, alegórico - Associar Entender Vincular Relacionar	n=18 “Sente que é a alma da comunidade.” n=37 “História de Portugal (castelo e fortaleza), A cultura de Sesimbra (mural do pescador)”	2
Extensão do sujeito		Valor identitário -	n=63 “A história, algum sentimento de pertença. Reconhece a importância histórica”	3

		Referenciar Relacionar	Identificar Vincular-se	n=64 “Ser da terra, reconhece a importância nomeadamente do quadro, trabalha na misericórdia (sentimento de pertença e de orgulho)” n=72 “Terra natal”	
Vínculo		Valor relacional -	Participar Contribuir	Construir Implicar-se	27
	Identitário	"define-me" / "quem eu sou" / "me vejo refletido" / "identifico-me" / ...		n=5 “Considera-o importante e seu” n=6 “Sente que é seu, nosso, e é importante” n=31 “A minha vida porque nasci aqui.” n=38 “Sou de família de pescadores”	4
	Familiar	"faz-me lembrar a" / "une-me a" / "a minha tia" / "a minha mãe" / "o meu pai" / ...		n=24 “Ter nascido em Sesimbra, a mãe é de uma família de pescadores” n=36 “As raízes históricas e as vivências com a família.” n=45 “Os meus pais, os meus avós que viram como realmente era.” n=62 “Por viver cá com os avós” n=74 “A minha família” n=81 “Ao que toca o Castelo, tenho memórias muito boas de ir sempre lá com o meu pai só para ver a igreja e as exposições lá feitas.”	6
	Temporal	(de localização)			0

		"recorda-me a" / "lembro-me de" / "transporta-me para" / ...		
	Passado/Infância	"quando.." / "recorda-me" / "quando eu era pequeno(a)" / "faz anos que" / "faz tempo que" / ...	n=18 “Recorda-se das suas memórias da infância e das visitas ao castelo” n=28 “As memórias de infância da festa do nosso Senhor das Chagas”	2
	Religioso	"fê" / "crenças" / "virgem" / "religião" / "sentimento religioso" / ...	n=49 “As vivências, nomeadamente as igrejas onde foi batizada e fez a primeira comunhão”	1
	Afetivo	"emociona-me" / "eu sinto" / "sentimento" / "alegria" / "felicidade" / “tristeza” / ...	n=9 “Ligação de afetividade, onde sempre viveu, e descoberta através de uma visita que realizou dos vários elementos históricos presentes nas ruas. Reconhecimento da importância desse património.”	1
	Amizade	"amigos/as" / "amizades" / "companheiros/as" / ...	n=32 “A praia, pela beleza e vivências (amigos)”	1
	Social	"grupo" / "sinto parte de" / "coletivo" / "conjunto" / ...	n=4 “A relação de proximidade com a Fortaleza, por questões profissionais, por ter trabalhado lá na capitania.” n=31 “A minha vida porque nasci aqui.” n=38 “Sou de família de pescadores” n=39, n=42 “Ter nascido cá” n=58 “A família ser de cá e ter nascido” n=62 “Por viver cá com os avós” n=64 “Ser da terra, reconhece a importância nomeadamente do quadro, trabalha na misericórdia (sentimento de pertença e de orgulho)” n=82 “ser cidadã cá da vila e a carga histórica” n=86 “Cresci em Sesimbra e participo no carnaval desde 2014”	10

	Espacial	"lugar" / "donde" / "espaço" / "povoação" / "rua" / "cidade" / ...	n=12 “Convive diariamente e é essa a sua ligação ao património da vila” n=13 “Faz parte do dia-a-dia desde pequena” n=16, n=17 “Faz parte da vivência diária” n=77 “Penso que seja a Vila e as pessoas que desejam conservar a história da mesma.”	5
	Experiencial	"experiencia" / "viagem" / "momento" / ...	n=9 “Ligação de afetividade, onde sempre viveu, e descoberta através de uma visita que realizou dos vários elementos históricos presentes nas ruas. Reconhecimento da importância desse património.”	1
Não categorizável			n=15 “Não é de Sesimbra, por isso será a empatia” n=19 “É uma referência de Sesimbra” n=23 “Sente-se bem” n=33 “Pelo privilégio de morar nesta linda Vila, orgulho grande em perceber que é visitada por pessoas de fora” n=44 “Gosta” n=66 “A vista” n=69 “Costume ir visitar” n= 84 “Fortaleza de Santiago” n=85 “nada / sim, porque é interessante” n=88 “Carnaval”	10

Anexo XIV – Quadro de análise de conteúdo aos inquéritos: uma frase ou palavra sobre o património sesimbrense

Categorias	Subcategorias	Indicadores (valores e verbos)	Unidades de Registo	Quant.
Objeto		Valor estético / formal e/ou económico e material - Conhecer Reconhecer Identificar Diferenciar Localizar	n=6 “Continuar a preservar o nosso património” n= 9 “Por favor não o destruam” n= 10 “O património está muito bem valorizado” n=12 “Estimado” n=13 “O desfrute da sua beleza” n=15 “É bonito e agradável, recomenda a visita” n=16 “Beleza” n=17 “Sente que é o património que se enquadra na própria Vila” n=18 “Uma vila sem história não interessa, por isso é importante preservar o património para não perder a alma da comunidade” n=19 “É um lugar bonito” n=21 “É bonito” n=22 “É muito bonito, vale a pena visitar, pela paisagem, igreja, eventos culturais.” n=25 “Não danifiquem os patrimónios” n=26 “Turismo com história”	39

			n=30, n=75 “É bonito” n=31 “É muito importante e devemos o preservar” n=33 “É melhor coisa que existe. Um paraíso à beira mar, que todos deviam visitar.” n=36 “Tantos patrimónios ao abandono e entregues à degradação que não devia assim ser” n=39 “É muito belo” n=40 “Mais bonito desta vila” n=44 “É algo que eu gosto” n=47 “São dois patrimónios lindos e é bom as pessoas virem ver” n=48 “Um lugar confortável com muita natureza” n=49 “Venham todos a Sesimbra que é muito bonita e tem muito que ver” n=50 “Aconselhava a visita porque é muito bonito” n=53 “É um lugar confortável para se viver, os turistas vêm, é um lugar com coisas bonitas para se ver” n=55 “Bonito, com uma boa vista para o mar, boa construção (que aguentou até hoje)” n=58 “É um sítio bonito que eu recomendo a visita” n= 61 “Lindo (fortaleza)” n=62, n=67 Lindo n=63 “A luz, por lembrar Lisboa. A arquitetura, a luz.” n=66 “Magnífico” n=73 “É maravilhoso!” n=74 “Rica e linda” n=76 “Bonito e com história”	
--	--	--	---	--

			n=86 “Fascinante” n=89 “É um lugar bonito com muita natureza”	
Texto		Valor histórico e cultural - Compreender Entender Associar Dissociar Assimilar Deduzir Inferir Pensar	n=7 “História” n=18 “Uma vila sem história não interessa, por isso é importante preservar o património para não perder a alma da comunidade” n=26 “Turismo com história” n=29 “Tradicional” n=37 “Histórico Cultural” n=43 “Uma vila com património histórico de valor e inqualificável” n=55 “Bonito, com uma boa vista para o mar, boa construção (que aguentou até hoje)” n=69 “Que fazem parte da história de Sesimbra e de como Sesimbra foi conquistada” n=76 “Bonito e com história” n=79 “Antigo” n=82 “Herança de hábitos e costumes dos nossos antepassados” n=90 “Diria que é um importante marco histórico com muito para mostrar e para ser revelado”	12
Contexto		Valor social - Interpretar Comentar Analisar Decifrar Revelar Representar Explicar		0

Símbolo		Valor simbólico, imaginário, mitológico, alegórico - Associar Entender Vincular Relacionar	n=3 “Sesimbra piscosa “ n=18 “Uma vila sem história não interessa, por isso é importante preservar o património para não perder a alma da comunidade” n=24 “Sesimbra é peixe” n=78 Religioso	4
Extensão do sujeito		Valor identitário - Referenciar Identificar Relacionar Vincular-se		0
Vínculo		Valor relacional - Participar Construir Contribuir Implicar-se		2
	Identitário	"define-me" / "quem eu sou" / "me vejo refletido" / "identifico-me" / ...		0
	Familiar	"faz-me lembrar a" / "une-me a" / "a minha tia" / "a minha mãe" / "o meu pai" / ...		0
	Temporal	(de localização) "recorda-me a" / "lembro-me de" / "transporta-me para" / ...		0

	Passado/Infância	"quando..." / "recorda-me" / "quando eu era pequeno(a)" / "faz anos que" / "faz tempo que" / ...	n=5 “A memória da primeira ida ao castelo, numa viagem de autocarro, quando era pequena, há 65 anos atrás, e da alegria que sentiu.” n=28 “Oh tempo volta para trás”	2
	Religioso	"fé" / "crenças" / "virgem" / "religião" / "sentimento religioso" / ...		0
	Afetivo	"emociona-me" / "eu sinto" / "sentimento" / "alegria" / "felicidade" / “tristeza” / ...		0
	Amizade	"amigos/as" / "amizades" / "companheiros/as" / ...		0
	Social	"grupo" / "sinto parte de" / "coletivo" / "conjunto" / ...		0
	Espacial	"lugar" / "donde" / "espaço" / "povoação" / "rua" / "cidade" / ...		0
	Experiencial	"experiencia" / "viagem" / "momento" / ...		0
Não categorizável			n=1 “Deveria ser melhor aproveitado, mais relação com quem vive cá. Está pobre.” n=4 “Aconselhava a visita à vila e a esse património edificado” n=8 “É algo único” n=11 “Horários, se os museus estivessem abertos as pessoas iam mais” n=23 “Gosto muito e sinto-me bem nele”	28

			n=32 “Magnífico e simpatia” n=34 “Ir ao castelo” n=35 “Que é importante visitar” n=38 “Maravilhoso” n=41 “Sol que trás pessoas, alegria e tudo” n=42 “Sesimbra é Sesimbra” n=45 “É único” n=46 “Apelativo” n=52 “Visitem” n=56 “São locais importantes para a vila” n=57 “Cabo Espichel” n=59 “Diversificado” n=60 “Visitar o castelo” n=64 “Todas as pessoas deveriam visitar e conhecer” n=70; n=71 “Bom e interessante” n=77 “Muito difícil de encontrar (num bom sentido claro)” n=80 “Acolhedora” n=81 “Vale a pena visitar” n=84 “Vêm em Sesimbra conhecer ao património” n=85 “Tem bom peixe” n=87 “Boa comida” n=88 “O peixe é bué bom”	
--	--	--	--	--

Perguntas no âmbito da investigação para dissertação de Mestrado em Património, pela Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, por Carla Patrícia Azevedo Godinho, cujo tema é “O papel da sensibilização patrimonial no seio das comunidades locais. O caso de Sesimbra.”

Pretendemos investigar a relação estabelecida entre o património e as pessoas, partindo do estudo de caso da vila de Sesimbra. Surge, por isso, a necessidade de entrevistar um técnico do Museu Municipal, da Divisão de Cultura da Câmara Municipal, por ser esta a entidade responsável pela gestão do património na vila de Sesimbra. Seguem, deste modo, as perguntas apoiadas naqueles que são os vários documentos / artigos / sítios da web / ... sobre o património em Sesimbra e, em particular, o trabalho desenvolvido pelo Museu Municipal.

1. O Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra é definido enquanto "espaço de representação". Deste modo, quais as estratégias educativas que têm vindo a ser postas em prática para a promoção do património enquanto valor identitário? De que forma as pessoas conseguem relacionar-se, identificar-se e/ou vincular-se a esse património?

R: No âmbito das coleções dos vários núcleos museológicos e do património envolvente do concelho, através numa perspetiva de educação não-formal com carácter pedagógico e lúdico, o Serviço Educativo executa atividades e projetos que têm como objetivo de promover uma aproximação dos públicos, proporcionando uma aprendizagem enriquecedora e experiências gratificantes, valorizando a memória social local e promovendo a igualdade de oportunidades para pessoas com deficiência, na ótica da sua integração ativa na sociedade.

¹⁶⁵ Transcrição do cabeçalho, perguntas e respostas enviadas por *e-mail* a 15.12.2021, devolvidas a 25.02.2022, e respondidas por Dr.^a Andreia Conceição (Museu Marítimo) e Dr. Eduardo Cunha (Serviço Educativo) do Museu Municipal de Sesimbra.

2. Tendo em conta os objetivos do Serviço Educativo do Museu Municipal de Sesimbra, de que forma este serviço promove a envolvimento da comunidade com o património cultural? Quais as estratégias? Que dificuldades encontram?

R: Na ótica do envolvimento da comunidade com o património do concelho, o Serviço Educativo recorre a inúmeras estratégias, de que podemos destacar a utilização de ferramentas tais como equipamentos digitais, réplicas de peças do acervo do museu e outros materiais de apoio. Com efeito, esta estratégia permite criar uma realidade momentânea facilitadora da leitura e absorção dos temas abordados e trabalhados no decurso das atividades.

Ao nível das dificuldades, destacamos a baixa escolaridade e as necessidades específicas de alguns participantes, nomeadamente a nível físico e intelectual, as quais poderão limitar o sucesso de algumas atividades.

3. Um dos objetivos do Museu Marítimo de Sesimbra, expostos nas suas normas, passa pela criação de “Clubes do Património”: este objetivo foi alcançado? De que forma e quais as dificuldades sentidas? Quais os objetivos principais do Clube?

R: A implementação dos Clubes ainda não foi concretizada. No entanto, o objetivo dos mesmos prende-se com a criação de eles com o público jovem e a comunidade escolar, fomentando a sua participação ativa na conceção de atividades e execução das mesmas.

4. Nas práticas políticas da autarquia tem se vindo a enfatizar a participação dos cidadãos, numa lógica de proximidade, potenciando o movimento associativo e o fomento da participação cívica. No que diz respeito ao património, de que forma se tem vindo a implicar os sesimbrenses nessa participação cívica?

R: Capitalizando a estreita ligação que, desde a sua génese, o museu possui com a comunidade, a programação regular visa a participação ativa dos sesimbrenses, quer na

conceção, quer na concretização de atividades, numa ação totalmente inovadora e sem precedentes.

Com efeito, no início de cada ano, são realizados contactos com diferentes elementos da comunidade, de que podemos destacar o movimento associativo, ONGs, juntas de freguesia, pescadores e outros “Amigos do Museu”, no sentido de ouvir as suas propostas.

Esta ação, permitiu a introdução de novos conceitos ao nível da programação, baseados na salvaguarda, e partilha, de antigas memórias e saberes tradicionais, praticamente esquecidos, possibilitando, ao público em geral, ter acesso aos mesmos, de forma genuína e espontânea. Neste domínio, importa destacar a associação do museu aos moradores da emblemática “Rua dos Pescadores”, em Sesimbra, incentivando-os a retomar a tradição, perdida há duas décadas, de a decorar pelos santos populares, reintroduzindo a celebração coletiva da “Caldeirada de S. Marçal”, da noite de fados, e da tertúlia de poesia.

Receitas culinárias seculares, artes de pesca milenar, antigas técnicas de conservação de alimentos, navegação empírica, ou produção de apetrechos de pesca, são alguns dos temas das atividades, cuja execução conta, também, com a participação de investigadores e académicos, numa junção inédita de conhecimentos diversificados sobre as mesmas matérias.

Paralelamente, também as manifestações artísticas como as artes plásticas, o teatro, a música e a poesia são valorizados na programação, mediante a participação de atores locais, em regime de voluntariado.

5. Um dos objetivos do envolvimento comunitário ativo em torno da valorização do património cultural marítimo sesimbrense para o próximo quadriénio passa pela criação de uma parceria com a Associação do Património Cultural Marítimo dos Mareantes e Pescadores de Sesimbra. De que forma se vai implementar esse objetivo e que protocolos de avaliação dos resultados estão a ser pensados?

R: A parceria irá ter por base a criação do estaleiro-escola “Acácio Vidal Farinha” e terá por objetivo, entre outros pontos, fomentar a preservação de embarcações tradicionais

em madeira como a Aiola ou a Barca do Alto, promovendo a formação na área da construção naval em madeira.

O objetivo irá ser implementado através do envolvimento ativo da comunidade piscatória, baseada na partilha de experiências e conhecimentos, sendo a avaliação de resultados baseada no nível de participação e do número de embarcações reabilitadas.

6. Tendo em conta as estratégias camarárias de valorização do património cultural sesimbrense, considera que a população está de uma forma geral sensibilizada para o património? Isto é, as pessoas reconhecem o seu valor e, de uma forma espontânea e natural, cuidam, desfrutam ou transmitem o património sesimbrense? Consegue-me dar exemplos?

R: Em geral, a comunidade está sensibilizada para esta questão, sendo que o seu envolvimento ativo na execução de atividades, e participação nas mesmas, é um bom exemplo deste facto. A título prático, importa referir a navegação dramatizada pelas ruas de Sesimbra “Ouvir o Mar Daqui”, projeto que contou com uma elevada adesão.

7. O que pensa dos objetivos desta mesma investigação, e como vê o contributo que pôde dar à mesma? Gostaria de acrescentar mais alguma coisa tendo em conta o propósito da investigação?

R: A investigação é muito relevante para analisar a relação, e impacto, do Museu, e subsequente mediação, junto da comunidade, pelo que estamos, sempre, disponíveis para acolher e apoiar este tipo de iniciativas, as quais saudamos e incentivamos.